UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS – PÓS-GRADUAÇÃO

LUCAS ALVES COSTA

CONSTRUÇÕES EXISTENCIAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM
PERSPECTIVA CONSTRUCIONAL

GOIÂNIA

2018

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: LUCAS ALVES COSTA

Título do trabalho: CONSTRUÇÕES EXISTENCIAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM PERSPECTIVA CONSTRUCIONAL

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Assinatura do autor

Ciente e de acordo:

Assinatura do orientador

Data: 19 / 12 / 17.

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

LUCAS ALVES COSTA

CONSTRUÇÕES EXISTENCIAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM
PERSPECTIVA CONSTRUCIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Linha de Pesquisa: Forma e funcionamento de línguas naturais com ênfase em língua portuguesa, línguas indígenas e língua de sinais.

Orientador: Prof. Dr. Sinval Martins de Sousa Filho
(FL/UFG)

GOIÂNIA

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Alves Costa, Lucas

Construções Existenciais no português brasileiro em perspectiva construcional [manuscrito] / Lucas Alves Costa. - 2018.
CXXVI, 126 f.

Orientador: Prof. Dr. Sinval Matrins de Sousa Filho.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, 2018.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Semântica de Frames. 2. Gramática de Construções. 3. Construções Existenciais. 4. Português Brasileiro. I. Matrins de Sousa Filho, Sinval , orient. II. Título.

CDU 81

ATA Nº 05/2018

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO
ALUNO LUCAS ALVES COSTA

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, a partir das quatorze horas, no Miniauditório Professor Egídio Turchi da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, nesta capital, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação “CONSTRUÇÕES EXISTENCIAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM PERSPECTIVA CONSTRUCIONAL”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Sinval Martins de Sousa Filho (Faculdade de Letras/UFG) com a participação dos demais Membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Evani de Carvalho Viotti (USP) e a Professora Doutora Mônica Veloso Borges (Faculdade de Letras/UFG). A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato a provado pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Sinval Martins de Sousa Filho, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora e visada pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Goiânia, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

Prof. Dr. Sinval Martins de Sousa Filho - Presidente

Prof.^a. Dr.^a. Evani de Carvalho Viotti

Prof.^a. Dr.^a. Mônica Veloso Borges

Visto:
Prof. Dr. Wilson José Flores Júnior

LUCAS ALVES COSTA

**CONSTRUÇÕES EXISTENCIAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM
PERSPECTIVA CONSTRUCIONAL**

Membros da Banca de defesa

TITULARES

Prof. Dr. Sinval Martins de Sousa Filho – Presidente e orientador

UFG – Universidade Federal de Goiás

Prof^a. Dr^a Evani de Carvalho Viotti

USP – Universidade de São Paulo

Prof^a. Dr^a Mônica Veloso Borges

UFG – Universidade Federal de Goiás

SUPLENTE

Prof^a. Dr^a. Déborah Magalhães de Barros

UEG – Universidade Estadual de Goiás

Prof^a. Dr^a Eliane Marquez da Fonseca Fernandes

UFG – Universidade Federal de Goiás

Para minha mãe Vanda e meu pai Jucimar (in memoriam), arautos da minha existência!

Agradecimentos

A **Deus**, grande vida do universo, fonte de toda sabedoria, existência e força.

À **minha família**, meus antepassados, meus pais, **Vanda** e **Jucimar**, minhas irmãs, **Jussanna**, **Joyce** e **Jahd**, e meus sobrinhos, **Alice** e **Benjamin**, pelo amor, compreensão e alegrias cotidianas.

Ao professor **Sinval**, pela serenidade, confiança e por tudo que me ensinou.

Às professoras **Vânia Cristina Casseb-Galvão** e **Deborah Magalhães de Barros** pela leitura e contribuição na minha banca de qualificação.

Às professoras **Evani de Carvalho Viotti** e **Mônica Veloso Borges** por aceitarem participar da banca de defesa e pelas contribuições dadas ao trabalho.

A todas minhas **professoras** e **professores**, pelos ensinamentos. Suas palavras ecoam nas minhas palavras.

Aos **colegas** de graduação e pós-graduação, pelos incentivos no desafio que é estudar.

Às minhas **amigas** e **amigos**, pela compreensão das minhas ausências e pela paciência das esperas.

A **Capes**, pelo investimento financeiro nesta pesquisa.

Muito obrigado!

Somente existe o Bem! (*Masaharu Taniguchi*)

Resumo

Esta pesquisa é um estudo sobre construções existenciais no português brasileiro contemporâneo. Os trabalhos de Viotti (1999), Avelar (2006a), Pezatti (2014), Vitória (2008), Franchi, Negrão e Viotti (1998) constataram que há um tipo de construção na qual os verbos **Ter**, **Haver** e **Existir** são utilizados como introdutores de objeto de discurso na sequência enunciativa no português brasileiro. A partir disso, objetiva-se descrever e analisar o pareamento forma/função de construções existenciais, a partir das propriedades semântico/cognitivas, morfossintáticas e pragmáticas. Além disso, verificar sua especificidade de atuação no nível do texto. Para tanto, mobiliza-se os pressupostos teóricos-metodológicos da abordagem construcional, mais especificamente da Semântica de Frames, nos termos de Fillmore (1982), e da Gramática de Construções, na vertente de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001). A hipótese central é que o *design* morfossintático dessa construção é evocado por uma cena conceptual/perceptiva, frame, e, com isso, há níveis de existências instanciados nas expressões linguísticas. Essa configuração semântica/sintática/pragmática atua no nível textual, especificamente no processo de referenciação, auxiliando no grau de informatividade de textos variados. A abordagem construcional considera a linguagem integrada às capacidades cognitivas, sociointeracionais e culturais, e a língua como um sistema adaptativo complexo, com uma estrutura fluída, ou seja, procedural. Precisamente, a Semântica de Frames analisa os fenômenos linguísticos partindo do reconhecimento de que o sentido envolve uma teia de conhecimentos culturais do mundo, sendo as experiências sensório-motoras fontes primárias desses conhecimentos e, assim, os sentidos são relativizados às cenas. Já a Gramática de Construções define a gramática de uma língua como uma rede conceitual, um sistema de entidades interconectadas cognitivamente, que o sentido construcional designa uma cena conceptual-perceptiva baseada na experiência humana (GOLDBERG, 1995, FILLMORE, 1985, LAKOFF, 1987). Com essa concepção teórica, apresentamos os resultados da pesquisa que envolve os usos da construção existencial na variante do português goiano. Os corpora escolhido para o estudo são o *corpus* Fala Goiana e um exemplário de textos escritos depreendidos de jornais goianos. As análises confirmaram a hipótese de que essa construção apresenta graus de abstratização, atuando no nível textual, auxiliando o processo de referenciação e no grau de informatividade.

Palavras-Chave: Semântica de Frames; Gramática de Construções; Construções Existenciais.

Abstract

This research is a study about existential constructions in contemporary Brazilian Portuguese. The works of Viotti (1999), Avelar (2006a), Pezatti (2014), Vitório (2008), Franchi, Negrão and Viotti (1998) found that there is a type of construction in which the verbs **Ter**, **Haver** and **Existir** are used as introducers of speech object in enunciative sequence in Brazilian Portuguese. From this, we aim to describe and analyze the form / function pairing of existential constructs, from the semantic / cognitive, morphosyntactic and pragmatic properties. In addition, verify their specificity of performance at the level of the text. In order to do so, the theoretical-methodological assumptions of the constructional approach, more specifically of Frame Semantics, in terms of Fillmore (1982) and the Construction Grammar, in the Goldberg (1995, 2006) and Croft (2001) . The central hypothesis is that the morphosyntactic design of this construction is evoked by a conceptual / perceptual frame scene, and thus there are levels of instantiated instantiations in linguistic expressions. This semantic / syntactic / pragmatic configuration acts at the textual level, specifically in the process of reference, aiding in the degree of informativeness of varied texts. The constructional approach considers language integrated with cognitive, sociointeractional and cultural capacities, and language as a complex adaptive system with a fluid, that is, procedural structure. Precisely, Frames Semantics analyzes linguistic phenomena based on the recognition that meaning involves a web of cultural knowledge of the world, sensory-motor experiences being primary sources of this knowledge and thus the senses are relativized to the scenes. The Grammatical of Constructions defines the grammar of a language as a conceptual network, a system of cognitively interconnected entities, that constructional meaning designates a conceptual-perceptive scene based on human experience (GOLDBERG, 1995, FILLMORE, 1985, LAKOFF, 1987) . With this theoretical conception, we present the results of the research that involves the uses of the existential construction in the variant of Goian Portuguese. The corpora chosen for the study are the Corpus Fala Goiana and a copy of written texts from the newspapers of Goiás. The analyzes confirmed the hypothesis that this construction presents degrees of abstraction, acting at the textual level, helping the process of reference and the degree of information.

Keywords: Semantics of Frames; Construction Grammar; Existential Constructions.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Existencialidade na Linguagem.	67
Figura 2 – Cena ESTADO de EXISTÊNCIA	69
Figura 3 – Esquema imagético do contêiner	72
Figura 4 – Verbos Existenciais	76
Figura 5 – Interação dos Constituintes da Construção Existencial	78
Figura 6 – Construção Existencial	79
Figura 7 – Esquema e Subesquema de Construções Existenciais.	83
Figura 8 – Vinculação de Subesquemas	84
Figura 9 – Construção Existencial - Negação.	94
Figura 10 – Representação de Construção Existencial	96

Lista de quadros

Quadro 1 – Sobre Verbos Existenciais	30
Quadro 2 – Arquitetura de construções Existenciais	38
Quadro 3 – Pareamento Forma-Sentido	47
Quadro 4 – Estrutura da Construção	54
Quadro 5 – Níveis de Esquematicidade	55
Quadro 6 – Número de Ocorrências - Fala Goiana (FG)	61
Quadro 7 – Estratificação Língua Escrita	62
Quadro 8 – Quatro sentenças básicas do inglês.	74
Quadro 9 – Arquitetura da Construção Existencial no modelo de Croft (2001).	81
Quadro 10 – Nível de Esquematicidade	84
Quadro 11 – Verbo na Macroconstrução Existencial	98
Quadro 12 – Tipologia geral de Construções Existenciais	114
Quadro 13 – Distribuição das construções existenciais nos gêneros textuais	115

Lista de tabelas

Tabela 1 – Contínuo dos tipos de verbos	28
Tabela 2 – Especificidade da Macroconstrução	99
Tabela 3 – Especificidade do Subesquema existencial	107

Lista de abreviaturas e siglas

Adverb.	Advérbio
COL	Colaborador
DOC	Documentador
FG	Fala Goiana
FL	Faculdade de Letras
GC	Gramática Construcional
GEF	Grupo Estudos Funcionalistas
GG	G1 Goiás
GO	Goiás
JD	Jornal Daqui
LOC	Locativo
MG	Mais Goiás
OP	O Popular
PB	Português brasileiro
PO	Propaganda
Pron.	Pronome
R	Predicação
Sat.	Satélite
SF	Semântica de Frames
Sm	Semântica
SN	Sintagma Nominal
Subst.	Substantivo
SV	Sintagma Verbal
Sx	Sintaxe

TC	Texto Comentário
Temp	Temporal
TM	Texto Manchete
TN	Texto Notícia
TP	Texto Propaganda
UFG	Universidade Federal de Goiás
V	Verbo
Vexist	Verbo Existencial

Sumário

	INTRODUÇÃO	13
1	REVISÃO DA LITERATURA	17
1.1	Considerações iniciais	17
1.2	Sentenças existenciais na Gramática Tradicional	18
1.3	Construções existenciais nas pesquisas Sociolinguísticas	21
1.4	Construções existenciais à luz do Funcionalismo Clássico	23
1.5	Predicado, Transitividade/Detransitividade e verbo	25
1.5.1	Impessoalidade nas Construções existenciais	30
1.5.2	Sintagma Nominal, definitude e indefinitude nas Construções Existenciais	32
1.5.3	Expressão locativo-temporal em construções existenciais	36
1.6	Abordagem construcional para as construções existenciais	39
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	42
2.1	Gramática de Construções: contexto geral	42
2.2	Gramática de Construções de Adele Goldberg	43
2.3	Semântica de Frames	48
2.4	Gramática de Construções Radical de Croft (2001)	52
3	METODOLOGIA	58
3.1	Considerações iniciais	58
3.2	<i>Corpus</i> de língua falada	59
3.3	Dados de língua escrita	60
3.4	Coleta e seleção dos dados	61
4	CONSTRUÇÕES EXISTENCIAIS	64
4.1	Considerações iniciais	64
4.2	Sentido Existencial à luz da Semântica de Frames	65
4.3	Construção Existencial na perspectiva de Goldberg (1995, 2006, 2010)	73
4.4	Construção existencial na perspectiva de Croft (2001)	80
5	ANÁLISE DOS DADOS	91
5.1	Considerações iniciais	91
5.2	Macroconstrução existencial e suas propriedades funcionais	93
5.3	Mesoconstrução existencial e suas propriedades funcionais	100
5.4	Tipologia das Construções existenciais no nível do texto	107

CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

Muitas pesquisas linguísticas afirmam que os verbos **Ter**, **Haver** e **Existir** são verbos existenciais, pois têm a função de inserir um objeto de discurso na sequência de fala ou escrita. Por exemplo, os trabalhos de Pezzati (2014), Viotti (1999), Callou e Avelar (2001) e Avelar (2006a). Esses trabalhos demonstram que esses verbos são os mais recorrentes em sentenças existenciais no Português brasileiro (PB). Para ilustrarmos, vejamos os exemplos:

(1) *Há tanto jeito de resolver as coisas nessa loja.*

(2) *Tem gosto pra tudo!*

(3) *Existe uma cidadezinha depois do rio.*

A primeira impressão sobre essas sentenças é o comportamento específico dos verbos, o fato deles estarem em terceira pessoa do singular, implicando uma impessoalidade, não exigindo o Sujeito da oração. A Gramática Tradicional classifica essas sentenças de orações sem sujeito. Parece mirabolante pensarmos que essa classificação resolveria todo esse fenômeno, como se fosse um jogo de causa e consequência, ou seja, se são sem sujeito, logo são existenciais.

Não é de estranhar que os usuários da língua portuguesa, uma hora ou outra, se deparem com sentenças com os verbos **Haver**, **Ter** e **Existir** com sentido de existência. Tanto quanto as possibilidades sintagmáticas desses verbos, as variações de sentido decorrentes do uso particular de cada um deles são grandes. Não é nosso objetivo apresentar as várias acepções convencionais provocadas por eles, até porque vamos nos restringir a um sentido básico que esses itens lexicais compartilham: o de existência.

O polo semântico, sentido de existência, é uma das questões básicas desse fenômeno. Isso nos encaminha para dois questionamentos: (1) por que o sentido de existência permanece nessas sentenças, mesmo com a seleção verbal diferente? (2) Por que o *design* gramatical, entendido com a configuração morfossintática mais elementar da sentença, se mantém? Não nos restringindo à visão lexicalista, pois essa atribui somente aos verbos específicos esse sentido-função. Levantamos a hipótese de que o sentido de existência tem como base uma construção linguística, nos termos de Goldberg (1995), um pareamento convencional entre forma e função, no qual se instancia esse *design* gramatical.

Para tanto, esta pesquisa investiga o fenômeno das construções existenciais no português brasileiro contemporâneo. O objetivo principal é descrever e analisar o pareamento forma e função dessa construção, verificando suas propriedades semântico-sintáticas, morfológicas, pragmáticas e discursivas. Com isso, os objetivos específicos são:

1) Descrever o pareamento forma-sentido das construções existenciais, especificamente a

integração entre seus constituintes, Verbo Existencial, Sintagma Nominal e a expressão locativo-temporal, com o sentido básico (GOLDBERG, 1995, 2006), (FILLMORE, 1982);

2) Analisar os níveis de esquematicidade das construções existenciais, demonstrando suas características específicas (CROFT, 2001);

3) Verificar a atuação textual desse esquema e de seus subesquemas no nível do texto.

Defendemos o princípio da não separação rígida entre léxico e sintaxe. Essa visão rompe com a ótica composicional praticada inicialmente e até hoje pelo Estruturalismo. Na ótica composicional, em se tratando de léxico, a análise sêmica propõe a decomposição do sentido das unidades lexicais em um número finito de componentes semânticos elementares. Dessa forma, o procedimento de descrição realiza-se por traços distintivos, baseado em uma oposição binária (presença ou ausência de um traço).

De maneira geral, as teorias sintáticas “tradicional” são calcadas no princípio básico da constituição de gramática a partir da visão composicional (GUREVICH, 2006). De acordo com essa postura, o significado de um todo linguístico (de uma sentença ou de uma palavra) pode ser completamente concebido a partir dos significados das partes que o compõem (as palavras, no caso das sentenças, e os morfemas, no caso das palavras).

Frente a isso, a abordagem construcional, em suas várias vertentes, rompe com essa perspectiva, pois assume que o todo determina a parte, ou seja, o significado base que determina quais partes (palavras ou morfemas) deve ser usado na situação de interação comunicativa (SALOMÃO, 2009). Mobilizamos essa abordagem para descrever e analisar as construções existenciais nesta pesquisa, pois essa visão pode proporcionar a verificação da manutenção do sentido existencial, ou seja, por mais que alterne os verbos **Ter**, **Haver**, **Existir**, os aspectos morfossintáticos dessas sentenças também se mantêm.

A abordagem construcional para o fenômeno em questão fundamenta-se na vertente de Goldberg (1995, 2006), Croft (2001), além dos estudos de Fillmore (1982) sobre a Semântica de Frames. Esse aparato teórico-metodológico visa atender ao objetivo principal e aos objetivos específicos dessa pesquisa, tendo como *corpus* os dados de língua falada e escrita do português contemporâneo em Goiás. O *corpus* foi gerado a partir do projeto Fala Goiana, modalidade falada e também de exemplos retirados de páginas públicas de jornais goianos, postadas entre os anos de 2016 e 2017 na rede social Facebook na modalidade escrita.

Considera-se esta pesquisa importante para os estudos descritivos do Português brasileiro, pois acrescenta uma nova abordagem para as construções existenciais, especificamente da Gramática de Construções. Os resultados também contribuem para uma visão sobre a atuação de esquema e subesquema atuando no nível do texto, em sua organização e no processo de referenciação. Assim, este trabalho organiza-se da seguinte forma:

No primeiro capítulo, realiza-se uma revisão da literatura com a intenção de contextualizar o fenômeno das construções existenciais. Mobilizamos as informações

provenientes da Gramática Tradicional, das Pesquisas Sociolinguísticas e do Funcionalismo Clássico. Essa contextualização teórica fornece uma visão caracterizadora desse fenômeno, formando um campo seguro para a abordagem construcional, proposta nesta pesquisa.

No segundo capítulo, delinea-se a fundamentação teórica para essa pesquisa. Elegemos a Gramática de Construções na perspectiva de Croft (2001), Goldberg (1995, 2006, 2010) e a Semântica de Frames de Fillmore (1982, 1985). Nesse pressuposto teórico-metodológico, destacamos a concepção integradora dos componentes gramaticais para análise e descrição da língua. Além disso, ressalta-se que a Gramática de Construções concebe todas as unidades da língua/gramática como simbólicas, ou seja, pares indissociáveis de forma e função. Assim, língua/gramática compreende estruturas semânticas, estruturas fonológicas e conexões simbólicas entre aquelas duas estruturas.

No terceiro capítulo, apresenta-se a metodologia adotada nesse trabalho, mais precisamente as particularidades do *corpus* adotado, assim como os procedimentos utilizados para a coleta e a seleção de dados e a catalogação dos mesmos. Com isso, caracteriza-se a fonte dos dados utilizados nesta pesquisa.

No quarto capítulo, realiza-se uma descrição das construções existenciais à luz da abordagem construcional. Destacam-se as especificidades dessas construções a partir da definição do sentido existencial na Semântica de Frames. Em seguida, propõe-se a integração entre o sentido do verbo e o sentido da construção nos termos de Goldberg (1995, 2006). Assim, na perspectiva de Croft (2001), as construções existenciais são analisadas em esquemas e subesquemas, delineando suas características específicas.

No capítulo cinco, analisam-se as construções existenciais no Português brasileiro na variedade goiana. Essa variedade pode ressaltar as especificidades do esquema existencial e seus subesquemas, além de sua atuação no nível do texto. E, por fim, encaminhamos para as considerações finais.

É nesse contexto que esse trabalho sobre construções existenciais elabora-se, justamente na verificação da interface conceptual entre sintaxe e semântica. Assim, salientamos que o fenômeno das construções existenciais se dá na motivação conceptual-perceptiva, pareamento forma-sentido, com o envolvimento de capacidades cognitivas como a percepção, memória, atenção e processamento de informação.

Além disso, consideramos as construções existenciais um esquema geral, revestido de sentido, exibido num *design* morfossintático específico. Com isso, a cognição realiza a mediação na relação entre homem e mundo, princípio básico da Linguística Cognitiva. Isso nos conduz para uma discussão bastante pontual no que cabe a essa investigação: o problema da referencialidade na língua.

Admitimos que há uma distância entre o conceito de referencialidade e existencialidade. Dessa forma, afirmamos que o termo “construção existencial”, utilizado neste

estudo, não implica um comprometimento ontológico com a estruturação da realidade em si mesma. Afinal, as sequências linguísticas em eventos de uso estão a serviço da interação social e, nesse âmbito, perpassa um conjunto complexo de processamento cognitivo.

Nessa visão, consideramos que as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades sociais, transformando-se a partir dos contextos. Portanto, quando falamos de ‘construções existenciais’, neste trabalho, estamos tratando de um pareamento forma-função específico realizado em situações reais de uso da língua.

Vários autores como Castilho (2014), Viotti (2002) e Callou e Avellar (2001) utilizam além do termo “existencial”, o termo “apresentacional”, ora como coocorrente ora como funções diferentes. Nesse ponto, Castilho (2014, p. 330) afirma que há uma estreita relação entre as funções apresentacionais e as existenciais. As saliências de diferenciação entre essas duas construções serão discutidas no decorrer dessa investigação.

No entanto, já de início, para este trabalho, acompanhamos Castilho (2014) e denominamos tanto as apresentativas como existenciais como construções existenciais, isso na tentativa de uma generalização mais apropriada para o estudo desse fenômeno linguístico. Assim, acreditamos não restringir ou excluir o que possa ser particularidades do mesmo fenômeno, afinal o *design* morfossintático desses dois tipos ainda é semelhante.

Portanto, alinhamos o tratamento da língua numa perspectiva funcional-cognitiva que considera os eventos de uso. Nessa visão, os fenômenos linguísticos são processos e produtos da interação humana, da atividade sociocultural, visto que a relação entre forma e função é motivada, ou seja, as estruturas da língua são moldadas em termos dos usos, os quais servem na interação verbal.

1 REVISÃO DA LITERATURA

1.1 Considerações iniciais

Considera-se que, sincronicamente, há, no Português brasileiro, construções como: “*Tem gente perdida na rua*” ou “*Há coisas demais na loja*”, as construções têm em comum o sentido de existência. Nota-se, também, os verbos **Ter** e **Haver**. Chama a atenção, à princípio, a configuração morfossintática, ou seja, o fato de estarem em terceira pessoa do singular, implicando uma impessoalidade, não exigindo o Sujeito da oração e a ocorrência de expressão locativo-temporal. Na Linguística Contemporânea esse fenômeno é chamado de construções existenciais (CASTILHO, 2014).

O objetivo principal, desse Capítulo I, é realizar uma revisão na literatura, ou seja, verificar abordagens sobre as construções existenciais no âmbito da Linguística, procurando mostrar o que já se sabe sobre esse fenômeno linguístico. Justifica-se essa revisão, nesta pesquisa, justamente para contextualizar esse fenômeno, apontando as principais contribuições dadas por esses estudos para compreensão das construções existenciais.

Realizada essa contextualização, propõe-se uma abordagem construcional para o fenômeno em questão, no termos de Croft (2001), Goldberg (1995, 2006), além dos estudos de Fillmore (1982) sobre a semântica de frames. Nesse trabalho, descreve-se e analisa-se as construções existenciais, tendo como *corpus* os dados de língua falada e escrita do português contemporâneo em Goiás.

Em vista disso, este Capítulo I se organiza da seguinte forma: na primeira seção, apresenta-se o tratamento dado pela Gramática Tradicional, pois suas considerações são bastante divulgadas e utilizadas em muitas esferas sociais, por exemplo, escolas, mídias e etc (BAGNO, 2013). Na segunda seção, expõem-se resultados de algumas pesquisas Sociolinguísticas que abordam as construções existenciais, verificando a variação e a mudança linguística nos usos dos verbos **Ter** e **Haver**. Essa perspectiva contribui significativamente na visão mais precisa dos usos dessas construções e os fatores sociais e linguísticos que as condicionam, favorecendo uma visão geral do fenômeno a partir de dados empíricos.

Na terceira seção, apresentam-se as contribuições dadas pelas investigações no paradigma do Funcionalismo Clássico¹. Nessa perspectiva, as construções existenciais são descritas e analisadas em seus aspectos sintático-semântico e discursivo-funcional. Isso contribui significativamente para essa pesquisa, pois fornece noções básicas como: predicado, transitividade e detransitividade e verbo. Além de apontamentos sobre as noções de

¹ Considera-se, neste estudo, as abordagens que compartilham princípios básicos, por exemplo, a integração dos componentes gramaticais para análise e descrição da língua. Essas investigações não mobilizam a noção de construção gramatical, nos termos de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001).

impessoalidade e circunstanciadores locativos e temporais, comuns nessas construções.

E, por fim, a quarta seção justifica a abordagem construcional assumida para o trato das construções existenciais neste estudo. Com isso, busca-se cumprir os objetos especificados para essa pesquisa.

1.2 Sentenças existenciais na Gramática Tradicional

A Gramática Tradicional corresponde a um conjunto historicamente organizado de estudos e reflexões sobre a língua. Segundo Neves (2010a), é um paradigma filiado aos pressupostos lógico-filosóficos das gramáticas greco-romanas. Para a referida autora, a concepção de língua e linguagem nessa perspectiva considera a língua exclusivamente como uma expressão do pensamento. Dessa forma, conserva-se na correção de seu uso a partir de um conjunto rígido de normas pré-estabelecidas, com efeitos prescritivos.

Assim, essa perspectiva é socialmente vista como um manual de normas do bom uso da língua. Com isso, essas normas devem ser seguidas por todos aqueles que desejam se expressar corretamente, por isso seu caráter é prescritivo e normativo. Segundo Bagno (2013), a atuação dessa perspectiva vigora principalmente no meio midiático e, por consequência, no imaginário da maioria da população.

Em se tratando de construções existenciais, as gramáticas tradicionais, especificamente de Almeida (1999), Bechara (2006), Cegalla (1978), Cunha e Cintra (2001) e Sacconi (2001), discutem esse fenômeno quando tratam de sintaxe, mais precisamente quando discutem as chamadas orações sem sujeito. Para Sacconi (2001, p. 367), “toda oração que traz verbo impessoal si diz sem sujeito” e, nessa concepção, encontram-se as orações existenciais. Para o autor, uma oração sem sujeito possui somente o predicado, ou seja, “aquilo que está sendo dito”. Segundo Almeida (1999), isso ocorre quando se usa o verbo **Haver** no sentido de existir ou indica tempo. Os exemplos de Almeida (1999, p. 150) são: “**Há** muitos livros na estante”, “**Há** meses que não vou lá!”.

Segundo Almeida (1999), esses exemplos são considerados orações com acepção de “existir”, sendo a ausência do sujeito da oração sua principal característica. Para Cunha e Cintra (2001), há uma diferença entre “sujeito indeterminado”, que existe, mas não se pode ou não se deseja identificar com a “inexistência do sujeito”. Para esses autores, no uso de verbos como **Chover**, **Anoitecer**, **Ventar**, o que interessa é o processo verbal em si, pois não se atribui a nenhum ser a predicação. Assim, segundo Cunha e Cintra (2001), os verbos, nesses casos, são impessoais e o sujeito é inexistente.

Cunha e Cintra (2001, p. 143) apresentam quatro situações em que há verbos impessoais e sujeitos inexistentes. Para eles: (1) Verbos ou expressões que denotam fenômeno da natureza; (2) com verbo **Haver** na acepção de existir; (3) verbos **haver**, **fazer** e **ir** indicando tempo decorrido; (4) verbo **Ser** indicando tempo geral. Essas propriedades propostas são compartilhadas por

Almeida (1999), Cegalla (1978), Bechara (2006) e Sacconi (2001). Nota-se que as construções existenciais são reconhecidas no item (2), ou seja, ocorrem quando há o uso do verbo **Haver** na acepção de existir e apresenta a configuração morfossintática de verbo impessoal e sujeito inexistente.

Verifica-se que os gramáticos tradicionais consideram os verbos **Haver** e **Existir** como sinônimos nas construções existenciais, pois acompanham os aspectos históricos envolvidos na constituição sintática do verbo **haver**. Segundo Bechara (2006), o verbo **Haver** já teve sentido de posse na história do português e, dessa forma, sua sintaxe exigia Sujeito e objeto direto, sendo transitivo direto, com complemento interno. Todavia, no decorrer da história, esse verbo perde o sentido de posse, assim a “coisa possuída”, que era complemento interno não é mais exigida. Dessa forma, para Bechara (2006), o verbo **haver** é considerado como impessoal, com orações sem sujeito e o Sintagma Nominal que o acompanha é chamado de objeto direto.

Os gramáticos, na perspectiva tradicional, admitem, também, uma concorrência entre os verbos **Ter** e **Haver** com sentido de existir. Porém, nesta perspectiva, é unânime considerar o uso de **Ter** no lugar de **Haver** uma incorreção no padrão culto da língua, pois o verbo **Haver** apresenta a acepção de existir, sendo esse o padrão correto que precisa ser mantido na língua portuguesa. Dessa forma:

Na linguagem coloquial do Brasil é corrente o emprego do verbo **Ter** como impessoal, à semelhança de **Haver**. Escritores modernos – e alguns dos maiores – não têm duvidado em alçar a construção à língua literária. (CUNHA & CINTRA (2001, p. 144).

De modo geral, para esses gramáticos, o verbo **Haver** deve ser empregado em orações equivalentes às constituídas com **Existir**, pois, segundo Bechara (2006): (i) apresenta um objeto direto e significa a existência de uma pessoa ou coisa, (ii) comporta-se como um verbo impessoal, por isso deve sempre ser empregado na 3ª pessoa do singular, por exemplo: “Há um ônibus na rua” e “Há uma loja na rua de cima”.

Em relação ao verbo **Ter**, Almeida (1999, p. 242) diz que “dos quatro verbos auxiliares, somente **Ter** não pode ser impessoal”, e também que seu uso na acepção de existir, “constitui erro grave, assim todo possível devemos fazer para evitá-lo”. Bechara (2006) considera que a ocorrência de **Ter** por **Haver** seja amplamente maior na conversação em diversas situações cotidianas. Para o autor, o emprego de **Ter** com acepção de existir é uma incorreção na língua culta, devendo ser evitado.

Bechara (2006) utiliza as noções de verbos impessoais e orações sem sujeito como um denominador comum do que aparece nos manuais de gramática. Para o autor, o aspecto sintático dos verbos impessoais admite que ocorram registros de concordância desses verbos quando seguidos de substantivos no plural. Segundo Bechara (2006), isso demonstra que o usuário do português considera o Sintagma Nominal (SN) um Sujeito posposto ao verbo, e isso se explica

pelo fato de que o falante considera os plurais como Sujeito, mas na verdade não o são, afinal, verbos impessoais não têm Sujeito. Para exemplificar a defesa do autor, observe os exemplos de Bechara (2006, p. 205): “Houve enganos na votação! (Correto!)” e “Houveram enganos na votação! (Errado!)”.

Além disso, a Gramática Tradicional também discute a propriedade impessoalidade presente nesses verbos. Para Bechara (2006), o uso de formas de impessoalização na língua promove a indefinição, ou seja, opacidade ou omissão do agente das ações. Segundo Bechara (2006), há duas formas de expressar a impessoalidade na oração: (1) verbo na terceira pessoa do singular, podendo estar acompanhado do pronome “se” (indeterminador), (2) verbo na 3ª pessoa do plural em orações sem sujeito expresso. Em se tratando de construções existenciais, o fato do verbo estar na terceira pessoa do singular e sem a definição do sujeito, caracteriza essa oração como oração sem sujeito.

Com isso, verifica-se que as Gramáticas Tradicionais utilizam duas noções para definir uma construção existencial: impessoalidade do verbo e ausência de Sujeito. Além disso, admitem a acepção de existir, sendo essa atribuída ao verbo **Haver** e **Ter**, porém, para manter a correção do padrão culto da língua, a Gramática Tradicional exige o emprego somente de **Haver**.

Verifica-se, também, que as descrições das sentenças existenciais somente pela atribuição das funções sintáticas como Sujeito e Objeto Direto empregadas nas Gramáticas Tradicionais apresentam-se limitadas. Consideramos essa limitação como insuficiente para analisar as nuances envolvidas nessas construções em contextos reais da língua. O aspecto semântico também não é bem definido nas gramáticas tradicionais, que reconhecem a acepção de existir para essas construções, porém ela é utilizada somente para justificar a alternância entre os verbos **Haver** e **Existir**.

Dessa forma, localiza-se na perspectiva da Gramática Tradicional uma abordagem sobre sentenças existenciais no português. Todavia, essa abordagem limita-se em alguns aspectos. Destacam-se dois deles: primeiro, não há explicação da relação entre o sentido existencial exercido pelos verbos como **Haver** e **Ter**, somente a aceitação de que esses verbos podem assumir esse sentido, sendo considerados sinônimos de **Existir** nesses casos. Segundo, a classificação rígida dessa construção como orações sem sujeito, sem explicar os outros constituintes presentes nela, pois esses constituintes, Sintagma Nominal e o locativo-temporal, são recorrentes nessas construções. Além disso, desconsiderar a possibilidade do emprego do verbo **Ter** no sentido de existir, já validado no português contemporâneo (OLIVEIRA, 2014).

Assim, Neves (2010a) afirma que a perspectiva da Gramática Tradicional mantém-se fortemente vinculada aos seus propósitos, que são: estabelecer uma norma padrão da língua a ser seguida e respeitada e o descompromisso com os fatos reais da língua, ou seja, o uso linguístico. Dessa forma, as pesquisas linguísticas colocam-se em vantagem, pois trazem para o cerne da pesquisa dados empíricos da língua, na maioria deles, na modalidade falada. Segundo

Neves (2010a), isso proporciona uma visão mais efetiva da língua em seu dinamismo na história, atendendo as diversas situações de interação social.

Na contramão das abordagens normativas, as pesquisas Sociolinguísticas mostram que as construções existenciais são frequentemente elaboradas com o verbo **Ter** na língua falada e também na língua escrita. Assim, as pesquisas Sociolinguísticas discutem a relação de concorrência entre o verbo **Haver** e **Ter**. Além disso, apresentam fatores sociais e linguísticos para esse fenômeno, sendo esse o *locus* principal desses trabalhos. Na próxima seção, discutem-se as contribuições da Sociolinguística para a compreensão das construções existenciais.

1.3 Construções existenciais nas pesquisas Sociolinguísticas

A teoria da variação e mudança linguística formulada por Weinreich, Labov e Herzog (2006) considera a língua como um objeto de estudo heterogêneo e não homogêneo. Para esses autores, a mudança linguística é condicionada por fatores sociais e estruturais determinados na comunidade linguística, que promove processos de transição das mudanças linguísticas. Assim, na gramática de uma língua, existe a alternância de formas conservadoras e de formas inovadoras, e a coexistência dessas duas formas indica uma mudança linguística em progresso, determinada por parâmetros de natureza social.

Segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006), nas mudanças linguísticas há um momento em que os fatores sociais e linguísticos se convergem. Assim, a oposição não se mantém e a variante conservadora tende a desaparecer. Nessa perspectiva, as construções existenciais são consideradas *locus* de uma mudança linguística em progresso, pois várias pesquisas sociolinguísticas consideram a forma **Haver** como conservadora e **Ter** existencial como inovadora.

Segundo Oliveira (2014), a literatura sociolinguística tem tratado a variação entre **Ter** e **Haver** como foco principal do fenômeno das construções existenciais. Para a autora, há uma maior frequência de uso de **Ter** em detrimento do uso de **Haver**. Essas pesquisas sociolinguísticas apontam para a aproximação semântica entre esses dois verbos, sendo essas duas formas impulsionadas pelo significado no mesmo contexto linguístico. Para Oliveira (2014), isso configura um caso explícito de variação sociolinguística.

O trabalho de Cardoso (1986) analisa a variação dos verbos **Ter** e **Haver** no sentido de existir. A autora mostra que não só na zona rural prevalece o uso de **Ter** existencial, como também aponta uma diferenciação no uso de **Ter** e **Haver** em relação à origem geográfica do falante. Para a autora, em Porto Alegre, o uso predominante é **Ter**. Já no Rio de Janeiro, há um equilíbrio entre **Ter** e **Haver**, em São Paulo e Recife o uso predominante ainda é **Haver**. Os dados de Cardoso (1986) demonstram uma diversidade linguística extensa, sendo que, para a autora, a escolaridade dos participantes um fator social significativo na exclusão e manutenção

das formas gramaticais.

Callou e Avelar (2001) analisam a variação de **Ter/Haver** na fala culta carioca nas décadas de 70 e 90. Demonstram que a imersão de **Ter** em ocorrência com **Haver** ainda não se completou, ou seja, 69% de **Ter** contra 31% de **Haver**. Para eles, o percentual de **Ter** saltou de 63% nos anos 70 para 76% nos anos 90 e esse dado aponta para uma mudança progressiva. Os autores demonstram, também, que tanto em uma década como em outra, quatro fatores foram relevantes para essa variação: (1) tempo verbal, (2) especificidade semântica do argumento interno, (3) faixa etária e gênero dos/as participantes.

O trabalho de Leite e Callou (2002), com foco em cinco capitais brasileiras na década de 70, demonstra o alto percentual de uso de **Ter** sobre **Haver** existencial. Segundo as autoras: **Ter** chega a 73% dos casos em Porto Alegre e Salvador, 68% em Recife, a 63% no Rio de Janeiro e a 56% em São Paulo. Para as autoras, esses percentuais de uso de **Haver** vêm passando por uma redução significativa. Assim, o uso de **Ter** no lugar de **Haver** ainda não se completou.

Ainda, segundo Callou e Avelar (2001), essa variação de **Ter** e **Haver** é quantitativamente oposta na língua falada e na língua escrita. Para as autoras, o verbo **Ter** é realizado em 87% das construções existenciais na língua falada, enquanto que na língua escrita esse percentual é de 14%. Já o verbo **Haver** ocorre com um percentual de 13% na língua falada e 86% na língua escrita.

Para Callou e Avelar (2001), esses resultados são explicados pelo fato de o verbo **Haver** ser uma variante de prestígio na Gramática Tradicional, sendo a forma preferida na língua escrita. Para os autores (2001), o uso de **Ter** existencial na escrita justifica-se pela necessidade de se inserir nos textos escritos elementos comuns da oralidade, visto que as ocorrências de **Ter** aparecem, preferencialmente, na elaboração de diálogos, por exemplo.

Nota-se, nessas pesquisas, a frequência de uso de **Ter** existencial no padrão culto do português brasileiro, isso evidencia que a norma padrão sofre pressões das mudanças em direção ao uso do verbo **Ter**, contrariando a prescrição da gramática tradicional que exige apenas o verbo **Haver** com sentido de existir. Segundo Oliveira (2014), apesar de não ser uma forma prescrita pela gramática tradicional, o uso de **Ter** em construções existenciais é um fenômeno variável não estigmatizado pela sociedade, pois é utilizado por falantes de diferentes níveis de escolarização sem causar preconceito linguístico.

Segundo Oliveira (2014), é perceptível a preferência dos usuários da língua pelo uso de **Ter** no sentido de existir. Para Silva (2001), o uso preferencial de **Ter** também ocorre na mídia, em órgãos que requerem padrões mais formais de linguagem e na própria instituição educacional. Segundo Silva (2001), essa preferência ocorre pelo fato do verbo **Haver** já não fazer mais parte, no português brasileiro, do processo natural de aquisição da linguagem, pois a criança só começaria a adquirir **Haver** existencial durante a aprendizagem da língua escrita, como também pelo fato de só ser utilizado em situações bastante formais de uso da língua.

Vitório (2008) constata que na língua falada, de 381 construções existenciais, 223 exibiam o verbo **ter**, 32 o verbo **haver**, 27 o verbo existir e 99 o verbo **ter** pessoal. Já na língua escrita, a autora computou 487 construções existenciais, nelas 21 exibiam o verbo **ter**, 298 o verbo **haver**, 105 o verbo **existir** e 63 o verbo **ter** pessoal (Vitório 2008, p. 59). Esses dados, segundo a autora, demonstram a oposição entre o uso de **Ter** e **Haver** na fala e na escrita.

Nota-se que as pesquisas Sociolinguísticas sobre construções existenciais apontam para vários fatores sociais e linguísticos que condicionam a variação e a mudança do uso de **Haver** por **Ter** existencial. Demonstram quantitativamente essa polaridade entre **Ter** e **Haver** tanto na modalidade falada quanto na escrita da língua. Isso contribui para uma visão das construções existenciais partindo do predicado, no caso, o verbo dessa construção e suas nuances de significação, pois o sentido de existir é central para definir essa construção. Afinal, o verbo **Ter**, indicador de posse, passa a assumir um novo sentido, o de existência.

Na próxima seção, discutem-se os aspectos gramaticais dessas construções a partir da abordagem Funcionalista Clássica, pois parte da noção de predicado e também dos outros constituintes da construção existencial. O objetivo da seção é apresentar uma gramática geral das construções existenciais à luz do Funcionalismo Clássico. Assim, em seguida, tratar-se esse fenômeno dentro da abordagem construcional.

1.4 Construções existenciais à luz do Funcionalismo Clássico

O Funcionalismo enfatiza os estudos das línguas a partir da descrição e da análise das formas e funções em uso real, considerando as confluências estabelecidas no contexto comunicativo. Segundo Neves (1997), o Funcionalismo resgata os usuários da língua para o cerne da análise e da descrição linguística. Os aspectos pragmáticos são integrados aos componentes da gramática, atuando nas pressões de uso nas formas linguísticas. Assim, a língua é vista como maleável e se adapta às necessidades da situação comunicativa.

O Funcionalismo, como aponta Neves (1997), dissolve-se em várias versões. “Existem tantas versões do Funcionalismo quanto linguistas que se chamam funcionalistas”, afirma Neves (1997, p. 12). Para a autora, ressaltam-se as similaridades que as unem, e a principal é o interesse em verificar como os usuários da língua se comunicam eficientemente, como aponta Dik (1989) no seu modelo de interação social.

Nessa seção, verifica-se a abordagem dada às construções existenciais por pesquisadores filiados nesse paradigma. Precisamente, focaliza-se em três noções básicas: predicado, transitividade/detransitividade e verbo. Além disso, verifica-se a abordagem dada ao fenômeno da impessoalidade e circunstanciadores locativo-temporais que ocorrem nas construções existenciais. Acredita-se que essas contribuições favorecem uma visão e contextualização das construções existenciais, estabelecendo um campo seguro para propor uma nova abordagem para esse fenômeno linguístico, dentro da perspectiva construcional.

Para Pezzati (1993), há um consenso na Linguística Funcional sobre existência da estrutura sintática na frase e que sua projeção se faz a partir de informações lexicais de seus elementos, ou seja, a estrutura argumental. Já Neves (2012) considera os verbos predicados por excelência das orações, sendo designador de propriedades ou relações em que se aplicam certo número de termos (argumentos) que se referem às entidades.

Segundo Castilho (2014), uma oração construída em torno de um elemento predicativo tem sido tomada como a unidade básica de organização da descrição semântico-sintática e pragmática em várias pesquisas, sendo o verbo o predicador por excelência. Chafe (1979) diz que o universo conceptual humano é dividido em duas grandes áreas: do verbo e do nome.

Para Chafe (1979), a categoria verbo é central e compreende estados (condições, qualidades) e eventos; já a do nome é periférica e compreende “coisas” (objetos físicos e abstrações coisificadas). E, ainda, diz que as orações precisam ter centralidade no verbo, sendo esse o ponto de partida da descrição da gramática de uma língua, pois se constitui como o centro semântico e esquema proporcional da oração.

Verifica-se, assim, que o verbo é o predicador por excelência e uma descrição e análise linguística precisam ater-se a isso. Dessa forma, segundo Viotti (1999) e Pezzati (1993), no português brasileiro, os verbos **Ter**, **Haver** e **Existir** são os mais recorrentes nas construções existenciais. Além disso, as construções existenciais apresentam características morfossintáticas, semânticas e pragmáticas um tanto quanto peculiares. Isso chama a atenção para a natureza desse fenômeno em evidência na língua.

Pelo ponto de vista da ordem das palavras, Pezzati (2014) defende a existência de dois padrões de ordenação sintática no Português brasileiro: (1) o padrão SVO, com verbos transitivos em sua grande maioria; (2) o padrão VS, com verbos ergativos e verbos existenciais. Segundo a autora, os verbos no padrão VS, especificamente os existenciais, atendem a duas necessidades discursivas distintas: (1) existencial que serve para introduzir uma entidade nova no discurso e (2) apresentativa, usado quando a entidade já é dada no discurso.

Para essas considerações, levam-se em conta as noções de transitividade e detransitividade, assim como a noção de estrutura argumental. Em se tratando de construções existenciais, cabe verificar o tratamento dado ao: (i) mecanismo da impessoalidade, inerente aos verbos, **Ter**, **Haver** e **Existir**, mais recorrentes dessas construções; (ii) fenômeno da definitude e indefinitude do Sintagma Nominal; (iii) e, também, a função das expressões locativo-temporais nessas construções.

Esses constituintes atuam em conjunto para formar a construção existencial (CASTILHO, 2014). Com isso, as pesquisas dentro do paradigma do Funcionalismo Clássico fornecem noções importantes para a contextualização das construções existenciais, criando um terreno sólido para essa pesquisa.

1.5 Predicado, Transitividade/Detransitividade e verbo

Neves (2012) afirma que o verbo é o predicador por excelência em muitas línguas no mundo, haja vista que os verbos configuram o predicado das orações, ou seja, a transitividade é um atributo forte na constituição do enunciado. Segundo Neves (2012), os predicados designam as propriedades ou as relações que estão na base da predicação, que se constroem com seus argumentos e demais elementos do enunciado. O predicado tem propriedades sintáticas e semânticas, ou seja, a forma lexical, a categoria, número e a função semântica dos termos.

De acordo com Neves (2006), o verbo tem a capacidade de abrir determinados lugares na oração e de selecionar os argumentos para preenchê-los. Dentro dos aspectos principais dos verbos está a transitividade. Conforme Abraçado (2003), a transitividade é um fenômeno complexo que envolve traços sintáticos e semânticos.

Sintaticamente, considera-se uma oração transitiva aquela em que há um objeto direto ou indireto. Semanticamente, considera-se uma oração transitiva a que exhibe três propriedades semânticas do Sujeito, do verbo e do objeto. Segundo Abraçado (2003), essas propriedades são: agentividade (agente intencional, controlado ativo, responsável pelo evento), a afetação do objeto (paciente concreto, passivo, inativo, não-controlador, afetado pela mudança de estado do evento) e a perfectividade (o verbo codifica um evento limitado, completo que ocorre num tempo real). Por exemplo, na oração “O professor esqueceu o livro na biblioteca” há um predicador, o verbo “esquecer”, que nesse caso é transitivo. Com isso, o verbo seleciona o Sujeito da oração, o substantivo “o professor” e também seleciona os argumentos “o livro”. Esses constituintes desempenham papel temático de Agente, paciente. Há também nesse exemplo uma expressão locativa, “na biblioteca”, que funciona com circunstanciador espacial. Nota-se que a transitividade do verbo é alta, e, por exigir dois argumentos, é chamado de biargumental.

Em contrapartida, Abraçado (2003) afirmam que há o fenômeno da detransitivização, sendo um mecanismo que exhibe um decréscimo gradiente dos fatores que definem a transitividade. Para Abraçado (2003), as construções passiva, impessoal, antipassiva, reflexiva, recíproca e média são implicações desse mecanismo. Dessa forma, a autora afirma que cada uma dessas construções se distingue pelo grau de decréscimo das propriedades da transitividade, caracterizando o fenômeno da detransitivização. Por exemplo, na oração “O professor saiu da sala”, há um predicador, o verbo “sair” que exige o argumento Sujeito, “o professor”. Há também a expressão locativa “da sala”, que não é exigida pelo verbo, funcionando para suplementar a informação. Segundo Abraçado (2003), o fato do predicador, verbo, não ter exigido um complemento, somente o Sujeito, demonstra a gradação da transitividade. Esse verbo por exigir somente um argumento é chamado de verbo monoargumental.

Segundo Hopper e Thompson (1980), a transitividade é um fenômeno não só centrado no verbo, isto é, ela é também uma maneira de se entender a organização discursiva. Segundo as autoras, a transitividade precisa ser observada a partir de parâmetros, ou seja, como um processo

gradiente que a oração exibe. Assim, considera-se a transitividade com um fenômeno escalar num contínuo.

Castilho (2014, p. 396) afirma que “a transitividade é sem dúvida a propriedade gramatical mais importante do verbo”. Para o autor, a transitividade atua por toda a língua, sendo responsável pela estruturação da sentença. Dessa forma, o verbo seleciona seus argumentos para constituir a predicação, sendo a transitividade atividade principalmente dessa categoria.

Dessa forma, os mecanismos de transitividade e detransitivização tornam-se o aspecto definidor da natureza funcional do verbo na constituição de enunciados. Isso possibilita verificar a gradação da categoria do verbo a partir da exibição de sua estrutura argumental. Segundo Neves (2006), estrutura argumental é a exibição das relações semântico-gramaticais que se estabelecem entre um predicado e seus complementos ou argumentos.

Assim, Neves (2012) afirma que no português há verbos monoargumentais, biargumentais e triargumentais, ou seja, cada um desses tipos de verbos abre um número específico de lugares e exige argumentos para preenchê-los. Para Castilho (2014) e Perini (2008), no tipo monoargumental, a ordem dos constituintes geralmente aparece com Sintagma Nominal (SN), exigido pela transitividade do verbo, pré-posto ao Sintagma Verbal (SV). Segundo Neves (2012), os verbos monoargumentais, em seu aspecto semântico, indicam algum tipo de movimento, processos e entrada ou saída de cena. Por exemplo, o verbo **cair**, que exige o Sujeito da oração, e esse Sujeito cumpre o papel temático, estruturando-se no padrão SV (Sujeito + Verbo).

Define-se, com isso, a categoria verbo a partir do grau de transitividade/detransitividade que esses predicados exibem na estrutura argumental. Nessa escala temos:

+ Transitivo		+ Detransitivo
Verbo Triargumental	Verbo Biargumental	<i>Verbo Monoargumental</i>

Verifica-se nessa escala, a definição dos tipos de verbos a partir da exibição do grau de transitividade. Segundo Pezzatti (1993), a seleção de argumentos pelo predador envolve princípios semânticos, pois os argumentos cumprem um papel temático correspondente ao estatuto semântico do verbo. Por exemplo, o verbo **cortar**, é biargumental, seleciona dois argumentos, o argumento um, Sujeito, tende a ser mais animado, mais dinâmico, etc, e o argumento dois mais inanimado e paciente. Para a autora, isso demonstra que seleção feita pelo verbo não é aleatória.

Segundo Castilho (2014), as sentenças monoargumentais dispõem de quatro tipos: (i) existenciais, (ii) ergativas, (iii) atributiva e (iv) equativas. De acordo com o autor (2014), essa tipologia é definida pelo número de argumentos que elas apresentam, sendo a transitividade o fenômeno principal para explicar a organização estrutura dessas sentenças.

Ainda, Pezzatti (2014) afirma que no grupo dos verbos considerados monoargumentais

há subconjuntos, os intransitivos e inacusativos, mas há, também, o sistema ergativo. Segundo a autora, verbos ergativos caracterizam-se: (i) pelo alinhamento formal entre o Sujeito intransitivo e o objeto transitivo, contraposto ao Sujeito transitivo; (ii) possuem, em outros termos, uma marca para os Sujeitos transitivos e outra para os Sujeitos intransitivos e objetos. Para a autora, há, assim, de um lado os Verbos Ergativos para a classe dos verbos inacusativos, e para os Verbos Intransitivos o termo inergativos.

Com uma perspectiva estritamente formal, Coelho (1998) explica as diferenças entre os verbos intransitivos e ergativos. Segundo a autora, os verbos intransitivos, assim como os verbos transitivos, apresentam a capacidade de atribuir caso acusativo (mesmo que seja um objeto cognato), contrariamente aos verbos ergativos. Assim, Coelho (1998) propõe a inclusão de uma classe de Verbos Ergativos às pesquisas linguísticas, pois há uma correlação entre a não atribuição de papel temático à posição externa a Sintagma Verbal (SN) e a não atribuição de caso acusativo ao Sintagma Nominal em posição de complemento, isso significa, segunda a autora, que as estruturas ergativas diferem das estruturas intransitivas.

Perini (2008, p. 306) afirma que os verbos ergativos apresentam um Sujeito Paciente e nenhum objeto direto. Por exemplo, “Parece que esse carro nunca lavou” e “O tanque encheu”. Segundo o autor, no primeiro exemplo, o verbo “lavar” deixa de ser transitivo e passa a ser ergativo. Já o segundo é um exemplo prototípico de um ergativo, ou seja, o Sujeito torna-se paciente, papel temático típico de um objeto direto.

Nesse contexto, o trabalho de Avelar (2006a) identifica dentro do bloco de Verbos Ergativos, um tipo que assume a função de introduzir um referente no discurso, denominando de Verbos Existenciais. Para Viotti (1999), a configuração morfossintática desses verbos é específica, pois são verbos que deixam de ser transitivos e passam a atuar como mais detransitivos.

Segundo Viotti (1999), na configuração estrutural das construções existenciais há um Sintagma Verbal (SV) preposto ao Sintagma Nominal (SN) com a ocorrência de uma expressão locativo-temporal. Assim, esse tipo de verbo exibe características distintas dos verbos ergativos, pois o Sintagma Nominal posposto ao verbo não funciona com Sujeito e nem como objeto. Para Avelar (2006a), os verbos existenciais apresentam outras características como a impessoalidade e, na mesma construção, a ocorrência de uma expressão locativo-temporal.

Com essas considerações, propõe-se, para esta pesquisa, o seguinte contínuo para os tipos de verbos, considerando as noções de transitividade e detransitividade como polo gramatical central para a distinção desses tipos de verbos:

Tabela 1 – Contínuo dos tipos de verbos

+ Transitivo	+ Intransitivo	+ Detransitivo
Triargumental	Biargumental	Monoargumental
	Ergativo	Existencial

Elaboração Própria.

A Tabela 1 exibe o contínuo entre os tipos de verbos a partir da noção de transitividade e detransitividade, essa exibição apoia-se nas características sintático-semântica de cada um desses tipos de verbos. Considera-se que o polo dos Verbos monoargumentais abriga verbos que exigem o Sujeito da oração (CASTILHO, 2014). Já o polo dos Verbos Ergativos abriga verbos que exigem o argumento único com propriedades típicas do objeto direto dos verbos transitivos (DIXON, 1979). Essas propriedades dos verbos monoargumentais e ergativos os diferenciam dos Verbos Existenciais.

Focalizando os Verbos Existenciais, Trask (1995) diz que esses verbos servem para trazer um novo elemento para o discurso. Para Castilho (2014), a configuração das construções existenciais responde à pergunta “quem é X?”, “o que é X?”, pois funcionam no discurso para introduzir um tópico novo. Assim, para o autor, sua estrutura sintagmática é [Verbo + Sintagma Nominal + locativo-temporal].

Por conseguinte, Castilho (2014, p. 329) atribui as seguintes propriedades para as construções existenciais:

- (1) O verbo é impessoal e não atribui papel temático. Assim, a predicação sentencial não é exercida por ele, mas sim pelas expressões locativas e temporais que coocorrem;
- (2) O Sintagma Nominal único é geralmente indefinido e o verbo não é predicativo, ou seja, não dá contribuição semântica ao argumento único. Vem geralmente posposto ao verbo;
- (3) Expressões locativas e temporais ocorrem explícitas ou elípticamente e vêm geralmente na esquerda da sentença.

Os exemplos dados por Castilho (2014, p. 330) são: (1) *Ali há uns eucaliptos sendo plantados, não?*; (2) *Existe muitos outros meios de transporte que não são explorados*; (3) *Há cinco anos que não o vejo*. Nota-se que esses exemplos apresentam as propriedades apontadas por Castilho (2014). Para o autor, há duas funções nessa estrutura de existência, a função existencial e apresentativa, as quais mantêm uma estreita relação formal entre si. Todavia, ele denomina esses dois tipos como existenciais.

Pezzati (2014) afirma que os verbos **Ter**, **Haver** e **Existir** e, em alguns casos, o verbo **Aparecer** são os mais recorrentes nas construções existenciais. Sobre essas construções, a autora destaca três características: (1) a posição pós-verbal do Sintagma Nominal; (2) esse

Sintagma Nominal é normalmente introduzido pelo artigo indefinido; (3) há a presença de um circunstanciador de tempo ou de lugar. Para a autora, essas características definem esse fenômeno e o evidencia frente a outros fenômenos linguísticos.

Verifica-se que o aspecto morfosintático das construções existenciais é específico. Os trabalhos de Avelar (2006a), Pezatti (1993) constataram esses aspectos morfosintáticos, assim como a recorrência dos verbos **Ter**, **Haver** e **Existir** nessas construções. Segundo Perini (2008), a categoria verbo é muito extensa, assim como o potencial funcional no sistema da língua. Para o autor, a alteração de um verbo de um tipo para outro envolve uma complexidade de fatores gramaticais, histórico-social e interacionais.

Castilho (2014, p. 402), discutindo a “gramaticalização” dos verbos **Ter** e **Haver**, afirma que, como verbos plenos, esses verbos selecionam um Sujeito /possuidor e se constroem com Objeto Direto. O autor (2014, p. 402) afirma que em latim *tenere* (português ter) significava “ter em suas mãos, possuir”, já *habere* (português haver) significava “ter em sua posse, ser dono, guarda”. Para ele, a história desses verbos proporciona a estrutura possessiva (Sintagma Nominal + ter/haver + Sintagma Nominal), sendo que a partir do século XVI, o verbo **Ter** predominou nas estruturas possessivas, o que o afastou do verbo **Haver**.

Para Castilho (2014, p. 403), o deslocamento do verbo **Haver** das estruturas possessivas tornou esse verbo especialista nas construções existenciais, deslocando o verbo **ser** existencial. Porém, para o autor, o embate entre **ter** e **haver** torna a acontecer no português contemporâneo, afinal, o verbo **ter** vai afastando o verbo **haver** nas estruturas existenciais (Verbo + Sintagma Nominal). Com isso, admite-se que os verbos **Ter**, **Haver** e **Existir** são os mais prototípicos do tipo Verbos Existenciais, como confirmado pelas pesquisas de Pezatti (2014) e Avelar (2006a).

As contribuições das considerações do Funcionalismo Clássico sobre as noções de predicado, transitividade/detransitividade, estrutura argumental e verbo são significativas para esta pesquisa, pois localizam o fenômeno das construções existenciais, fornecendo informações sintático-semânticos e discursivas dessas construções.

No Quadro 1, abaixo, sintetiza-se essas informações gramaticais sobre os Verbos Existenciais:

Quadro 1 – Sobre Verbos Existenciais

+Detransitivos		
Verbos Existenciais (V + SN + Loc-Tem)		
Propriedades Semântico-Sintáticas e Discursivas	Verbos mais prototípicos	Exemplos:
<ul style="list-style-type: none"> - Sentido existencial; - Sintagma Verbal preposto; - Marca de impessoalidade; - funcionam no discurso para introduzir um tópico novo. 	Ter – Haver - Existir	<p><i><u>Tem</u> muita gente <u>aqui</u> pelo Casa Férias e o que acham?</i></p> <p><i>Já <u>há</u> manifestações confirmadas <u>por todo Brasil</u> no dia de hoje.</i></p> <p><i>Se <u>existe</u> respeito, <u>existe</u> harmonia.</i></p>

Elaboração Própria

Verifica-se no Quadro 1 a síntese das informações gramaticais e discursivas sobre os Verbos Existenciais. Porém, a construção existencial exhibe outros constituintes que juntos configuram as propriedades de uma construção existencial (CASTILHO, 2014). São eles: a impessoalidade, a definitude, indefinitude e a ocorrência de expressões locativo-temporal. Discute-se a seguir cada um desses constituintes à luz do Funcionalismo Clássico. Busca-se, com isso, uma contextualização desse fenômeno no bojo dessa perspectiva.

1.5.1 Impessoalidade nas Construções existenciais

Constatadas as propriedades dos Verbos Existenciais, natureza detransitiva e preposto na oração, uma propriedade acoplada ao verbo, no âmbito da construção existencial, é a impessoalidade (PEZATTI, 1993). Para Castilho (2014, p. 613), a impessoalidade faz parte da categoria “pessoa”, sendo sua representação exibida no nível do discurso, semântico, vocabular e gramatical. Discute-se essa noção nessa subseção.

Em se tratando de construções existenciais, a categoria pessoa manifesta-se na flexão verbal. No exemplo, “Tem um jeito novo de fazer mudança”, nota-se que o verbo **Ter** apresenta-se na terceira pessoal do singular, caracterizando uma impessoalidade. Viotti (1999) e Vitória (2006) constataram que os verbos existenciais apresentam essa característica, tornando-a, segundo as autoras, um atributo necessário e definidor dessa construção.

Castilho (2014, p. 393) diz que a categoria verbo dispõe de propriedades gramaticais tanto morfológica quanto sintática. Especificamente, segundo o autor, a categoria pessoa ocorre

por meio dos morfemas flexionais que se aplicam ao radical, sendo os sufixos número-pessoal um desses morfemas. Para o autor, no caso da terceira pessoa do singular a marcação é zero nos verbos, ou seja, não há um sufixo número-pessoa nessa situação.

O trabalho de Negrão, Scher e Viotti (2008) discute as estratégias de impessoalidade no português brasileiro. Para as autoras, essas estratégias são entendidas como um contínuo, que vai de sentenças transitivo-ativas, com agente-controlador (portanto não-impessoais), até sentenças impessoais, sem sujeito. Segundo Negrão, Scher e Viotti (2008), em uma língua como o português, há construções que expressam condições meteorológicas, por exemplo, “Chove muito aqui em São Paulo” e “Ventou durante o jogo”. E, por outro lado, há as construções existenciais, por exemplo, “Há vagas de emprego” e “Tem uma pedra no caminho”.

Como visto na subseção anterior, os Verbos Existenciais localizam-se no polo + Detransitivo. Considerando esse contínuo, o fenômeno da impessoalidade nesses verbos é uma implicação dessa situação. Semanticamente, esses verbos não exigem argumento com papel temático de agente-controlado, sintaticamente não há Sujeito, isso implica na ocorrência da impessoalidade nessas construções.

Para Negrão, Scher e Viotti (2008), a impessoalização é considerada dentro desse contínuo. Para as autoras, entre os polos + Transitivo e + Detransitivo há uma variedade de construções, que vão do nível menos impessoal (ou mais agentivo-controlador), para o mais impessoal. Assim, localizam-se as construções existenciais no polo mais impessoal devido à propriedade Detransitiva inerente nessas construções. Com isso, o verbo assumiria a terceira pessoa do singular, nos dizeres de Castilho (2014, p. 394), marca zero de sufixo número-pessoa.

Resume-se que gramaticalmente, em relação às formas dos verbos existenciais, a impessoalidade inerente à chamada terceira pessoa se expressa mediante a ausência de marca, ou seja, seu índice é zero. Já do ponto de vista discursivo, Oliveira (2005) afirma que uma forma impessoal se caracteriza principalmente pelo fato de não situar seres específicos no mundo biossocial, dada a aplicação de sua referência.

Oliveira (2005) faz a distinção entre singular e plural. Para a autora, esses dois aspectos correspondem a um ‘eu’ quantificado ou multiplicado, ou seja, ‘nós’ que não constitui uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma junção entre ‘eu’ e o ‘não-eu’. Assim, essa pluralidade indistinta que confere ao “nós” o valor relativamente impessoal atribuído.

Para Oliveira (2005), a impessoalidade verbal se harmoniza com essa noção de amplitude. Dessa forma, a referência é expandida e a terceira pessoa passa a equivaler a “qualquer um”. Perini (2008) considera os tipos impessoais como sendo: (i) de apresentação de existência e (ii) de apresentação de existência com concordância. Os exemplos dados por Perini (2008, p. 130) são “Há muitas praias na Bahia.” e “Existem muitas praias na Bahia”. Para o autor, esses exemplos são construções de extensão muito limitadas, compostas de um SN com o papel temático de Apresentado, ou seja, o elemento cuja existência é asserida. Ainda, para o autor, a

concordância, neste caso, é resultado de marca formal, e não de fatores semânticos.

Contudo, essas considerações dadas para o mecanismo de impessoalidade contribuem para se admitir que a impessoalidade, marcada gramaticalmente, é uma implicação de aspecto semântico e discursivo. Em relação às construções existenciais, isso atua na função de diluidora do referente.

Outro constituinte envolvido nas construções existenciais é o Sintagma Nominal. Segundo Viotti (2002), na maioria das construções existenciais o Sintagma Nominal, posposto ao verbo, apresenta uma marcação de definitude ou indefinitude. Para a autora, esse aspecto trilha entre os níveis semânticos e pragmáticos. Discute-se esse constituinte a seguir.

1.5.2 Sintagma Nominal, definitude e indefinitude nas Construções Existenciais

Realizada, nas seções anteriores, a verificação das propriedades sintático-semânticas do predicado, no caso, verbos existenciais, que aponta para a detransitividade como aspecto gramatical relevante, sendo provocadora da impessoalidade acoplada aos verbos, neste turno, focaliza-se no Sintagma Nominal presente nas construções existenciais. Pezatti (2014) e Castilho (2014) afirmam que esse constituinte é posposto ao verbo e apresenta geralmente marca de definitude ou indefinitude acoplada a esse Sintagma.

Objetiva-se, primeiramente, destacar as considerações sobre a natureza gramatical de um Sintagma Nominal para elencar suas propriedades no trato das construções existenciais. Para tanto, fundamenta-se nas lições de Castilho (2014). Em seguida, discute-se o mecanismo de definitude ou indefinitude acoplado nesse sintagma nas considerações dadas por Viotti (2002), pois ela o trata especificamente como um aspecto definidor de uma construção existencial.

Castilho (2014, p. 453) afirma que o Sintagma Nominal é uma construção sintática que tem por núcleo um substantivo ou um pronome. Para o autor, no primeiro caso, a função é designadora, já no segundo caso envolve a classe dos dêiticos/fórica/substituidora. Além disso, segundo o autor, há a atuação junto ao Sintagma Nominal de especificadores e de complementadores. Esses elementos apresentam um ordenamento específico na sentença. No caso dos especificadores posicionam-se à esquerda do núcleo, já os complementadores à direita.

Por exemplo, na construção “*Tem uma mulher no meio da rua*”, o Sintagma Nominal núcleo é “mulher”, um substantivo, posposto ao verbo existencial, no caso. Nota-se, nesse exemplo, que o especificador, um artigo indefinido, funciona à esquerda do núcleo. Pezatti (1993) constatou que nas construções existenciais o Sintagma Nominal geralmente é indefinido, sendo o núcleo um substantivo com baixa carga semântica, com pouca referencialidade, por exemplo, “coisa”, “pessoas”, “jeito”, etc. Pezatti (1993) também afirma que nas construções existenciais há a ocorrência de artigos indefinidos prepostos ao núcleo do Sintagma Nominal.

Castilho (2014) afirma que o termo especificador é um rótulo de caráter sintático, pois, designa um constituinte sintagmático e sentencial, independente de sua interpretação semântica. Para o autor, semanticamente, os especificadores são determinados ou indeterminados. No caso das construções existenciais, esses dois aspectos são considerados como definidores dessas construções, pois se apresentam muito recorrentes (VIOTTI, 2002).

Segundo Viotti (2002), o aspecto da definição ou indefinição no plano da linguagem transita em níveis diversificados dos componentes gramaticais semântico-pragmáticos e morfossintáticos. Para a autora, em se tratando das construções existenciais com os verbos **Ter**, **Haver** e **Existir** é tendência perceber esse atributo no bojo morfossintático dessas construções.

Para exemplificar esse aspecto, veja o exemplo: “*Há a cidade ideal no catalogo*”. Nota-se no exemplo a presença do artigo definido “a” preposto a Sintagma Nominal. Segundo Viotti (2002), isso é pouco recorrente no uso nas construções existenciais. Para a autora, nesse exemplo há o efeito de definitude, sendo comum admitir a não gramaticalidade de definidos na posição pós-verbal das existenciais.

Viotti (2002) afirma que a definitude é possível em construções existenciais e apresenta várias razões para sua ocorrência. Para a autora, as construções existenciais possibilitam uma “restrição” de Sintagmas Nominais definidos em posição pós-verbal. Viotti (2002, p. 4) afirma que “os Sintagmas definidos são possíveis na posição pós-verbal de sentenças existenciais”. Para a autora, a função semântico-pragmática dessas sentenças incentiva essa ocorrência, porém, não condiciona a ocorrência de Sintagmas indefinidos como complemento do verbo.

Segundo Viotti (2002), um dos critérios para definir uma construção existencial é justamente a presença de um Sintagma introduzido pelo artigo definido/indefinido em posição pós-verbal. Para a autora, é possível que, em muitos casos, o suposto “desvio” apresentado por construções existenciais nas quais o Sintagma Nominal pós-verbal é introduzido por um indefinido seja causado, ao menos parcialmente, pelo esvaziamento semântico desse Sintagma.

Outro autor com abordagem funcionalista para essa questão é Hawkins (1978). Para esse ele, no caso das construções existenciais, o uso do artigo definido só é licenciado se houver um conjunto de conhecimento compartilhado entre interlocutores. Além disso, a referencialidade do núcleo do Sintagma Nominal introduzido pelo artigo definido possibilita o acesso ao conhecimento compartilhado no momento da interação.

Verifica-se que a abordagem de Hawkins (1978) encaminha para a aceitação de que a questão da definitude e indefinitude está localizada no polo semântico-pragmático. Para Viotti (2002), outros autores afirmam que a função do artigo definido é predicar ou asseverar a existência de uma entidade ou estado-de-coisas. Segundo Lambrecht (1994), as construções existenciais estabelecem a existência de uma entidade no discurso, ou seja, construções existenciais introduzem um “referente de discurso”. Para o autor, a ocorrência de um definido nas construções existenciais atenda essa função.

Viotti (2002) concorda com essas abordagens, ou seja, construções existenciais introduzem novas entidades ou referentes no domínio do discurso, porém, para a autora, não parece que seja correto afirmar que introduzir novos referentes no discurso seja a função pragmática exclusiva das sentenças existenciais. Afinal, introduzir novas entidades no discurso é algo que qualquer sentença pode fazer.

Nesse ponto, Pezatti (2014) afirma que o caráter informacional é uma essência da linguagem, ou seja, qualquer cláusula é constituída pelo teor da informatividade, dada pela manutenção Tema-Rema no plano da função textual. Dessa forma, para a autora, a função pragmática das construções existenciais está além da introdução de um novo referente no discurso, atuam também na manutenção textual, no processo de remissão e referenciação.

Para Viotti (2002), a definitude ou indefinitude funcional no plano discursivo, atenda duas funções: (1) a função de convidar o interlocutor para inserir, como parte do universo de interpretação, algum elemento ou estado de coisa que não tenha sido considerado antes; (2) a função de enfatizar algum referente de discurso já mencionado, de maneira a fazê-lo dominar o discurso subsequente. Assim, segundo Viotti (2002), a função dois seria uma função apresentacional.

Dessa forma, Pezatti (2014) considera que nas construções existenciais co-ocorrem duas funções pragmáticas, uma delas é a função apresentacional. Essa constatação também é acompanhada por Viotti (2002) e Castilho (2014). Considera-se que as construções existenciais trazem uma instrução sobre o que o interlocutor precisa considerar no ato de interpretação do enunciado. Já a função apresentacional das construções existenciais exige que o Sintagma Nominal introduzido na posição pós-verbal traga informação nova para o discurso, sendo retomada posteriormente.

Segundo Viotti (2002), em muitas línguas, a informação nova é marcada gramaticalmente por meio do artigo indefinido, e essa característica explica o fato de que em construções existenciais predominam Sintagmas Nominais indefinidos na posição que segue imediatamente o verbo.

Nessa dimensão, como aponta Hetzron (2003), a função apresentacional não exige que na construção existencial contenha algum constituinte que carregue informação nova. Para o autor, a “novidade” é justamente o fato dos elementos estarem conectados e constituírem um todo, ou seja, a “novidade” está na fato de que esses elementos foram colocados juntos.

Segundo Castilho (2014), não se pode dizer que a função, inserção/introdução de objeto de discurso seja exclusiva das construções existenciais. Todavia, Viotti (2002) defende que essas construções são uma demonstração da atuação sintática como mecanismo de organização e explicitação, no nível da sentença, dos complexos processos de referenciação, ou seja, introdução de entidades no discurso.

Outra contribuição sobre esse aspecto encontra-se nas noções de tópico-comentário.

Segundo Viotti (2002), a estrutura sintática das construções existenciais se mostra altamente específica, quando comparada com a estrutura sintática de declarativas simples, comumente chamada de “tópico-comentário”.

Para Pezatti (2014), o “tópico” pode coincidir com o Sujeito. Para a autora, espera-se que a relação entre tópico e Sujeito seja pelo menos parcialmente covalente, porém nas construções existenciais o fato de não terem Sujeito é uma forte sugestão de que não há tópico altamente definido como nas sentenças declarativas, por exemplo.

Sobre essa questão, a proposta dada por Givón (1983) se baseia na noção de continuidade discursiva. Para Givón (1983), a continuidade está intimamente ligada às noções de predizibilidade e de pressuposicionalidade (conhecimento compartilhado). Assim, continuidade relaciona-se a graus de pressuposicionalidade e a graus de acessibilidade.

Para Givón (1983), o contínuo é mais predizível porque tem alto grau de participação no conjunto de pressuposições que vem sendo construído no discurso. Dessa forma, o que é contínuo é também mais fácil de ser processado, porque é mais acessível ao ouvinte, justamente por ter alto grau de pressuposicionalidade. Para o autor, o referente do discurso é considerado um tópico. Entretanto, os vários tópicos se diferenciam pela maior ou menor continuidade que eles têm no discurso.

Assim, para Givón (1983), não há a priori meios de correlacionar o tópico com um constituinte de uma sentença. Para o autor, o processamento cognitivo em línguas SVO impulsiona o tópico a aparecer no início da sentença, e isso estabelece um alto grau de continuidade discursiva.

Com isso, segundo Viotti (2002), a função pragmática das construções existenciais é “instruir” o interlocutor, pois, a levar em consideração entidades ou estados de coisa que não estavam em jogo na interlocução anteriormente. Para a autora, há também a função de “apresentar” vagamente o referente que será na sequência enunciativa retomado ou individualizado com mais precisão.

Assim, nessas construções a posição de sujeito é “não marcada” de tópico ou “ponto de continuidade”, pois há um constituinte semanticamente pleno ausente, ou seja, definido nessa posição. Isso implica uma “descontinuidade no discurso” e também uma quebra no fluxo de informação, ou a estratégia discursiva de criar expectativas no seu preenchimento.

Para Viotti (2002), esse aspecto implica no fato de as construções existenciais terem que ocorrer em início de discurso. Com isso, como o Sintagma Nominal definido em posição pós-verbal de uma construção existencial apresenta mais dificuldade para acessar a informação do discurso anterior, visto que serviria como uma ponta de acesso para um conjunto de conhecimento compartilhado para que sua referência fosse estabelecida.

Contudo, baseados em Viotti (2002), depreendem-se dessas considerações sobre o Sintagma Nominal e o aspecto de definitude ou indefinitude em construções existenciais as

seguintes formulações:

(1) os Sintagmas Nominais apresentam uma carga semântico-pragmática muito forte, pois, em sua interpretação, o interlocutor tende a recorrer à informação contida na própria construção existencial e a partir disso estabelecer a referencialidade;

(2) nas construções existenciais, o Sintagma Nominal fornece informação que serve como conjunto de conhecimento compartilhado para que a referência se estabeleça.

Nota-se que as contribuições dadas pelo Funcionalismo Clássico servem para contextualizar o fenômeno das construções existenciais, pois, há a integração dos componentes sintático-semânticos e pragmáticos para a explicação dessa questão. Vistas as características acopladas ao predicado e do Sintagma Nominal, cabe verificar o fato de nessas construções haver a marcação explícita ou elíptica de expressão locativo-temporal. É o que se verifica na próxima subseção.

1.5.3 Expressão locativo-temporal em construções existenciais

O Funcionalismo Clássico considera que a predicação é constituída por itens centrais e secundários, sendo o predicado, o verbo, e os seus argumentos a sua base sintático-semântica. Para Neves (2012), um estado de coisas é algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental), estando sujeito a determinadas operações. Segundo a autora, dentre essas operações, inclui-se a localização no espaço e no tempo. Esses e outros elementos envolvidos para a constituição de um enunciado, sendo esses não exigidos pelo predicado, são chamados de satélites e têm a função de suplementar a informação.

Verifica-se que há um consenso nos trabalhos sobre construções existenciais da identificação da presença de expressão locativo-temporal em sua estrutura. Segundo Castilho (2014), essas expressões locativo-temporais nas construções existenciais ocorrem explicitamente ou elipticamente e, geralmente, são movidas para esquerda da construção.

Castilho (2014) afirma que as expressões locativo-temporais fazem parte da categoria do sintagma adverbial. Para ele, essas palavras podem ser descritas em três campos: semântico, sintático e o discursivo. Do ponto de vista semântico atuam como predicativos, os de verificação e os dêiticos. Já do ponto de vista sintático, o autor afirma que esses elementos podem ser tomados por escopo de constituinte da sentença ou toda a sentença.

Segundo Neves (2012, p. 234), do ponto de vista sintático, os advérbios funcionam como satélites de um núcleo, ou seja, é uma palavra periférica. Para a autora, há nessa classe os advérbios não-modificadores, ou seja, que não afetam o significado do elemento sobre o qual incidem. Assim, quando não operam no valor de verdade da oração, assumem a função de circunstanciais de lugar e de tempo, respondendo as perguntas onde? quando?

Em relação às construções existenciais, Castilho (2014) afirma que nessas construções, sintaticamente, a expressão locativo-temporal tem força predicativa devido a sua parcial exigência na constituição da construção. Para o autor, essas expressões operam, semanticamente, no plano da dêixis. Segundo Castilho (2014), a dêixis é uma propriedade maiormente exemplificada pelos pronomes, que podem ser argumentos de um predicador. Para ele, os itens lexicais passeiam pelas categorias, alguns advérbios operam como quase-argumentos, ou seja, podem exercer essa função parcialmente. Assim, há advérbios quase argumentais, capazes de receber papel temático.

Para Castilho (2014, p. 579) o caráter dêítico dessas expressões predispõe uma linha tênue entre a função predicativa e semântica. No caso das construções existenciais, a expressão locativo-temporal exibe essa gradualidade e se vincula como uma função primordial na constituição dessas construções e, ao mesmo tempo, atuam semanticamente. Por exemplo, “*Tem gente morando do outro lado do bairro.*” e “*Existe tanta coisa nessa loja”*, a marcação locativo-temporal nessas construções exibe a predisposição dessa marca para o sentido de existência, pautada no espaço-tempo. Nesses casos, segundo Castilho (2014, p. 579), essas expressões servem como dêíticos de lugar, sendo o primeiro caso no eixo transversal e o segundo no eixo proximal. Castilho (2014, p. 579) divide essas expressões em duas plataformas de atuação no nível semântico:

(1) Dêíticos de lugar:

Eixo horizontal: *antes, durante, depois.*

Eixo vertical: *em cima, embaixo.*

Eixo transversal: *atrás, à frente, ante, diante.*

Eixo distal: *lá, longe, distante, remoto.*

Eixo proximal: *aquí, perto, próximo.*

(2) Dêíticos de Tempo:

Presente: *agora, hoje, atualmente.*

Passado: *ontem, anteriormente, antigamente.*

Futuro: *amanhã, futuramente.*

Marcações imprecisas de tempo: *cedo, tarde, hoje cedo.*

Marcações sem especificação de tempo: *então, já, ainda.*

Segundo Pezatti (1993), o critério da marcação locativo-temporal nas construções existenciais evidencia a distinção semântico-pragmática entre construções existenciais e apresentativas, sendo que as apresentativas tendem a não exibir essa expressão locativo-temporal.

Com isso, a ocorrência de expressão locativo-temporal nessas construções existenciais atende a aspecto semântico. Segundo Castilho (2014), são operacionalizadas por dêíticos espaço-

tempo, isso demonstra o vínculo entre o sentido de existência e a noção espaço e tempo. Para Lyons (1977), as construções existenciais podem ser consideradas implicitamente locativo-temporais, pois, para serem devidamente interpretadas, a afirmação de que alguma coisa existe ou existiu requer complementação com uma expressão locativa-temporal.

Com isso, considera-se que, nas construções existenciais, expressões locativo-temporais são objetos circunstanciais (GARCÍA, 1996). Para García (1996), essa função corresponde ao “fundo” secundário da oração. Para o autor, essa função é opcional no enunciado, porém, sua exibição em enunciados aumenta o grau de informatividade. Segundo García (1996), por mais que não seja exigido pelo verbo, sempre restauram a informação contextual.

A partir dessas considerações sobre os constituintes da construção existencial à luz da abordagem do Funcionalismo Clássico, apresenta-se abaixo o quadro geral que exhibe a arquitetura dessas construções. As informações são provenientes das considerações elencadas nas seções anteriores.

Quadro 2 – Arquitetura de Construção Existencial

Sentido de Existência			Semântico
V	SN	Loc-Temp	
- Preposto - Impessoal	- Posposto - Definido ou Indefinido	- Satélite	Morfossintático
- Introduz o SN.	- Polo das informações compartilhadas.	- Dêitico de Espaço-Tempo	Pragmático
Função de inserir objeto de discurso			Discursivo
Ter – Haver - Existir			Verbos/Recorrentes
<i>1- Tem muita gente aqui que aluga pelo Casa Férias e o que acham?</i> <i>2 - Não há dívidas que a CPI da FUNAI foi criada sob medida para avançar na retirada de direitos dos povos indígenas.</i> <i>3 - Não existe falta de tempo, existe falta de interesse.</i>			Exemplos

Elaboração própria.

O Quadro 2 é o resultado das considerações apontadas pela abordagem do Funcionalismo Clássico. Procura-se exhibir uma visão geral do fenômeno das construções existenciais nessa perspectiva, considerando o princípio básico do funcionalismo que é a integração dos componentes gramaticais. Destaca-se a importância dessa perspectiva para a localização dentro dos estudos linguísticos do fenômeno em questão.

Na próxima seção, apresentam-se as justificativas para uma abordagem construcional das construções existenciais. Discutem-se os princípios básicos que norteiam essa perspectiva que

orienta essa pesquisa, apontando para as vantagens desse paradigma para a descrição e a análise das construções existenciais. Após essa justificativa, no Capítulo II, apresenta-se a fundamentação teórica que orienta a descrição e a análise propostas nesta pesquisa.

1.6 Abordagem construcional para as construções existenciais

As abordagens dadas às construções existenciais pela Gramática Tradicional, Sociolinguística e pelo Funcionalismo Clássico fornecem bases sólidas para contextualizar essas construções nos estudos linguísticos de hoje. Isso porque, mesmo sendo perspectivas teórico-metodológicas diferentes, evidenciam as características desse fenômeno. Por exemplo, as pesquisas sociolinguísticas demonstram o uso recorrente na fala e na escrita dos verbos **Ter**, **Haver** e **Existir** nessas construções, sendo uma tendência atual o uso de **Ter** (OLIVEIRA, 2014). Além disso, o Funcionalismo Clássico verifica as particularidades morfossintáticas, por exemplo, a impessoalidade no verbo e a função do Sintagma Nominal e da expressão locativo-temporal nessas construções (CASTILHO, 2014).

Problematiza-se que as construções existenciais ainda suscitam questões relevantes dentro dos estudos linguísticos. A visão lexicalista atribui somente aos verbos o papel de constituir o sentido de existência e configurar sua estrutura sintática, porém esse fenômeno envolve uma complexidade de fatores de ordem semântica, sintática, pragmática e cognitiva de forma integrada.

A partir disso, esta pesquisa propõe uma abordagem desse fenômeno à luz da Gramática de Construções, nos termos de Croft (2001), Goldberg (1995, 2006, 2010), além dos estudos de Fillmore (1982) sobre a Semântica de Frames. Objetivamente, propõe-se descrever e analisar as construções existenciais, tendo como *corpus* a modalidade falada e escrita do português contemporâneo em Goiás.

As investigações que descrevem e analisam a construção gramatical defendem que as estruturas da língua são moldadas na experiência de seus usuários, na comunidade linguística e nelas há os processos cognitivos de domínio geral atuando integralmente. Além disso, consideram os usos efetivos em seu contexto de produção (ROSÁRIO, OLIVEIRA, 2016).

Nessa mesma linha, esse paradigma considera que todas as unidades da gramática são simbólicas, ou seja, pares indissociáveis de sons e significados (FERRARI, 2014). Assim, a gramática compreende estruturas semânticas, fonológicas e conexões simbólicas entre aquelas duas estruturas (CROFT, 2001). Por sua capacidade simbólica, o homem é o único capaz de criar representações abstratas (ABREU, 2013).

Esse atributo de pensar abstratamente e comunicar nos torna a única espécie capaz de referenciar em ausência, ou seja, podemos falar de lugares e assuntos que não estão presentes no momento e na situação da enunciação. As construções existenciais e muitos outros fenômenos linguísticos nos demonstram justamente isso.

Segundo Abreu (2013), o paradigma construcional da língua considera a gramática um resultado de conceptualizações-perceptuais, pois envolve a maneira como se ver e agir no mundo, como criamos categorias e como estabelecemos semelhanças ou analogias entre as coisas. Dessa forma, a gramática nasce do uso da linguagem, que envolve um conjunto complexo de procedimentos cognitivos e socioculturais da comunidade de usuários da língua.

Goldberg (1995) afirma que a construção linguística é entendida como qualquer padrão coerente de palavras ou morfemas que se estabelece com um par de forma e significado. Sendo assim, segundo Ferrari (2014), a indissociabilidade entre gramática e semântica e o contínuo entre léxico e gramática é a vantagem dessa abordagem linguística. Afinal, uma expressão linguística passa a ter uma função gramatical exibindo a não fronteira rígida entre léxico e gramática. Assim, nessa plataforma de investigação, qualquer fenômeno linguístico constitui-se do pareamento entre forma e significado de acordo com padrões gerais (ou esquemas) que captam características comuns entre várias instanciações específicas.

Com isso, admite-se que todas as unidades linguísticas simbolizam conceptualizações, constituindo-se como rotinas cognitivas convencionalizadas ou estabelecidas pelo uso na comunidade. Segundo Abreu (2013), os fenômenos linguísticos envolvem uma complexa teia de domínios cognitivos e socioculturais altamente integrados. Isso implica considerar que as expressões linguísticas são pontas de acesso para uma rede de intersecção de mecanismos gramaticais delineados na concepção-perceptual do mundo pelo usuário da língua.

Sendo a linguagem integrada à cognição, os processos cognitivos e as construções linguísticas fazem parte da mesma face interativa, e isso se materializa nos princípios que norteiam as análises e descrições linguísticas dos estudos que seguem essa perspectiva teórico-metodológica.

Assim, segundo Croft (2001), o conhecimento linguístico é concebido como um inventário de construções, dividido em construções mais centrais (similares) e construções mais periféricas (conectadas). Com isso, segundo Goldberg (2006), uma construção é um pareamento forma-sentido com significado próprio, correlacionado com as partes que a constituem, servindo como um esquema ou modelo que reúne o que é comum a um conjunto de elementos da natureza um tanto quanto semelhantes.

Com isso, Rosário e Oliveira (2016) afirmam que o sentido, nessa abordagem, implica nas propriedades semânticas, pragmáticas e/ou discursivo-funcional. Assim, esse sentido é associado a uma configuração estrutural específica, ou seja, aos aspectos convencionalizados da função da construção. Portanto, a construção exhibe uma interface entre léxico e sintaxe. Dessa forma, admite-se que a abordagem construcional favorece uma fundamentação teórico-metodológica para as construções existenciais, presentes na fala e escrita da comunidade linguística goiana.

Goldberg (1995, p. 9 - 21) apresenta seis razões que justificam a escolha da abordagem construcional para os fenômenos linguísticos, sendo que, para objetivos deste estudo sobre

construções existenciais, destacamos três delas:

1) Os sentidos verbais não plausíveis: o sentido de determinado verbo não se constrói diretamente a partir dos itens lexicais, sendo, então, o sentido da construção associado ao significado do verbo. Essa associação favorece a seleção de certos verbos em detrimento de outros, no caso das construções existenciais os verbos **Ter**, **Haver** e **Existir**. Assim, o significado é resultado da integração dos significados dos itens lexicais dentro do significado da construção;

2) A circularidade de análise: a abordagem construcional evita múltiplas e distintas análises realizadas a partir da estrutura argumental do verbo com seus respectivos complementos obrigatórios, pois considera que os diferentes significados assumidos por determinado verbo são decorrentes de sua integração com o significado da própria construção. Dessa forma, não há postulação de novos sentidos sempre que uma nova configuração sintática é verificada. Assim, considera-se a interação entre o significado verbal e o significado construcional;

3) Economia semântica: os múltiplos sentidos dos verbos em diferentes contextos não precisam ser uma atribuição idiosincrática do próprio verbo, sendo uma visão mais econômica e generalizada.

Com isso, defende-se que abordagem construcional atenderá aos objetivos especificados para este estudo, pois o próprio fenômeno linguístico em questão exige uma abordagem funcional que considera o uso da língua em discursos naturais. Além disso, essa perspectiva evidencia aspectos cognitivos, sociais e culturais da comunidade linguística, no caso, a comunidade goiana da qual o *corpus* em análise foi gerado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gramática de Construções: contexto geral

A Gramática de Construções (doravante GC) é um empreendimento teórico e procedimental que vem sendo elaborado e expandido no mundo nos últimos trinta anos. Segundo Miranda (2008), a GC surgiu a partir da Gramática de Casos, proposta por Fillmore e seus colaboradores, em Berkely – Califórnia nos anos 60 e 70 do século XX.

Segundo Fried e Östman (2005), a Gramática de Caso propõe uma abordagem baseada em “papéis de casos”, conhecidos como “papéis temáticos” e, por meio da categorização dos papéis temáticos, Fillmore impulsionou a análise do nível semântico a plataformas mais compreensíveis e aplicáveis. Concordando com os referidos autores, Salomão (2009) considera que a abordagem construcional surgiu principalmente com as obras de Lakoff (1987) e com estudos de Fillmore e Kay (1995).

A abordagem construcional da linguagem está abrigada no quadro da Linguística Cognitiva. Com isso, defende que todas as unidades da língua são simbólicas, desde morfemas simples, passando por expressões idiomáticas, estruturas sintáticas (GOLDBERG, 1995, 2006), até padrões textuais (FRIED e ÖSTMAN, 2005).

Para Salomão (2009), os objetivos desse paradigma não se diferenciam, substancialmente, de outras teorias gramaticais, devido ao compromisso de encontrar a melhor maneira de representar todas as facetas do conhecimento linguístico dos usuários da língua, uma vez que a noção de construção proporciona o alcance de um grande número de unidades linguísticas, sendo essas dispostas num contínuo e a distinção entre elas gradiente e não discreta.

Dessa forma, para Croft (2001), a linguagem é entendida a partir de um modelo construcional, sendo a unidade convencional simbólica e básica da língua a construção, e essa um pareamento forma e sentido. Assim, a linguagem é constituída de um sistema de signos, pareados, no que compreende desde morfemas até cláusulas complexas (CROFT, 2001). Nesse sentido, a convencionalidade e o caráter simbólico dessa unidade são fulcrais, pois a linguagem é conceptualizada como uma rede de construções que se inter-relacionam.

Nesse aspecto, Goldberg (1995, p. 23) afirma que as construções são simbólicas, sendo que nesses signos há “associações tipicamente arbitrárias de forma e significado”. Dessa forma, para a autora, o aspecto idiosincrático também faz parte do signo, sendo esse um pareamento na mente do usuário da língua. Assim, os usuários da língua mobilizam construções linguísticas convencionalizadas e simbólicas na comunidade linguística.

Nesse âmbito, os usos linguísticos são compreendidos como resultados de experiências, na rotinização e na perspectivização na e pela linguagem, além de outras motivações de cunho

histórico e social. Dessa forma, o carácter holístico dos usos linguísticos se dá na concepção do pareamento forma e função na perspectiva construcional da linguagem.

Ressalta-se que, na abordagem construcional, a gramática também tem uma concepção holística de seus componentes, ou seja, seus níveis são integrados. Assim sendo, a fonologia, a morfossintaxe, a semântica e a pragmática formam um conjunto, no qual se manifestam os fenômenos linguísticos em uso. Com isso, dentre os modelos de gramática que concebem a construção como unidade básica, destacam-se, para esta pesquisa, o de Croft (2001), Croft e Cruse (2004), e Goldberg (1995, 2006). Além disso, para o trato do aspecto semântico, mobilizam-se os pressupostos da Semântica de Frames (doravante SF), modelo desenvolvido por Fillmore (1968, 1977, 1982, 1985).

2.2 Gramática de Construções de Adele Goldberg

A Gramática de Construções nos termos de Goldberg (1995, 2006) favorece um conjunto de noções importantes para essa pesquisa, as quais são: conceito de construção, a construção de estrutura argumental, o elo de fusão entre o sentido e a forma e o princípio de que as construções linguísticas são relativizadas nas cenas da experiência humana. Apresentam-se esses pressupostos nessa seção.

Definitivamente, a construção é um pareamento convencional de forma-sentido, um esquema abstrato com significado próprio, parcialmente independente das palavras que a constituem (GOLDBERG, 1995). Para Goldberg (1995), a construção serve como um esquema que reúne o que é comum a um conjunto de elementos da mesma natureza. Nesses termos, o sentido amalgama propriedades semânticas, pragmáticas e/ou discursivo-funcionais.

Dessa forma, segundo a autora, o sentido relaciona-se a uma determinada configuração estrutural, ou seja, ele conjuga os aspectos convencionalizados da função da construção, incluindo as especificidades da situação perfilada no enunciado, assim como as propriedades do discurso e o próprio contexto de uso.

Para contextualizar o processo construcional nessa vertente: quando falamos selecionamos construções e itens lexicais, que contribuem cada um deles, com parcelas de um significado. Fundimos esse binômio (construção/palavras) de modo inteiramente inovador, lexicalizado e totalmente idiomático. Goldberg (1995) afirma que a diferença entre construções lexicais e construções sintáticas deve-se ao grau de complexidade interna de cada uma delas. Por conseqüente, as construções podem ser atômicas ou complexas. Assim, a diferença está no seu grau de complexidade e/ou especificação.

Outro ponto importante da GC, nesta vertente, para este estudo, é a tese desenvolvida em torno do processo de integração conceptual. Segundo Goldberg (1995), o significante contribui para a constituição da construção, porém, não é exclusivo, pois o sentido total de uma expressão em uso é maior do que a soma das partes que a constituem. Com isso, há adesão total da não

composicionalidade dos fenômenos linguísticos. Assim, o enunciado é considerado mais que a forma, ou seja, para além dos itens linguísticos. Afinal, está em jogo o valor simbólico, sendo esse semântico/discursivo, que pelo uso está vinculado de modo flexível a uma situação de interação social (MACHADO, 2015).

Destaca-se, também, nessa abordagem o trato dado à estrutura argumental. Goldberg (1995, 2006) prioriza a extensão da abordagem construcional das expressões idiomáticas “irregulares” para as construções “regulares”. Por isso, Goldberg (1995) considerou que as estruturas argumentais são sentenças ordinárias, constituídas por um verbo e seus argumentos.

Com isso, em Goldberg (1995), a análise das construções de estrutura argumental parte da distinção entre papéis argumentais, associados às construções, e papéis participantes, associados aos verbos. Por exemplo, o frame ativado, na maioria das vezes, pelo verbo **Ter** pode associá-lo aos papéis participantes POSSUIDOR e POSSUÍDO. Já os papéis argumentais são as possibilidades previstas por uma construção, não necessariamente pelo verbo.

Para exemplificar, “Aquele menino ali tem uma caixa de lápis” e “Tem uma caixa de ferramentas nessa gaveta”, o verbo **Ter** apresenta dois sentidos diferentes. No primeiro caso, há dois participantes (POSSUIDOR E POSSUÍDO), ou seja, “aquele menino ali” – POSSUIDOR e “uma caixa de lápis” – POSSUÍDO. Esses papéis participantes são compatíveis com o argumento da Construção Transitiva (X AÇÃO Y) e, por isso, fundem-se perfeitamente com ele. No segundo caso, o sentido do verbo **ter** é uma contribuição da construção existencial, ou seja, “uma caixa de ferramentas” – objeto de discurso e “nessa gaveta” – locativo.

Nos termos de Goldberg (1995), o sentido global resulta da associação entre o significado da construção e o significado dos itens lexicais que compõem a construção. Assim, não é necessário estabelecer uma proliferação de sentidos verbais para explicar a diferença entre as construções. O verbo mantém um sentido convencional, porém, a diferença de significados é resultado do sentido construcional perfilado na atualização da construção. Segundo a autora, dois princípios gerais especificam a forma como papéis participantes e papéis argumentais se fundem (GOLDBERG, 1995, p. 50)¹ :

I. Princípio da Coerência Semântica: papéis participantes dos verbos e papéis argumentais da construção devem ser semanticamente compatíveis para se fundirem.

II. Princípio da Correspondência: papéis perfilados pelo verbo devem ser codificados por papéis argumentais perfilados.

Para Goldberg (2006), as palavras contribuem para o significado das sentenças, mas não são responsáveis por todo o significado. Ainda, segundo a autora, a proliferação de sentidos verbais é “indesejável”, pois, pode atribuir ao verbo sentido implausível. Nesse sentido, a GC se contrapõe a uma visão lexicalista, da valência verbal, pois, refuta a ideia de que a interpretação e

¹ I. The Semantic Coherence Principle: Only roles which are semantically compatible can be fused;
II. The Correspondence Principle: Each participant role that is lexically profiled and expressed must be fused with a profiled argument role of the construction.

a forma de uma sentença são determinadas pelas informações semânticas e sintáticas do verbo principal (SALOMÃO, 2009).

Dentro da vertente da GC de Goldberg (1995), há outra noção importante para esta pesquisa, a de rede construcional. Segundo Salomão (2009), sendo a construção linguística a unidade básica da linguagem, a gramática, como expressão do conhecimento linguístico, passa a ser o conjunto de todas as construções de uma determinada língua. Assim, a gramática é um repertório de construções vinculadas radialmente por relação de herança. Segundo Goldberg (2006), a gramática de uma determinada língua é uma grande rede de construções, que abrange desde os níveis mais simples até os mais complexos.

Para Goldberg (1995, 2006), esse repertório de construções está disponível na gramática em redes, assim sua organização é radial. Desse modo, segundo Machado (2015), as construções periféricas herdam elementos sintático-semânticos de construções mais centrais. Para Goldberg (1995, p. 67. trad. nossa)², as redes de construções constituem a gramática da língua. A autora propõe princípios psicológicos relevantes para a organização linguística dessas redes:

I. Principio da Motivação Maximizada – se duas construções são sintaticamente relacionadas, tais construções podem ser motivadas semanticamente ou pragmaticamente;

II. Principio da Não Sinonímia – se duas construções são sintaticamente distintas, tais construções devem ser também distintas semântica ou pragmaticamente.

Assim, as redes construcionais apresentam diferentes tipos de laços de herança entre construções sintático-semânticas, sendo esse o princípio da Motivação Maximizada. Segundo Goldberg (1995), entre esses laços, destacam-se os laços polissêmicos, ou seja, os sentidos são estabelecidos a partir de um Sentido Central, que indica prototipicamente o cerne da construção. Já nos casos de herança, as construções apresentam diferenças devido ao fator desencadeado do cerne da construção base.

Portanto, para a GC, grande parte do nosso conhecimento da língua é bastante geral, e esse conhecimento é capturado dentro da rede de construções gramaticais. Assim, a construção de estrutura argumental é o pareamento convencional entre forma-função (GOLDBERG, 1995). Segundo Goldberg (2006), o aspecto convencional das construções enfatiza que as línguas são aprendidas, construídas tendo por base a exposição a *inputs* combinados a restrições cognitivas, pragmáticas e processuais.

Na noção de redes de construções, há dois conceitos necessários para a GC: o de elo simbólico e de herança. Segundo Machado (2015), esses dois conceitos não são um consenso em todos os modelos construcionistas. Para Salomão (2009), no arcabouço teórico da Linguística Cognitiva e no escopo teórico da Gramática das Construções, esses conceitos se definem neste

² I. The Principle of Maximized Motivation. If two construction are syntactically distinct and S (emantically)-synonymous, then they must not be P(ragmatically)-synonymous;
II. The Principle of No Synonymy. If two constructions are syntactically distinct and P-synonymous, the they must not be S-synonymous.

paradigma como fusão e herança.

O estudo das construções de estrutura argumental realizado por Goldberg (1995) fornece meios para investigar as orações básicas de uma língua (FURTADO DA CUNHA 2017). Afinal, Goldberg (1995) considera que as construções de estrutura argumental são tipos oracionais básicos e codificam as experiências humanas como transferência, movimento, posse, estado, mudança de estado, etc. Para Goldberg (1995), os padrões oracionais de uma língua envolvem um verbo principal que se combina com uma construção de estrutura argumental. Assim, as construções servem de modelos que unificam forma e significado e são partes do nosso conhecimento sobre a língua. Segundo a autora, há uma estrutura sintática, porém, a construção que especifica os papéis argumentais, por exemplo, agente, paciente e recipiente, e esses elementos interagem com a semântica do verbo.

Segundo Goldberg (2006), as construções também especificam as classes de verbos que podem ser integradas nelas, por exemplo, verbos de transferência, de movimento, etc., e, com isso, delimitam o modo como o tipo de evento verbal se relaciona ao tipo de evento da construção. Assim, a configuração morfossintática e as especificações semânticas de uma construção interagem com os verbos e esses podem ser fundidos completamente com ela, sendo que o evento evocado contribui para a interpretação do enunciado como todo.

Nesse sentido, considera-se que, primeiramente se determina a construção com base nos papéis argumentais a ela associados, para então relacionar a classe de verbos que pode instanciá-la. Por exemplo, a consideração de um grupo específico de verbos para instanciar as construções existenciais (**Ter, Haver, Existir**) e, ao mesmo tempo, a marcação de um locativo-temporal. Esses elementos são fundidos com a cena-conceptual de Estado de Existência, *frames*, proveniente da própria construção. Há, pois, uma forte interação entre o significado do verbo e o significado construcional.

Goldberg (1995), partindo do reconhecimento das construções de estrutura argumental, descreve o elo simbólico da fusão, como um dispositivo para promover a integração de forma (estrutura sintática) e significado (estrutura semântica) de tais construções. Machado (2015, p. 35) expõe esse procedimento, como podemos ver no Quadro 3:

Quadro 3 – Pareamento Forma-Sentido

Adaptado de Machado (2015, p. 35).

Na primeira linha do Quadro 3, há formalizada a semântica da construção que envolve um predicado e argumentos determinados pelo sentido construcional. Na segunda linha, temos os papéis dos participantes da cena (o frame), pela semântica de cada verbo específico que participa da construção. As linhas contínuas sinalizam a compatibilidade semântica e a integração (fusão) entre os papéis participantes (associadas com o verbo) e os papéis argumentais (associadas à construção). Por fim, o elo com as funções sintáticas é promovido.

Machado (2015, p. 33) afirma que “o papel do verbo neste processo é, portanto, o de sinalizar o frame semântico de cada construção instanciada”, ou seja, a perspectiva diferenciada, específica instaurada sobre uma cena comunicativa enquadrada pela construção. Assim, a abordagem do sentido construcional contrapõe-se à visão lexicalista, ou seja, uma construção tem significado parcialmente independente das palavras que concretamente a instanciam.

Por outro lado, segundo Furtado da Cunha (2017), a abordagem construcional também não deixa de considerar a semântica dos verbos licenciados pela construção. A própria Goldberg (2006) argumenta nesta direção ao afirmar que é

(...) importante se ter em mente que o significado de uma cláusula é mais que o significado da construção de estrutura argumental usada para expressá-la. Verbos específicos, assim como argumentos particulares e o contexto, devem ser fatorados nesta equação (GOLDBERG, 2006, p. 43. trad. nossa).

Assim sendo, os princípios que norteiam o processo de fusão entre o sentido construcional e o sentido lexical na GC orientam a descrição de Construção Existencial. Segundo Machado (2015), um ponto forte nessa abordagem é a promoção de uma integração entre Gramática de Construções e Semântica de Frames. Para ela, essas duas abordagens estão no seio da Linguística Cognitiva, sendo que a Gramática das Construções trata os sentidos como uma dimensão cognitiva dos processos de significação da linguagem.

Nessa direção, a Gramática de Construções, na vertente de Goldberg (1995, 2006), considera os estudos semânticos e cognitivos, tendo em vista a integração dessas dimensões nas representações construcionais (MACHADO, 2015). Assim, a Semântica de Frames é utilizada como um complemento semântico para a GC que, segundo Machado (2015), apresenta construtos teórico-analíticos capazes de sustentar muitos modos de relação forma-sentido, defendidos pela GC.

Também autores como Fried & Östman (2005) consideram a Gramática de Construções e a Semântica de Frames teorias “irmãs”, visto a complementaridade que existe entre elas. Em vista de buscarmos um equilíbrio efetivo para o sentido construcional e dos elementos que integram a construção existencial, propomos contemplar uma análise do frame, cena conceitual-perceptual evocada pela construção existencial. Para isso, equacionamos a relação entre a GC e a Semântica de Frames.

Para tanto, apresenta-se na próxima seção os pressupostos teóricos e procedimentais da Semântica de Frames nos termos de Fillmore (1982). Busca-se, com isso, compreender o sentido de existência associado à construção existencial, pois, segundo Goldberg (1995), o sentido construcional é relativizado nas cenas da experiência humana, sendo que as construções existenciais exibem essa proposta teórica.

2.3 Semântica de Frames

Segundo Fillmore (1985), qualquer significado só pode ser descrito baseado nas experiências socioculturais dos usuários da língua. Assim, segundo o autor, o significado acopla um conjunto de conhecimentos dele proveniente. Dessa forma, essas estruturas de conhecimentos são armazenadas na memória individual (e coletiva) permanentemente e têm função decisiva na constituição do significado (FILLMORE, 1985).

O ponto fundamental, nessa perspectiva, é a noção de que “os significados são relativizados às cenas” (FILLMORE, 1977, p. 59). Com isso, a Semântica de Frames aproxima-se da tradição da Semântica Empírica e, por conseguinte, se afasta da tradição formal, pois considera a interação entre linguagem e experiências (FILLMORE, 1982). Segundo Fillmore (1982), a semântica de um item lexical, tomado até mesmo isolado, interage com a cena ativada por ele, pois a constituição de significado de uma expressão requer um processo que ative a cena conceptual em que ela se insere.

Dessa forma, as palavras representam “categorias de experiências”, que aparecem a partir de um contexto de conhecimento e de experiências específicas. Assim, a Semântica de Frames pode ser concebida como um esforço para entender as motivações de um grupo de usuário de língua para elaborar determinada categoria representada pela palavra e também explicar o significado da palavra demonstrando e estabelecendo suas razões.

Para Fillmore (1985), a Semântica de Frames faz parte de uma Semântica da

Compreensão em oposição à Semântica de Verdade. A Semântica de Verdade apresenta duas concepções básicas sobre a composição do sentido (LYONS, 1977). Primeiro, evoca teorias que se preocupam em determinar elementos necessários para a interpretação de uma sentença, palavra, considerando as situações em que se estabelece. Com isso, verifica-se a presença ou ausência de traços pré-definidos como componente básico para uma interpretação. Segundo, agrupa teorias que buscam determinar sob quais condições uma sentença pode ser verdadeira, sendo o verdadeiro determinado composicionalmente. Assim, essa perspectiva julga o que é falso/verdadeiro, ao invés de um julgamento de compreensão do sentido.

Fillmore (1985) também apresenta o modelo da Semântica de Frames como uma Semântica do Entendimento, em oposição à Semântica Formal. Segundo Lyons (1977), a Semântica Formal é baseada no silogismo que testa as condições que viabilizam uma sentença como verdadeira ou falsa a partir de categorias lógico-formais e métodos analógicos dos processos raciocínios.

Ainda, segundo Fillmore (1982), a Semântica de Frame é uma abordagem de fraca composicionalidade, porém mantém um lado composicional, visto que lida com processos que dependem do conhecimento dos itens lexicais, unidades fraseológicas e construções gramaticais individualizados. Entretanto, não composicional, pois o processo de constituição do sentido não é puramente construído por concatenações de operações simbólicas, mas por outros conhecimentos associados a ele.

Fillmore (1982) considera que as palavras e qualquer outra forma e categorias linguísticas indexam categorias semântico-cognitivas, essas, por sua vez, são reconhecidas como participantes de alguma estrutura de conhecimento maior, ou seja, cultural. Para Ferrari (2014), isso permite explicar por que a interpretação de um enunciado envolve sempre mais informações/conhecimentos do que aquelas diretamente codificadas na forma linguística.

O primeiro ponto necessário nessa perspectiva é a noção de frame, pois é nessa noção que as categorias semânticas ou cognitivas são indexadas às palavras ou outras formas linguísticas. Segundo Fillmore (1982, p. 111), um frame é como “qualquer sistema de conceitos relacionados de tal forma que para entender um deles é necessário entender toda a estrutura na qual ele se encaixa”. Ferrari (2014, p. 50) destaca que o termo frame “designa um sistema estruturado de conhecimentos, armazenados na memória de longo prazo e organizado a partir da esquematização da experiência”. Assim, o significado das palavras é subordinado ao frame.

Por conseguinte, o conceito de frame é então postulado nos termos seguintes:

cada frame caracteriza uma pequena ‘cena’ ou ‘situação’ abstrata, de modo que, para entender a estrutura semântica do verbo, por exemplo, é necessário entender as propriedades da esquematização dessas cenas (FILLMORE, 2009 [1982], p. 30)

Com isso, essa noção de frame conduz a Semântica a lidar com estruturas de

conhecimento implícitas (conhecimento do mundo) a partir das quais se operam processos semânticos de inferenciação. Segundo Fillmore (1985), a interpretação de item lexical da língua depende, substancialmente, dos processos de inferenciação invocados por esse item lexical e por estruturas sintáticas instanciadas. Dessa forma, acessa-se o conhecimento de mundo para identificação do significado. Assim, sem recuperar o contexto conceptual (background) desse item não é possível estabelecer seu sentido.

Para exemplificar essa abordagem, utilizamos os exemplos dados por Fillmore (1982) que apresenta os verbos **comprar**, **vender**, **pagar**, **gastar**, **custar** e **cobrar**. O autor afirma ser imprescindível acessar o frame de EVENTO COMERCIAL para interpretá-los. Dessa forma, é esse frame que fornece a base motivadora dos processos representados nesses itens lexicais.

Por exemplo, temos “*O professor comprou o livro*”, “*João vendeu o carro*”, “*O professor pagou R\$ 30,00 pelo livro*”, “*O livro custa R\$ 30,00*” e “*A livraria cobra R\$ 30,00*”. Segundo Fillmore (1982), cada uma dessas sentenças exige o acesso ao frame EVENTO COMERCIAL para serem interpretadas, mesmo cada uma delas destacando perspectivas particulares desse frame, isso demonstrado pela seleção dos verbos. Esse contexto conceptual é fornecido pela estrutura dos frames, sendo os verbos selecionados instâncias desse frame.

Segundo Gawron (2008), frames são estruturas conceptuais que fornecem contextos para a interpretação de elementos. Explica-se, a partir dessa noção, como nosso entendimento pode ir além do que o texto está dizendo literalmente. Por exemplo, ao reativarmos o frame “restaurante”, mobilizamos um conjunto de ações, falas, rituais culturais, etc. associados a ele, podendo apresentar características variadas, mas o esquema não deixa de ser reconhecido: o restaurante, podendo ser regional ou internacional, podendo ter um funcionamento do tipo *self-service* ou de rodízio, pode ser dançante, pode ser típico, etc.

Alguns autores, atentos às diferenças procedimentais que podem ser encontradas em qualquer modelo de situação ou frame, denominam-os de *scripts* (SCHWARTZ e REISBERG, 1991). Fillmore (1985) afirma que a aplicação da noção de frame não é uma inovação da Semântica de Frames. Afinal, outros conceitos comparáveis ou similares já haviam sido empregados em outros campos teóricos, e, em especial, o da Inteligência Artificial e o da Psicologia Cognitiva. Segundo Machado (2015), no âmbito da inteligência artificial, os estudos de Minsky (1975) tiveram grande destaque e o frame era concebido a partir de situações estereotipadas.

Segundo Salomão (2009), é na noção de *case frames* da Gramática de Casos que a noção de frame da SF está mais ligada. Para a autora, a Gramática de Casos foi proposta por Fillmore em 1968. Nesse trabalho, o autor apresenta os “frames de caso” como elementos envolvidos na caracterização de cenas ou situações abstratas. Assim, nos trabalhos de Fillmore (1977) com o estudo dos verbos de “juízo, julgar, criticar, acusar, culpar” e da caracterização da cena cognitiva de ‘transação comercial’, veio à tona a ideia de que para se entender a estrutura semântica de um verbo, era necessário entender as propriedades da cena abstrata que ele evoca.

Porém, segundo Salomão (2009), a Semântica de Frames se diferencia da Gramática de Casos pela inversão de prioridades, ou seja, não se toma os conceitos de papéis semânticos como primários, passando a definir a situação a partir deles. Assim, segundo Fillmore (1985), os frames são considerados como elementos fundamentais e a definição de papéis semânticos relativa a eles. Segundo Machado (2015), a partir disso, abre-se espaço para uma organização do léxico baseada em frames, em que ele provê a base conceptual para a frase relacionada a uma palavra e para palavras semanticamente relacionadas.

Visto a noção de frame, outros dois pontos são essenciais para entender a construção do significado nessa abordagem: a noção de perspectiva e de prototipia. Fillmore (1977) desenvolveu a noção de perspectiva em seu trabalho sobre a cena de transação comercial. Nessa cena estão envolvidos dois indivíduos diferentes que atuam agentivamente: um dos indivíduos – o comprador – entrega o dinheiro para levar a mercadoria; o outro – o vendedor – recebe o dinheiro e entrega a mercadoria.

Dessa forma, segundo Fillmore (1977), a descrição completa desta cena deveria identificar o comprador, o vendedor, o dinheiro e a mercadoria. Para Fillmore (1977), a escolha verbal determina a perspectiva estabelecida sobre a cena. Nos exemplos acima, o verbo vender põe em perspectiva o vendedor e a mercadoria (João vendeu o carro), enquanto em comprar a mercadoria é colocada em perspectiva com o comprador (O professor comprou o livro). Já em custar, a mercadoria é perspectivada com o dinheiro (O livro custa R\$ 30,00).

Para Fillmore (1977), cada um desses verbos designa uma configuração/perspectiva particular do evento. Assim, cada verbo escolhido pelo usuário da língua aponta para uma “rota” específica para interpretação de um determinado frame. Com isso, também o modo de relacionar os vários papéis semânticos para destacar certos aspectos do frame. Todavia, a cena básica do evento é mantida e serve de pano de fundo para compreender as “rotas” específicas escolhidas pelo usuário da língua.

A outra noção fulcral para entender um frame é a de protótipo. Fillmore (1982) ressalta a influência dos trabalhos de Rosch (1973) em sua concepção de significado. Com isso, o autor assume que uma grande parte da cultura que nos cerca estabelece uma relação prototípica no processo de definição e entendimento do significado de uma palavra, incluindo as práticas e instituições culturais. Sendo assim, uma palavra é a lexicalização de diversas estruturas de conhecimento.

Segundo Salomão (2009, p. 25), a noção de prototipia redefine o que se entende por categoria, pois, essas categorias não são definidas por traços (condições necessárias e suficientes), mas pela sua extensão a partir de uma instância básica, protótipo. Para a autora, frame envolve o conhecimento (cultural) de práticas sociais convencionais, isso torna possível conceptualizar e verbalizar (esse conhecimento) em sequências de ações planejadas detalhadas em frases.

Contudo, Fillmore (1982) constata a presença de diversos conhecimentos para as

construções do significado, sendo esses conhecimentos estruturados em forma de frame que permite aos usuários de uma língua se entenderem e usarem as palavras cotidianamente. Por consequente, o frame estruturado em protótipos serve de base para a interpretação de expressões linguísticas.

Para Fillmore (1985), uma das implicações de um frame é a valência, ou seja, os modos pelos quais os verbos podem ser combinados com outras palavras para produzir sentenças gramaticais. Dessa forma, a estrutura argumental, proveniente da valência verbal, é estritamente vinculada a um frame.

Segundo Ferrari (2014), a noção de frame traz implicações ao entendimento de noções problemáticas como significado e conceito. Para a autora, a visão tradicional assume as palavras específicas como correspondentes a conceitos particulares, ou seja, essencialmente idênticos na mente do usuário da língua. Com isso, os conceitos são caracterizados em termos objetivos com base no estabelecimento de listas de traços semânticos. Todavia, essa noção desequilibra essa perspectiva, visto que descarta a visão de significado como entidade e, segundo a autora, trata-o como função.

Em vista do que foi exposto, fundamentamos nosso estudo sobre as construções existenciais nessas perspectivas. Com a Semântica de Frames, a pretensão é descrevermos a cena conceptual-perceptiva, frame, que constitui o sentido existencial, e, por sua vez, acionados pelos verbos **ter**, **haver** e **existir** num *design* morfossintático específico, não perdendo de vista o princípio do contínuo entre léxico e sintaxe.

2.4 Gramática de Construções Radical de Croft (2001)

Na Gramática de Construções Radical, Croft (2001) apresenta uma teoria sobre sintaxe, ou seja, um modelo que caracteriza as estruturas gramaticais representadas na mente pelo usuário da língua. Dessa forma, o autor focaliza as construções como sendo as unidades básicas de representação sintática. Assim, as categorias são provenientes da construção a elas associada. Croft (2001, p. 4) afirma que os elementos sintáticos primitivos não são considerados atômicamente, mas provenientes de construções.

Croft (2001) afirma que o termo “construção” tem sido bastante utilizado na Linguística Cognitiva como uma unidade simbólica convencional. Para o autor (2001, p. 15), “uma construção é uma rotina arraigada (unidade), que geralmente é usada na comunidade de fala (convencional), e envolve um pareamento de forma e significado (simbólica)”, sendo essa a definição que fundamenta uma gramática de construções de orientação cognitivista (Croft, 2001).

Para Croft (2001), a gramática das construções surge a partir do interesse em tratar o fenômeno das expressões idiomáticas. Segundo o autor, os modelos componenciais não abarcam esse fenômeno de forma eficiente, pois não conseguem explicar as relações de sentido não provenientes diretamente dos itens lexicais. Afinal, segundo o autor, essas expressões linguísticas

no léxico da língua exigem mecanismos diferenciados, por serem maiores que palavras e por serem sintaticamente e semanticamente idiossincráticas.

Croft (2001) chama a atenção para a abordagem construcional da gramática, não só a sintaxe, pois ela oferece um modelo uniforme de representação gramatical. Além disso, tem um alcance maior que os modelos componenciais, sendo esses voltados exclusivamente para as frases em si mesmas. Todavia, segundo o autor (2001, p 17), “a noção de construção na gramática de construção é bastante ampla para representar qualquer argumento/critério/teste morfológico ou sintático para identificar qualquer categoria sintática”. Assim, essa abordagem mantém sua vantagem em relação ao modelo componencial.

A radicalidade da gramática de construções de Croft (2001) se justifica em quatro considerações: (1) as categorias gramaticais em geral, desde classe de palavras até funções sintáticas são concebidas não como primitivas, porém como construções específicas; (2) o ponto de partida para as representações sintáticas é a construção, sendo essa a unidade básica; (3) não há relações sintáticas independentes das construções; (4) nas línguas há um repertório específico de construções.

Em relação a contínuo entre léxico e sintaxe, Croft (2001) afirma que a noção de construção por seu teor de generalização se aplica a qualquer estrutura gramatical. Dessa forma, o pareamento forma e significado abarcaria qualquer expressão linguística e as expressões idiomáticas de uma língua.

Dessa forma, Croft (2001) define construção como sendo um conjunto de propriedades que se relacionam internamente, formando um único sentido. Nessa proposta, a construção se constitui de “multicamadas”. Assim, o pareamento forma-sentido, nessa perspectiva, exhibe as propriedades ligadas à forma na sua dimensão fono-morfo-sintática da construção. Além disso, abrange o sentido na sua dimensão semântico-pragmático-discursiva. Segundo o autor (2001), nessa perspectiva, o significado é exibido nos aspectos convencionalizados da função da construção. Com isso, inclui as propriedades da situação descrita pelo enunciado e também as propriedades do discurso em que o enunciado está inserido. O Quadro 04, a seguir, demonstra a arquitetura de construções pelo ponto de vista de Croft (2001).

Quadro 4 – Estrutura da Construção

Adaptado de Croft (2001, p. 18).

Como percebemos no Quadro 04, traduzido de Croft (2001, p. 18), a construção se estrutura a partir de duas faces: (1) da forma, que abarca as dimensões fônicas e morfossintáticas do significante e (2) da significação que envolve as dimensões conceituais e discursivas. Esse binômio se articula por meio de elos simbólicos internos à construção (CROFT e CRUSE, 2004).

Para Salomão (2009), a natureza multifacetada de uma construção se dá nas dimensões físicas do significante (expressão fônica ou outras semioses, como os gestos) e suas informações acerca da classe sintática dos constituintes, suas relações de hierarquia e dependência (formal) com seus vínculos pré e pós-conceituais e as implicações contextuais e pragmáticas que o item linguístico adquire no jogo interacional (significação).

Nesse sentido, Croft (2001) afirma que a ligação simbólica entre forma e significado convencionalizado é intrínseca na Gramática de Construções Radical, sendo os componentes sintáticos e semânticos considerados externos pelas teóricas componenciais. O autor acrescenta que nessas teorias as várias estruturas sintáticas são organizadas independentemente da estrutura semântica. Todavia, segundo o autor, na Gramática de construção Radical, as unidades linguísticas básicas são convencionais e organizadas como unidades simbólicas, por conseguinte, as estruturas internas das unidades são altamente complexas em comparação como o modelo componencial.

Com isso, Croft (2001) afirma que construções são padrões que formam um inventário estruturado em cada língua, constituindo uma rede de construções. Em Croft e Cruse (2004), há um modelo que explica a distribuição das construções em diferentes níveis de esquematicidade de generalização. Para os autores, as construções são independentes, porém, no nível da esquematicidade seus termos se relacionam. Os autores exemplificam esse conceito explicando os níveis de esquematicidade, dando como exemplo a frase idiomática *kick the bucket* e a maior representação esquemática da construção transitiva. Para os autores, a construção apresenta quatro níveis de esquematicidade:

- 1) Construções mais genéricas, mais abertas – conjunto de estruturas complexas de

possibilidades infinitas de preenchimento, sendo as construções mais genéricas da rede, consideradas como matrizes e definidoras da regularidade do sistema linguístico;

- 2) Construções semi-abertas – um tipo particular de construções e suas possibilidades são mais específicas, com padrões similares;
- 3) Construções instanciadas concretamente – são as realizações empiricamente realizáveis, frases cristalizadas;
- 4) Construções mais preenchidas – grau de especificidade é maior.

Traugott e Trousdale (2013), utilizando os conceitos de Croft e Cruse (2004) para explicar o fenômeno da mudança linguística, afirma que cada construção apresenta três níveis de *type* e um nível de *token*, sendo sua visualização necessária para perceber as semelhanças e diferenças entre as construções em termos de esquematicidade. A autora redefine esses níveis da seguinte forma:

- 1) Macroconstruções: esquemas de nível mais alto; pareamentos de forma e significado que são definidos pela estrutura e função;
- 2) Mesoconstruções: conjunto de construções específicas [microconstruções] que apresentam semelhanças em seu comportamento;
- 3) Microconstruções: são construções *types* individuais;
- 4) Constructos: os *tokens* empiricamente comprovados.

No Quadro 05 há demonstração desses níveis de esquematicidades nos quais as construções se associam dependendo do seu grau de abstração.

Quadro 5 – Níveis de Esquematicidade

Com isso, para esta pesquisa, considera-se o conceito de esquematicidade como fundamental para compreender as construções existenciais, pois essas construções se encontram em um nível genérico elevado, uma macroconstrução, nos termos de Traugott e Trousdale (2013). Além disso, as construções distribuem-se hierarquicamente em níveis variados de esquematicidade, sendo esse conceito fundamental para compreender a arquitetura de uma construção.

Para Traugott e Trousdale (2013, p. 13), a esquematicidade é “uma propriedade de caracterização que envolve abstração. Um esquema é uma generalização taxonômica de categorias, sejam linguísticas ou não”. Assim, segundo os autores, um esquema linguístico é altamente abstrato, e essas abstrações se estabelecem “através de conjuntos de construções que são (inconscientemente) percebidas pelos usuários da língua, sendo intimamente relacionados uns aos outros em uma rede construcional”.

Bybee (2010, p. 23) apresenta dois aspectos das construções gramaticais: (1) parcialmente esquemática, (2) posições vazias suscetíveis de serem preenchidas por uma categoria de itens semanticamente definidos. Além disso, segundo a autora, as construções geralmente apresentam algumas partes fixas que estabelecem o exemplar prototípico, sendo esse aspecto o indicador de idiomatismo. Para ela, a abordagem construcional parte das construções linguísticas, ou seja, as partes são no todo.

Com isso, a abordagem construcional analisa o par forma-significado da construção como um todo. Além disso, na proposta de Croft (2001), considera-se, também os níveis de maior esquematicidade das construções. Sendo o esquema construcional uma generalização que demonstra padrões de experiências rotinizados, assim se configuram como abstrações inconscientes percebidas pelos usuários da língua e, além disso, diversas outras construções partem dele.

Segundo Rosário e Oliveira (2016), o nível de esquematicidade pode ser considerado em um contínuo, pois, há na língua construções bastante esquemáticas e abstratas, assim como construções pouco esquemáticas. Essa gradiência envolve níveis de generalidade ou especificidade da construção. Para Goldberg (2006, p. 98), os usuários da língua não têm somente conhecimentos acerca de seus itens específicos, mas também conhecimento esquemático ou generalizado como parte de sua cognição.

Dessa forma, segundo os autores (2016), esses conhecimentos fazem parte desse esquema abstrato e geral, que os usuários da língua produzem nas sequências linguísticas. Assim, por exemplo, uma frase em língua portuguesa com Sujeito, Verbo e Complemento mantém similaridade com a semântica proposta pelo esquema, mantendo-se associada a ele. Esse processo de elaboração de construtos a partir de um esquema mais geral é chamado por Traugott e Trousdale (2013, p. 13) de sanção.

Com isso, a criatividade dos usuários da língua na elaboração de novas instanciações na

situação comunicativa decorre de seu conhecimento acerca dos esquemas da língua. Segundo Rosário e Oliveira (2016), esse processo de elaboração de novas instanciações pode, com o tempo, configurar um processo de mudança linguística a partir do instante que avance do nível da inovação para adiante. Isso demonstra que as construções abstratas podem licenciar construtos ainda não atestados na língua.

Diante do exposto, o modelo de gramática de construções conforme proposto por Croft (2001) mostra-se eficiente para a descrição das construções existenciais, pois apresenta uma visão panorâmica do fenômeno. Por conseguinte, as construções existenciais podem ser consideradas como um esquema, nos termos de Traugott e Trousdale (2013). Logo, implica a uma rede construcional que compõem essa construção.

Com isso, para este estudo, utilizamos a noção de hierarquia construcional, que apresenta três níveis básicos: (1) esquema, (2) subesquema e (3) microconstrução. Isso ressalta a abordagem construcional como um viés analítico que focaliza todo o entorno da construção, não somente o item da língua, assim como suas propriedades esquemáticas.

Considerando as instanciações analisadas, a proposta é descrever os níveis mais abstratos e gerais que possibilitam sua gênese e desenvolvimento. Nessa perspectiva, a organização das construções se dá em uma hierarquia composta por três níveis: esquema, subesquemas e microconstruções. Assim, esses três níveis explicam-se a partir dos graus de generalidade e abstração que os definem. Segundo Traugott e Trousdale (2013), esses níveis apresentam a seguinte especificidade:

- (1) Esquema: representa o nível mais alto da hierarquia construcional;
- (2) Subesquemas: representa o nível que indica certa associação com o esquema;
- (3) Microconstruções: materialização no discurso através de construtos possíveis.

Ainda, segundo Traugott e Trousdale (2013), no conjunto de microconstruções há também conhecimento acerca dos subesquemas e esquemas que instanciam, mesmo sendo um conhecimento inconsciente. Dessa forma, os construtos são a realização concreta da língua, ou seja, a realização efetiva dos usuários da língua. Segundo Bybee (2010), os construtos são o *locus* da inovação, pois é por meio deles que seus usuários modelam as representações mentais da língua e corporificam a linguagem. Com essas noções, encaminha-se para a descrição e a análise das construções existenciais no português contemporâneo especificamente na variedade goiana. A seguir, expõe-se a metodologia adotada neste estudo.

3 METODOLOGIA

3.1 Considerações iniciais

Apresentamos neste Capítulo a metodologia que orienta este trabalho sobre as construções existenciais, principalmente em relação a seleção, coleta e análise dos dados. A identificação das construções existenciais no português brasileiro nos trabalhos de Viotti (1999), Pezzati (1993), Castilho (2014) já indica uma postura empírica para esse fenômeno linguístico. Isso implica uma metodologia investigativa que atenda aos diversos níveis de funcionalidade das expressões linguísticas. Por conseguinte, neste estudo, o material de análise, como o próprio aporte teórico mobilizado pressupõe, caracteriza-se de situações reais de uso da língua.

Como vimos nos Capítulos I e Capítulo II, acionamos o aporte teórico da Gramática de Construções nas vertentes de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001) e também a Semântica de Frames de Fillmore (1977, 1982, 1985). O diálogo estabelecido entre os dispositivos teórico-metodológicos justifica-se pela exigência do próprio fenômeno em evidência, pois se busca uma análise e uma descrição das construções existenciais no português brasileiro, na variedade goiana, de forma eficiente.

Metodologicamente, trabalhamos com amostra de dados da língua nas modalidades escrita e falada, uma análise predominantemente qualitativa desses dados. Não promovemos, neste trabalho, uma análise quantitativa, porém, utilizamos esse método quando necessário, principalmente para demonstrar aspectos mais específicos, como, por exemplo, o alto índice de usos do verbo **Ter** ao invés de **Haver** ou, também, a preferência pelo uso na escrita do verbo **Haver** ao invés de **Ter**.

O objetivo do trabalho é realizar uma análise ampla, com o maior número de dados possível, nas modalidades da língua sincronicamente. Para atingir esse objetivo, selecionamos como corpora de língua falada o *Corpus* do Projeto Fala Goiana. De início, pretendíamos trabalhar somente com dados de língua falada, mas como muitas pesquisas Sociolinguísticas apontam para uma variabilidade na escrita de verbos em construções existenciais, resolvemos utilizar também dados de língua escrita.

Os dados de língua escrita, para este trabalho, foram gerados e sistematizados da seguinte forma: no período de 6 (seis) meses, visitamos e registramos ocorrências de Páginas virtuais de Jornais Goianos como: O Popular (OP), G1 Goiás (GG), Mais Goiás (MG) e Jornal Daqui (JD) no Facebook. Também registramos algumas Propagandas (PO) que circulam nesses veículos de comunicação. Ressalta-se que essas páginas são públicas e virtuais, sendo visíveis ao grande número de goianos.

Verificou-se, nesse *corpus*, que as construções existenciais são

recorrentes independente da modalidade da língua em jogo, assim como a variabilidade dos verbos encontrados nessas construções, ou seja, na amostra do português goiano há a alternância entre os verbos **Ter** e **Haver**. Isso salienta a hipótese de que essa variação no português brasileiro provém de fatores socioculturais, como, por exemplo, a escolarização, conforme demonstra Vitório (2006). Contudo, a hipótese principal neste trabalho é que o uso das construções existenciais atenda um padrão construcional básico da língua e a variabilidade dos verbos utilizados demonstra que o sentido da construção não é dependente apenas de um item lexical específico.

Em relação ao tratamento dado às modalidades falada e escrita, neste trabalho, considera-se que fala e escrita não formam uma dicotomia, mas instanciam diferentes graus de formalidade de uso da língua (CASSEB-GALVÃO, 2001), sendo, então, as diferenças distinguíveis a partir de propriedades intrínsecas dos tipos textuais. Para Casseb-Galvão (2001), há duas dimensões que condicionam o grau de formalidade: (i) a função social e comunicativa dos textos e (ii) o efeito pragmático que se quer causar no destinatário.

Considera-se, assim, que o padrão construcional em questão já está convencionalizado e público no português brasileiro, sendo seu uso intermediado por fatores discursivos, principalmente por propósito informacional, portanto, a referida construção, independe da modalidade da língua, seja esta falada ou escrita e, também, independente da situação formal ou informal.

Ressalta-se que a análise dos dados depreendidos encaminha para os seguintes objetivos específicos:

- 1) Descrever o pareamento forma-sentido das construções existenciais, especificamente da relação entre seus constituintes, Verbo Existencial, Sintagma Nominal e a expressão locativo-temporal, com o sentido básico;
- 2) Analisar os níveis de esquematicidade das construções existenciais, demonstrando suas características discursivas;
- 3) Verificar a atuação desse esquema e de seus subesquemas no nível do texto.

Com esses objetivos e a escolha do corpora do português goiano, busca-se evidenciar informações que caracterizam essa variedade do português no Estado de Goiás, região peculiar do território brasileiro, em seu estágio atual de fala e escrita.

3.2 *Corpus* de língua falada

O *corpus* Fala Goiana é uma plataforma empírica vinculada ao Projeto “O português contemporâneo falado em Goiás – Fala Goiana”. Essa plataforma fornece dados para os pesquisadores do Grupo de Estudos Funcionalistas da Faculdade de Letras da UFG (GEF). Os dados também estão disponíveis para a comunidade em geral no site <<https://gef.letras.ufg.br/p/>>

11948-banco-de-dados>. Esse *corpus* é constituído por entrevistas, no modelo Documentador e Colaborador (DOC, COL). Nessa condição, busca-se simular ao máximo uma situação de interação cotidiana, onde os/as colaboradores (as) são incentivados a falar de assuntos diversos. O corpus abrange especificamente amostras de duas comunidades de fala: Goiânia e Cidade de Goiás/GO. Atualmente, há no total o registro de 21 gravações com duração de 45 minutos a 1 hora cada, sendo dados de fala de nove homens e 12 mulheres. A origem regional é um dos perfis dos colaboradores monitorados. No caso, os/as colaboradores/as deveriam ser nascidos ou ter fixados residência antes dos 12 anos de idade nas cidades de Goiânia ou Cidade de Goiás/GO.

Outro critério selecionado para a participação de colaboradores é a faixa etária. Por decisão do grupo (GEF), divide-se em menos de trinta anos; de trinta a cinquenta e cinco anos e acima de cinquenta e cinco anos, sendo que em cada grupo há no mínimo quatro colaboradores de cada sexo e de cada uma das faixas etárias. Os dados foram coletados da seguinte forma: os da Cidade de Goiás, gravados e transcritos no ano de 2005, e os de Goiânia gravados e transcritos entre 2010 e 2011.

3.3 Dados de língua escrita

Como já citado anteriormente, as ocorrências de língua escrita foram depreendidos de páginas públicas virtuais de Jornais Goianos na rede social Facebook: O Popular (OP) G1 Goiás (GG), Mais Goiás (MG) e Jornal Daqui (JD) no Facebook. Também registramos algumas Propagandas (PO). Os gêneros textuais mais recorrentes foram: Manchete (TM), Comentário (TC), Propaganda (TP) e Notícias (TN). Esses gêneros se apresentam de forma bem híbrida, pois se vinculam numa rede social, onde aspectos sociais como a escolaridade, a região e a faixa etária dos usuários/leitores são bastante mistos.

Para viabilizar a situação na qual os dados escritos foram depreendidos, apropriamos do contínuo proposto por Casseb-Galvão (2001). Essa proposta considera os fins aos quais os textos se destinam e os efeitos que pretendem causar em seus “leitores”. Vejamos o contínuo proposto por Casseb-Galvão (2001, p. 17):

[- informativo]	[+ informativo]
TC	TP > TM > TN

Nesse contínuo, os textos se caracterizam pelo grau de informatividade. O Texto Comentário (TC) configura-se com alto grau de comprometimento de que o produz com pretensão de convencer o interlocutor de uma opinião. Para esse propósito, o grau de informatividade tende a diminuir. O Texto Propaganda (TP) constitui-se com propósitos de

divulgação comercial que circula ou numa esfera de público limitada ou ilimitada. Sua intenção é persuadir o leitor para a necessidade do produto ou serviço divulgado. Assim, há um grau de comprometimento com o dito e isso proporciona uma tendência de oscilação da informatividade.

Tanto os Textos Notícias (TN) como os Textos Manchetes (TM) são da esfera jornalística. Isso os configura com um grau de informatividade maior, pois o grau de comprometimento com o dito é menor. No Texto Manchete (TM), a pretensão é chamar a atenção imediatamente do leitor para o corpo da notícia, usando expressões linguísticas mais vagas justamente para que o leitor busque na leitura do texto sanar as lacunas informativas. Por isso, consideramos a diferença entre o grau de informatividade entre Texto Manchete (TM) e o Texto Notícia (TN).

Acreditamos que o grau de informatividade é uma dimensão condicional para a ocorrência das construções existenciais. Assim, dispensamos a formalidade ou informalidade, como, também, fatores sociais, como a escolaridade ou faixa etária como condições de produção para as construções em questão.

3.4 Coleta e seleção dos dados

Definidos os corpora, realizou-se uma busca inicial pela construção existencial, tanto no *corpus* de língua falada como escrita. O critério utilizado para depreendermos as ocorrências foi as propriedades elencadas por Pezatti (2014), que caracterizam, de modo geral, uma construção existencial no português brasileiro. Primeiro, a presença dos verbos *Ter*, *Haver* e *Existir*; segundo, a pré-posição desses verbos; e terceiro, a ausência de Sujeito na construção. Resume-se no Quadro 6, abaixo, as especificidades da coleta dos dados com as respectivas situações de ocorrência e a totalização geral da amostra.

Quadro 6 – Número de Ocorrências - Fala Goiana (FG)

<i>Corpus Projeto Fala Goiana (FG)</i>	
Feminino	Masculino
20 anos	25 anos
28 anos	30 anos
33 anos	36 anos
36 anos	38 anos
65 anos	65 anos
Total: 112 ocorrências	Total: 107 ocorrências
Total: 219 ocorrências	

Elaboração própria

No Quadro 6, verifica-se a quantificação das construções existenciais encontradas nesse

corpus específico. A escolha desse número de inquéritos justifica-se pelo recorte sincrônico dado ao fenômeno estudado, pois, se busca essa realização linguística em dados mais recentes possíveis do português goiano. Além disso, a quantidade de ocorrências encontradas superou as expectativas para essa modalidade da língua.

Já no Quadro 7, abaixo, há a quantificação das ocorrências encontradas na modalidade escrita, esse conjunto de dados escritos constitui os exemplários utilizados para essa pesquisa.

Quadro 7 – Estratificação Língua Escrita

Estratificação de Exemplários - Língua Escrita		
Veículo de Comunicação	Gênero Textual	Quantidade
O Popular (OP)	Texto Notícia	14 ocorrências
	Texto Manchete	18 ocorrências
	Texto Comentário	32 ocorrências
G1.Goiás (GG)	Texto Notícia	21 ocorrências
	Texto Manchete	13 ocorrências
	Texto Comentário	25 ocorrências
Mais Goiás (MG)	Texto Notícia	12 ocorrências
	Texto Manchete	33 ocorrências
	Texto Comentário	26 ocorrências
Jornal Daqui (JD)	Texto Notícia	09 ocorrências
	Texto Manchete	03 ocorrências
	Texto Comentário	05 ocorrências
	Propagandas (PO)	15 ocorrências
Total de Ocorrências: 226 ocorrências		

Elaboração própria.

No decorrer dos próximos capítulos, na inserção dos dados, as informações sobre a fonte do *corpus* estarão entre parêntese para melhor visualizarmos a situação no qual ocorreu. A catalogação desses dados segue o seguinte padrão notacional: (1^a) modalidade da língua fala/escrita e (2^a) fonte da ocorrência. Para os Textos Escritos (TE): (i) fontes: O Popular (OP), G1.Goiás (GG), Mais Goiás (MG), Jornal Daqui (JD) e Propagandas (PO) e (ii) ano (2016 ou 2017). Para os Textos Orais (TO): (i) fontes: Fala Goiana (FG) e (ii) especificidade do/a colaborador/a: masculino/feminino/idade. Conforme o exemplo a seguir:

1 - Depois da ponte tem uma cidadizinha bem conhecida. (TE, MG, 2017).

2 - Tem um moto-taxi na cidade... (TO, FG, masculino, 25 anos).

Os dados estão numerados em ordem crescente dentro dos respectivos capítulos, porém, seguem a mesma catalogação apresentada acima. Para os demais dados utilizados neste trabalho que não compõem esse *corpus* específico, as fontes das quais foram depreendidos são explicitadas. Em alguns momentos, a quantificação de dados será exibida para demonstrar a correlação entre as análises realizadas e a frequência de usos, porém, não de forma sistemática, afinal, como já alertado, esse estudo se configura como uma pesquisa mais qualitativa.

Dessa forma, acreditamos que alcançaremos os objetivos apresentados, envolvendo os aspectos teóricos selecionados e a realidade empírica. Com isso, segundo Neves (2012, p. 66), o caminho que leva ao aproveitamento mais efetivo dos princípios funcionalistas é justamente a conexão com outros campos de conhecimento, pois os sentidos são provenientes de conhecimentos culturais que envolvem diversas experiências. Afinal, segundo a autora, o que une as propostas funcionalistas de análise linguística nos exercícios metalinguísticos é uma visão que não subverte a própria natureza e direção da produção linguística, sendo a produção linguística um mapa equilibrado do uso da linguagem que responde a motivações de uso e a necessidade comunicativa.

4 CONSTRUÇÕES EXISTENCIAIS

4.1 Considerações iniciais

O objetivo principal desse Capítulo IV é descrever as construções existenciais a partir da abordagem construcional na vertente de Goldberg (1995, 2006) e de Croft (2001). Utilizamos essas duas perspectivas para demonstrar, precisamente: (1) a integração do sentido do verbo com o sentido da construção (GOLDBERG, 1995, 2006); (2) o nível de esquematicidade no qual a construção existencial se encontra (CROFT, 2001).

Defende-se que essas abordagens tornam possível a análise dessas construções no português brasileiro, especificamente representado por dados da fala goiana. Ademais, ressalta-se a importância de investigar, à luz da Semântica de Frame (FILLMORE, 1982), quais os elementos da cena, frame, são evocados pelo sentido básico dessa construção, no caso existencial, pois, segundo Goldberg (1995, p. 45), as construções são relativizadas às cenas, ou seja, experiências humanas básicas.

Na abordagem construcional, a construção é a unidade de análise básica da língua (GOLDBERG, 1995). Com isso, uma construção constitui-se do pareamento de forma-sentido, vinculado a uma rede de construções de uma língua. Para Croft (2001, p. 20), a forma apresenta três elementos: o sintático, o morfológico e o fonológico. Além disso, segundo o autor (2001), essa estrutura morfossintática é a estrutura interna que instancia uma construção, porém, a semântica influencia essa estrutura interna, sua formação e ordenação dos constituintes, por exemplo, o Sujeito e o Verbo.

Em relação às construções existenciais, seu *design* morfossintático exhibe: o polo da forma: verbos **Ter**, **Haver**, **Existir**, na terceira pessoa do singular, configurados pela impessoalidade; o Sintagma nominal posposto ao verbo e, dependendo da carga semântica desse referente, pode estar configurado com um definido ou indefinido, além da presença de um locativo-temporal, seja esse explícito ou implícito.

No polo do sentido, há um frame como base, onde os conhecimentos acionados estão ligados a um ESTADO de EXISTÊNCIA que corresponde a uma cena conceptual-perceptiva, ou seja, representa uma experiência humana básica (GOLDBERG, 1995). Os exemplos abaixo são instanciações de construções existenciais:

(1) *Há tanto jeito de resolver as coisas nessa loja. (TE, GG, 2016)*

(2) *Tem gosto pra tudo! (TE, MG, 2017)*

(3) *Existe uma cidadezinha depois do rio. (TE, MG, 2017)*

Verifica-se, nesses exemplos, que além das propriedades formais, há, também, o sentido

que dá base a essas construções, o existencial. Para Goldberg (1995, p. 25), o sentido do verbo e o sentido da construção associam-se, estabelecendo uma integração entre os papéis participantes do verbo e os papéis argumentais da construção. Dessa forma, uma construção, segundo a mesma autora, realiza-se independentemente de verbos específicos, pois o sentido da construção contribui para a sua realização.

Com isso, ressalta-se a necessidade da descrição do sentido existencial à luz da Semântica de Frames, com o objetivo de verificar os elementos que compõem a cena Estado de Existência, ou seja, as estruturas de conhecimentos acionados por essa cena, pois fornecem os elementos semânticos necessários para a interpretação das construções existenciais, assim como sua convenção na comunidade de usuários da língua.

Em vista disso, autores como Fried e Östman (2005) consideram a Gramática de Construções e a Semântica de Frame como teorias “irmãs”, devido à complementaridade que existe entre elas. Diante disso, neste estudo, pretende-se buscar um equilíbrio efetivo para o sentido construcional e os elementos que integram a construção existencial. Por essa razão, apresenta-se a seguir a descrição das construções existenciais partindo da perspectiva da Semântica de Frames e, em seguida, realiza-se a abordagem na perspectiva de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001).

4.2 Sentido Existencial à luz da Semântica de Frames

O conceito de existencialidade sempre ocupou os tratados filosóficos no ocidente (REALI, 2009). Aristóteles, na sua obra *Metafísica* (ARISTÓTELES, 2002), propõe dois níveis de existência para o ser: o essencial e o accidental. Para o filósofo, a essência precede a existência. Para exemplificar: a essência ‘homem’ se caracteriza como um conjunto de propriedades perceptíveis nas quais os entes precisam apresentar para serem classificados como tal. Segundo Reali (2009), essa visão de mundo vigorou até o século XX, onde os filósofos existencialistas colocaram a prova tal premissa. Para Sartre (2005), principal representante do existencialismo, a existência precede a essência.

No existencialismo sartreano, o mundo abriga o “Em-si”. Diferente de outros pensadores da sua época, o conceito “Em-si” é qualquer coisa existente no mundo, sendo nada além daquilo que é. O ser aparece revestido de três características: o ser é, o ser é o que é, o ser é em-si. De maneira geral, o modo de ser do “Em-si” engloba todos aqueles “objetos”, que não possuem consciência, que não se fundam na alteridade, na presença do outro. Assim, um ser “Em-si” não tem potencialidades nem consciência de si ou do mundo. Ele apenas é.

A noção do “Em-si” é diferente da noção “Para-si”. Para Sartre (2005), é o “Para-si” que faz as relações temporais e funcionais entre os seres “Em-si” e, ao fazer isso, constrói um sentido para o mundo em que vive. O “Para-si” não tem uma essência definida, ele não é resultado de uma ideia pré-existente. Segundo Sartre (2005), é preciso que o “Para-si” exista, e durante essa

existência ele define, a cada momento, o que é sua essência. Para o autor, as pessoas só têm como essência imutável aquilo que já viveram (histórico). Dessa forma, vigora a tese que a existência precede e comanda a essência.

Sartre (2005) afirma que o “Para-si” é munido de consciência, logo o ponto de partida para a existência é a própria experiência de ser aquilo que é. Assim, a subjetividade se faz e refaz no momento em que se reconhece como ser histórico, sua essência. Essa subjetividade se confirma no conhecimento do “Em-si” e na intersubjetividade esse conhecimento é compartilhado. Desse modo, para o filósofo, o homem é situado no seu contexto existencial.

Essas noções filosóficas sobre existência demonstram que a concepção de existencialidade não é tão simples de ser tratada. Na Linguística Moderna, essa discussão localiza-se mais no problema da referencialidade pela linguagem. Por conseguinte, a questão que se levanta é: como a língua e seus usuários realizam a existencialidade no jogo interacional, operacionalizando os mecanismos lexicais e gramaticais para equacionar esse conceito?

Givón (2011) apresenta evidências linguísticas de como o ser humano elabora, ou melhor, realiza a existência. Para o autor, não se percebe as coisas em si mesmas, mas sim se interpreta a partir de um universo de *input* que é por si aleatório. Assim, o universo, tal como dado a nós aparentemente ordenado, deve ser o resultado da calibragem da nossa cognição/percepção.

Para Givón (2011, p. 396), a existência configurada nas línguas humanas segue uma escala implicacional, ou seja, de aspectos mais genéricos, ‘concreto’, ‘temporal’ e ‘abstrato’ até a individualização. Para o autor, na escala há: ‘Existir no espaço’, ‘Existir no tempo’ e ‘Existir’ respectivamente. A progressão acontece nessa escala em contínuo, onde um ponto não é possível sem o outro. Com isso, temos:

Existir no tempo > *Existir no espaço* > *Existir*

Nessa escala, Givón (2011) delinea as construções sintáticas que tratam apenas de identificação ou existência. Os exemplos dados por Givón (2011, p. 398) são: “Há um candidato que é importante aqui” (EXISTENCIAL), “Esse é o candidato que é importante aqui” (IDENTIFICAÇÃO). No primeiro exemplo, a entidade ‘homem’ passa a existir no plano do discurso sem nenhum compromisso do locutor em individualizá-la para o interlocutor, essa *inserção* estabelece a função de fazer existir no plano discursivo, ou melhor, fazer conhecer. Já no segundo exemplo, a própria expressão ‘esse’ já demonstra uma *retomada* da entidade presente no conhecimento partilhado dos envolvidos na interlocução, assim o compromisso é identificá-la frente a tantas outras já existentes, ou melhor, já conhecidos, compartilhadas pelos usuários da língua.

Para Givón (2011), no plano da pressuposição, *inserir* algo no discursivo não é o mesmo que *identificar* algo. O autor (2011) apresenta duas dimensões que tornam possível *inserir* algo

no plano discursivo. A primeira dimensão para interpretação do universo é a temporal, sendo essa dimensão, para o autor, codificada nas línguas muitas vezes pelos verbos.

Segundo Givón (2011), os verbos mapeiam entidades que são menos concretas do que os nomes (ações, eventos, estados, processos), as quais tipicamente têm apenas existência no tempo. A segunda dimensão é a espacial, mais concreta, codificada nas *dêixis* espaciais. Por fim, para o autor, os nomes, mais concretos, são caracterizados, logo individualizados, por serem indicadores de espaço aparentemente preenchidos.

Seguindo esse processo de realização da existência na linguagem, o plano posterior é a ordenação. Givón (2011) afirma que a ordenação das coisas no mundo é dada pelo tempo, e isso torna possível a individualização/identificação de entidades. Porém, essas entidades são pontos na escala temporal, sendo objetos da percepção, por si mesmos, não são unidades atômicas de fato. Para o autor, é a calibragem perceptual do espaço que estabiliza a escala temporal, e é nessas ferramentas de interpretação – percepção/cognição – que as coisas passam a existir no plano discursivo. Resume-se na Figura, abaixo, a proposta de Givón (2011) para a questão da existencialidade na língua:

Figura 1 – Existencialidade na Linguagem.

Elaboração própria.

Nota-se na Figura acima que a existencialidade envolve conceptualização e percepção, sendo fatores necessários para realizar a existência. Assim, a existência é uma ação de fazer conhecer algo a alguém, compartilhar uma experiência na intersubjetividade, sendo a *inserção* no discurso seu mecanismo básico. Essas considerações fundamentadas em Givón (2011) remetem para o pressuposto fundamental da Semântica de Frames: os significados são constituídos com base em experiências sensório-motoras no meio ambiente e compartilhado convencionalmente pelo grupo de usuário da língua. Isso implica considerar que uma palavra ou uma sentença, na verdade, são pontos de acesso para um significado base, uma cena conceptual/perceptiva.

Segundo Mattos e Silva (1996), a palavra “existência” mantém os termos latinos “ex” e “sistentia”. Para o autor (1996), o latim conservou a forma defectiva “sistere” que significa estar, permanecer, manter-se, ser. Com isso, “existentia” significa o que se mantém, o que permanece,

o que é fora (ex) de alguma coisa. Sincronicamente, no português brasileiro, o verbo Existir ainda mantém esse significado, sendo o sentido prototípico das construções existenciais.

Fillmore (1982), todavia, afirma que o significado das palavras é caracterizado com base nas experiências, esquematizadas conforme o conhecimento do usuário da língua. Logo, essa esquematização em frames representa situações prototípicas da língua. Assim, um frame semântico, evocado por uma unidade lexical, conduz a uma representação de imagens e crenças, esses elementos podem variar de cultura para outra. Para Fillmore (1982), os elementos de frame apresentam-se como argumentos dentro de uma sentença e permitem acessar a relação entre as palavras ou elementos e um dado frame.

A Semântica de Frames, como afirma Fillmore (1982), não desconsidera os elementos lexicais e as sentenças, afinal parte-se deles para a compreensão dos frames. Vejamos os exemplos abaixo:

(4) *Há vagas!* (TE, MG, 2016)

(5) *Tem um jeito novo de fazer mudanças!* (TE, JD, 2017)

(6) *Aqui há o que você precisa.*... (TE, GC, 2016)

(7) *Há 7 anos não falo com Faustão.* (TE, GG, 2017)

(8) *Entenda por que há tantas palavras do ano em 2016.* (TE, GG, 2016)

Todos esses exemplos constituem construções existenciais. Goldberg (1995) afirma que o sentido construcional é associado a uma experiência humana básica, do mesmo modo, para a Semântica de Frames: “os significados são relativizados às cenas” (FILLMORE, 1982, p. 59). Com isso, considera-se que essas construções acessam a cena de ESTADO de EXISTÊNCIA para serem interpretadas, embora cada uma delas destaque aspectos particulares desse frame em função da seleção do verbo ou até mesmo a não marcação do locativo temporal.

A partir dos pressupostos de Givón (2011), considera-se que a configuração da cena ESTADO de EXISTÊNCIA apresenta estágios mais concretos, estáticos em relação à percepção do Observador. Por conseguinte, o tempo (presente do indicativo), codificado no verbo, calibra a percepção para uma aparente estabilidade. O aspecto temporal é configurado no ‘agora’ do evento. A impessoalidade nesse frame não é uma estratégia discursiva de neutralização, mas um deslocamento para o ente evidenciado no plano discursivo, codificado no Sintagma Nominal. Com isso, o predicador não exige um Sujeito na oração. Assim, nessa cena conceptual, frame, a percepção/cognição está voltada para o ente a ser focalizado. Decorre, assim, a *inserção* de algo no plano do discurso.

Figura 2 – Cena ESTADO de EXISTÊNCIA

Elaboração própria.

A Figura 2 traduz visualmente a cena de um ESTADO de EXISTÊNCIA. Ela inclui os seguintes elementos: Observador, Campo Visual, Entidade Focalizada e o Fluxo de Atenção. Observador corresponde a um sujeito consciente, ou seja, alguém que já testemunhou direta ou indiretamente (compartilhamento) a cena; Campo Visual corresponde à totalidade do horizonte de consciência acessível ao Observador (incluindo o estado interno) que envolve a conceptualização/percepção espaço-temporal; Entidade Focalizada que é estabelecida pela conceptualização/percepção; o Fluxo de Atenção do Observador que aponta para a Entidade Focalizada.

Segundo Fillmore (1982), o significado é construído cognitivamente, ou seja, as estruturas gramaticais são inerentemente simbólicas. Dessa forma, o significado é relacionado à conceptualização-perceptual, ou seja, as fontes de conhecimentos são sensório-motoras. A cena ESTADO de EXISTÊNCIA é um esquema abstrato no qual as expressões linguísticas associadas a ela perfilam o sentido base - existencial.

Nas propostas de Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (2002) essa cena ESTADO de EXISTÊNCIA é um esquema imagético. Para esses autores, os esquemas imagéticos são normalmente definidos como versões esquemáticas de imagens, concebidas como representações de experiências corporais, tanto sensórias quando perceptuais, em nossa interação com o mundo.

Dessa forma, os esquemas imagéticos representam padrões esquemáticos que refletem domínios, tais como CONTÊINER, TRAJETÓRIA, FORÇA e EQUILÍBRIO. Esses domínios, segundo Lakoff (1987), são responsáveis pela estruturação da experiência ancorada no corpo. Croft e Cruse (2004, p. 45) se apropriam dessa concepção e apresentam um inventário de esquemas imagéticos, dentre eles há o esquema imagético EXISTÊNCIA. Nele, os autores dizem que há REMOÇÃO, ESPAÇO DELIMITADO, CICLO, OBJETO, PROCESSO. Assim, esses esquemas imagéticos não são conceitos detalhados, mas sim conceitos abstratos, consistindo de padrões que emergem de instâncias repetidas da experiência de base corpórea.

Segundo Lakoff (1987), o esquema imagético CONTÊINER resulta de nossas experiências com objetos desse tipo, originando expressões que indicam movimento para dentro ou para fora. No ESTADO de EXISTÊNCIA, exibido anteriormente, há esse domínio, ilustrado pelo elemento Campo Visual, que linguisticamente é acessado pela expressão locativo-temporal. Nos termos de Croft e Cruse (2004), esse elemento corresponde ao domínio ESPAÇO equacionado pelo esquema imagético EXISTÊNCIA.

A cena conceptual ESTADO de EXISTÊNCIA, contudo, é um frame, nos termos de Fillmore (1982). Nesse frame, há a constatação da existência de algo pelo Observador, não mantendo nenhum compromisso ontológico, ou seja, se existe ou não na realidade objetiva, afinal é conceptualizado/percebido por ele. Dessa forma, não evidencia precisamente a fonte de conhecimento, tornando o Observador a fonte principal da informação dada. Vejamos no exemplo:

(9) *Tem **funcionário sem salários** no Rio, disse Pezão. (TE, MG, 2017)*

Nota-se que (9) é uma fala reportada, ou seja, é resgatada a fala de outra pessoa que não seja o falante do enunciado. Acionando a cena ESTADO de EXISTÊNCIA, a expressão linguística “Pezão” (pelos conhecimentos compartilhados sabemos que é o atual governador do Estado do Rio de Janeiro) corresponde ao Observador, que também é a fonte da informação dada. Essa construção existencial, instanciada com o verbo Haver, acessa aos elementos Entidade Focalizada pelo Observador, realizada pela expressão linguística “funcionários sem salários”. O Campo visual, ou seja, a noção espaço-temporal é acessada pela expressão linguística “no Rio”. Toda a interpretação que fazemos de (9) nos encaminha para o conhecimento dessa situação, sendo o Observador a fonte dessas informações.

A Semântica de Frames lida com estruturas de conhecimento implícitas (conhecimento cultural do mundo) a partir das quais se operam processos semânticos de inferenciação. No caso das construções existenciais, a inferenciação recai sobre a Entidade Focalizada inserida no plano do discurso. Afinal, o Observador, na maioria das vezes, pressupõe que seu interlocutor compartilha do mesmo conhecimento no momento do ato de enunciação. O padrão sintático Verbo>Sintagma Nominal>operador Locativo-Temporal é parcialmente estativo nessas construções, o que se pode perceber é que não há uma elaboração sequencial para definir o objeto de discurso inserido, há a ação de fazer conhecer, compartilhar essa informação. Vejamos os exemplos abaixo:

(10) *Existe **livros** na biblioteca! (TO, FG feminino 20 anos)*

(11) *Há **uma pressão da oposição** no Senado. (TE, GG, 2017)*

(12) *Tem **uma cidadezinha** aqui perto! (TO, masculino 30 anos)*

Nota-se que (10), (11) e (12) apresentam o mesmo sentido, de existência, independente do verbo instanciado. A inserção da Entidade Focalizada no plano do discurso (em negrito) se dá na construção inteira, ou seja, além do verbo há a expressões locativo-temporais que

contextualizam, espacialmente, a informação inserida. O Observador/locutor pressupõe um compartilhamento de conhecimentos sobre a Entidade Focalizada com o interlocutor.

Assim, para a Semântica de Frame, o conhecimento de mundo é imprescindível para a interpretação de enunciados e isso é um requisito exigido pelas construções existenciais. Admite-se que a inserção do objeto de discurso é feita pela construção inteira, sendo o conhecimento Campo visual/locativo-temporal como fundamental para a atuação dessa função nessas construções. Por exemplo, em (10), a constatação de que Existe “livros” precisou necessariamente da informação em “na biblioteca”, isso configura a cena Estado de Existência.

Para Fillmore (1985), o frame é o que permite explicar por que a interpretação de um enunciado envolve sempre mais informações do que aquelas diretamente codificadas na forma linguística. Assim, as construções existenciais (10), (11) e (12) já abrigam o conhecimento compartilhado acionado pelos itens lexicais inseridos em cada construção. Por exemplo, em (10), “Existe livros na biblioteca”, o locutor e o interlocutor compartilham o conceito de “livros” e também de “biblioteca” e, ao mesmo tempo, há o compartilhamento de toda uma rede de ações que se realiza na biblioteca e comportamentos próprios nessa instituição.

Além desses conhecimentos acionados pelos itens lexicais em cada construção existencial, há aqueles que são inerentes à cena de ESTADO de EXISTÊNCIA. Esse conhecimento é integrado no ato de construção do sentido de existir. Segundo Lyons (1977), o pilar básico para a condição de existência é o aspecto locativo ou temporal. Para esse autor, a existência está pautada no espaço-tempo. Givón (2011) também afirma que o ‘existir’ só é possível ‘no espaço’ e ‘no tempo’. Por conseguinte, as construções existenciais, geralmente, têm no seu *design* a marcação locativo-temporal. Exemplos:

(13) **Há** dias nessa estrada. (TO, FG, masculino 30 anos)

(14) No estoque da loja **há** produtos seminovos! (TE, MG, 2016)

(15) **Tem** tanta coisa para resolver nesse país. (TE, OP, 2016)

Nota-se que as construções existenciais apresentam em comum um marcador locativo ou temporal no cerne do seu *design* morfossintático. Todavia, em várias ocorrências, não aparecem esse marcador locativo temporal, por exemplo em:

(16) Se **existe** respeito, **existe** harmonia. (TE, MG, 2016)

(17) **Existe** um filme chamado “Rubber”, que é sobre um Pneu de carro que ganha vida e começa a matar pessoas. (TE, MG, 2017)

(18) **Há** quem diga que Deus nos tira o teto para que enxerguemos as estrelas. E assim tem sido! Muita coisa boa em nossas vidas. (TE, JD, 2017)

Nota-se que nos exemplos (16), (17) e (18) não há a ocorrência da expressão locativo-temporal. Nesses casos, aciona-se a Escala Implicacional de Givón (2011) para compreender a ausência dessa codificação. A saber: Existir no tempo > Existir no espaço >

Existir (Adaptada de Givón, 2011, p. 398). Considera-se que as construções existenciais que dispensam o marcador locativo-temporal se localizam no polo mais Abstrato dessa Escala Implicacional. Dessa forma, a Entidade Focalizada apresenta um grau de maior compartilhamento de conhecimento entre os interlocutores que não cabe marcar o Campo Visual da cena conceptual para ser identificada/individualizada.

A Semântica de frame aponta para a descrição da cena conceptual que dá base ao enunciado, afinal é dela que decorre a interpretação das expressões linguísticas instanciadas no enunciado. Para Pinheiro (2010, p. 6), o conceito de existência e posse corresponde a graus diferentes de abstração. O autor utiliza o construto teórico conhecido como esquema imagético, pois pode representar de forma abstrata ou esquemática padrões experienciais básicos, resultado das interações sensório-motoras diretas do ser humano com o seu meio ambiente. A Figura 3 ilustra essa perspectiva:

Figura 3 – Esquema imagético do contêiner

Adaptado de Pinheiro (2010, p. 6).

Na Figura 3, Pinheiro (2010) demonstra que o conceito de existência e o conceito de posse estão submetidos à mesma experiência sensório-motora, ou seja, têm como base o mesmo Esquema Imagético. Porém, com base na noção de Esquema Imagético, o autor (2010) chega às premissas diferenciadoras: *ter* alguma coisa é ser um espaço que contém essa coisa; *existir* é estar contido em um espaço. Para o autor, a partir dessas premissas, o conceito de existência é constituído pela noção de espacialidade-temporalidade. Logo, as construções existenciais apresentam a possibilidade de terem um marcador locativo-temporal na maioria das ocorrências. Exemplos:

(19) **Há** um jeito de se dá bem na vida! (TO, FG masculino 30 anos)

(20) **Tem** uma mulher na beira da praia. (TO, FG feminino 36 anos)

(21) **Existe** uma saída nesse prédio. (TO, FG masculino 36 anos)

Observa-se que as expressões locativas de (19), (20) e (21) reproduzem o contorno sobre o X no Esquema Imagético do Contêiner (Figura 3). Com isso, essas sentenças referem-se a esse esquema que representa a experiência do Observador no meio ambiente. Assim, em

paralelo, Fillmore (1982) afirma que a presença de diversos conhecimentos é responsável para a construção de um significado, sendo esses conhecimentos estruturados em forma de frame que permite aos usuários de uma língua se entenderem e usarem as palavras.

A partir da perspectiva da Semântica de Frames, verificou-se que a construção existencial é um construto conceptual que se materializa no *design* morfossintático específico. Ressalta-se que o sentido de um item lexical ou um padrão sintático pode ser submetido a uma descrição que considere os aspectos mais concretos da experiência humana mediada pela cognição/percepção. Assim, esse sentido é constituído numa teia de sentidos baseados em experiências socioculturais do grupo de usuários da língua, e isso pressiona o sistema linguístico.

4.3 Construção Existencial na perspectiva de Goldberg (1995, 2006, 2010)

Tendo em vista que as construções existenciais são baseadas em um sentido que representa uma cena conceptual-perceptível, frame, ou seja, uma experiência humana básica, nesse turno aciona-se a abordagem construcional nos termos de Goldberg (1995, 2006). Essa mobilização se dá, sobretudo, para descrever a integração entre o sentido do verbo e o sentido da construção. Isso demonstrará que as construções existenciais configuram-se como um padrão convencional na língua, independente de verbos específicos.

Goldberg (1995, 2006) considera uma construção como um pareamento convencional entre forma e sentido. Essa noção de construção linguística traz um conjunto de pressupostos, dentre esses a concepção de que o conhecimento linguístico faz parte dos domínios cognitivos. Dessa forma, a língua é um repertório de construções usadas para atender às mais diversas situações cotidianas em sua esfera social.

Goldberg (1995), descrevendo as sentenças básicas do inglês, afirma que as construções apresentam significado associado às palavras que compõem a sentença. Além disso, segundo Goldberg (1995, p. 39), cada construção codifica, como seu sentido central uma cena básica, da experiência humana, ou seja, experiências sensório-motoras, no caso das construções existenciais, a cena Estado de Existência.

De modo geral, para a autora (1995), essas experiências são: alguém transferindo algo a alguém, alguém fazendo algo a mover-se, alguém modificando o estado de algo, algo se movendo, alguém experienciando algo, etc. Admitindo a codificação de cenas experienciais, Goldberg (1995, p. 03) distingue quatro construções sentenciais básicas no inglês:

Quadro 8 – Quatro sentenças básicas do inglês.

Construção Base	Significado básico	Configuração sintática	Exemplo:
DITRANSITIVE	X CAUSES Y TO RECEIVE Z	Subj. V Obj. Obj. 2	<i>Pat faxed Bill the letter.</i>
CAUSED MOTION	X CAUSES Y TO MOVE Z	Subj. V. Obj. Obj. Obl.	<i>Pat sneezed the napkin off the table.</i>
RESULTATIVE	X CAUSES Y TO BECOME Z	Subj. V. Obj. X Comp.	<i>She kissed him unconscious.</i>
INTRANS. MOTION	X MOVES Y	Subj. V. Obl.	<i>The fly buzzed into the room.</i>

Goldberg (1995, p. 3).

Silva (1999), nesse perspectiva, apresenta sete padrões construcionais básicos do português (neste caso, português de Portugal), que codificam “esquemas de evento” (ou “cenas experienciais”, na terminologia de Goldberg (1995)). Para Goldberg (1995), “esses esquemas de evento são padrões conceituais que combinam tipos de ação, processo ou estado com os participantes nele envolvidos”. Dessa forma, cada configuração sintática está associada ao significado básico da construção, sendo esse um esquema de evento convencionalizado na comunidade usuários da língua.

Nota-se que na tipologia apresentada por Goldberg (1995) não há as construções existenciais, visto a particularidade do inglês, uma língua transitiva que exige o Sujeito da oração, a autora (1995) trata das estruturas argumentais basicamente transitivas. Porém, como visto no Capítulo I, os verbos existenciais são detransitivos, sendo os mais recorrentes no português brasileiro os verbos **Ter**, **Haver** e **Existir**. Todavia, a abordagem construcional nos termos de Goldberg (1995) demonstra que as construções são independentes de verbos utilizados, porém, não descarta a importância do sentido lexical.

Com isso, Goldberg (1995) ressalta a importância de uma abordagem *bottom-up* (do item lexical para a construção) e *top-down* (da construção para o item lexical), pois os significados da construção e do verbo interagem. Para Goldberg (2006), a construção contribui para a semântica do verbo e o verbo contribui para a semântica da construção, visto que a compatibilização de um verbo em uma construção específica determina atualização do sentido do verbo. Com isso, o sentido trazido pelo verbo acionado contribui com a significação da construção base, mantendo uma relação associativa entre o sentido lexical e o sentido construcional.

Em relação às construções existenciais, há uma cena esquemática (Estado de Existência), um frame, no qual o sentido dos verbos **Ter**, **Haver**, **Existir** se associam. Esses verbos não são exclusivos das construções existenciais, visto que são utilizados em outras situações com sentido diferente. Por exemplo, o verbo **Ter** com acepção de posse, sendo que sintaticamente abre espaços para dois argumentos, Sujeito e Complemento como no exemplo abaixo:

(22) *Aquela mulher da limpeza ali **tem** a chave da igreja. . . (TO, FG homem 20 anos)*

Em (22), o verbo **Ter** está na acepção de posse e sintaticamente seleciona dois argumentos, com papel temático de possuidor e objeto possuído respectivamente. Porém, o verbo **Ter** também é utilizado com acepção de existir, por exemplo:

(23) *Hora que caia no poço lá aí falava é. . . tinha um monte. Caí no poço. É caí no poço. Aí **tem** um nome de fruta lá né, iscuia uma fruta aí um era beijo, o oto era o abraço, um aperto de mão, né. (TO, FG, masculino, 30 anos)*

Nota-se que em (23) o verbo **Ter** apresenta o sentido de existir, sendo que sintaticamente não seleciona Sujeito nem complemento. Isso evidencia que esse verbo é polissêmico. Além disso, alterna com o verbo **Haver** que também é utilizado no sentido de existir e apresenta as mesmas propriedades morfossintáticas, por exemplo:

(24) *É traumatizante, mas **há** vida após um ataque homofóbico”, diz advogado vítima em Pinheiro. (TE, GG, 2017)*

O fato desses dois verbos compartilharem o mesmo sentido e manterem o mesmo padrão estrutural (V + SN) ressalta as especificidades da construção existencial. Goldberg (2006, p. 1) afirma que os padrões linguísticos são determinados por informações semânticas ou sintáticas e que essas informações não são fornecidas especificamente pelos verbos. Em Goldberg (1995: capítulo 1), há vários argumentos para distinguir a semântica do verbo da semântica da construção.

A autora (2006) apresenta três motivações para a distinção dos sentidos verbais. Primeira, se a estrutura do argumento fosse projetada exclusivamente a partir da semântica do verbo, precisaria de um sentido verbal especial para cada um dos verbos das expressões linguísticas. A segunda, decorre das observações feitas por Pinker (1989), pois ele ressalta que “os aspectos sintaticamente relevantes do significado do verbo são como os significados de itens de classes fechadas”. Assim, para Goldberg (2006), os significados do verbo são esquemas construcionais como “X CAUSA Y” “X MOVER Z” “X CAUSA Y PARA RECEBER Z”, sendo a configuração sintática e semântica decorrente desses esquemas.

Segundo Goldberg (2006), a terceira motivação surge do debate no campo da aquisição de linguagem. Para Goldberg (2010), os trabalhos de Landau e Gleitman (1985) propõem que as crianças usem esquemas sintáticos, pois, a partir deles que elas restringem a escolha do possível significado do verbo. Todavia, Pinker (1994) aponta que o esquema sintático não favorece que se identifique direta e intuitivamente o significado do verbo. Para Goldberg (2006), o esquema sintático corresponde a significados mais abstratos e esses significados abstratos não sofrem interferências do significado do verbo.

Nesta visão, o verbo é reconhecido por codificar alguma ação saliente dentro da cena (GOLDBERG, 2006). Assim, o verbo pode ser usado para escolher uma ação saliente dentro dessa cena. Por exemplo, o verbo **Haver** é certamente uma escolha que codifica uma elaboração

do significado da construção, ou seja, o significado desse verbo é projetado pela construção, sendo associado ao significado básico da cena que representa.

Nesse sentido, os Verbos Existenciais perfilam um frame básico, Estado de Existência. Goldberg (2010, p. 2) afirma que os verbos evocam de alguma forma um cenário no qual o ser humano experimentou, sendo que esse pode ser muito específico ou improvável, que aciona linguisticamente mais do que um ou dois itens lexicais. Porém, para autora (2010), existe, na verdade, uma abundância de verbos disponíveis nas línguas para as variações deste mesmo cenário. Ilustra-se na Figura 4 a lista de verbos existenciais no português brasileiro, considerando os pressupostos descritos por Goldberg (2010, p. 2):

Figura 4 – Verbos Existenciais

Elaboração própria.

Esse conjunto de verbos apontados acima apresenta certa restrição estabelecida pela cena correspondente. Para Goldberg (2010, p. 8), essa restrição deve-se ao frame convencional, pois uma cena evocada por um verbo pode ser hipotética ou histórica e não precisa ser diretamente experimentada pelo usuário da língua, porém, para a autora, é necessário que a situação ou a experiência evoque uma unidade cultural convencionalizada e relevante. Assim, segundo Goldberg (2010, p. 15), os significados verbais correspondem a frames semânticos, que designam cenários generalizados, possivelmente complexos ou eventos que constituem unidades culturais.

Dessa forma, os itens lexicais individuais representam causalmente eventos vinculados a eles. Para Goldberg (2010, p. 14), o significado do verbo e o significado da construção são associados por uma relação causal, ou seja, o significado designado pelo verbo e o significado designado pela construção devem ser integrados através de uma relação de causalidade, num contínuo temporal.

Nesse sentido, para Goldberg (1995), a semântica do verbo perfila os papéis participantes, já a construção especifica os papéis argumentais (papéis temáticos como: agente, paciente, alvo).

O verbo lexicalmente perfila as entidades obrigatoriamente presentes na cena que ele evoca.

Para exemplificar, utiliza-se o verbo **Existir**. Esse verbo específico evoca uma cena em que prototipicamente participa uma Entidade Focalizada. Os papéis participantes perfilados pelo verbo Existir e o papel argumental perfilado pela construção intransitiva (atividade do corpo, ou entrada e saída de cena) apresentam correspondência semântica e fundem-se. Os papéis perfilados pela construção são expressos como relações gramaticais diretas (sujeito, objeto direto, objeto indireto).

Segundo Goldberg (1995), as construções (i) especificam de que modo os verbos combinam-se com elas, (ii) restringem a classe de verbos que pode ser integrada com elas, e (iii) especificam o modo como o tipo de evento designado pelo verbo integra-se no tipo de evento designado por elas. Por conseguinte, o verbo Existir compatibiliza-se com a construção existencial porque o evento designado por Existir invoca um Estado de Existência. Em outras palavras, o tipo de evento designado pelo verbo é uma instanciação do tipo de evento mais geral designado pela construção.

A partir dessa proposta, considera-se o seguinte padrão construcional para as construções existenciais em questão independente do verbo utilizado:

[Vexist SN Loc-temp]

Esses elementos nesse esquema abstrato correspondem: (i) ao frame verbal, (ii) ao elemento introduzido no discurso, (iii) à possibilidade de marcação locativo-temporal. Ressalta-se que o padrão construcional *[Vexist SN Loc-temp]* contém informações sintáticas, semânticas e pragmáticas como parte de sua configuração. Nesse padrão construcional, a seleção é acionada por uma lacuna que deve ser preenchida lexicalmente, selecionando um grupo irrestrito de nomes. Os exemplos abaixo demonstram isso:

(25) **Tem** tanta gente nesse lugar hoje. (TO, FG feminino 36 anos)

(26) Porque **há** o direito ao grito – Então eu grito! (TE, MG, 2016)

(27) Desproporção, esse Temer. Pra financiar esse serviço com gasto público das elites dos poderes. Não **há** reforma que dê conta. (TE, JD, 2017)

(28) Urgente: um sargento da Polícia militar foi baleado no início da noite desta quarta feira durante uma tentativa de assalto no Setor Moinho dos ventos, em Goiânia. [...] A mulher que acompanhava o militar também foi baleada, mas ainda não **há** informações sobre o estado de saúde dela. (TE, MG, 2017)

Para Machado (2015), na Gramática de Construções, os verbos contribuem com o significado da construção, porém, em contrapartida, recebem contribuição semântica da mesma. Segundo Goldberg (1995), os verbos são polissêmicos, por exemplo, **Ter** e **Haver**, e apresentam

um sentido básico, o que a construção faz é atualizar esse sentido e não outro. Essa propriedade polissêmica dos verbos é resolvida pelo sentido básico da construção. Vejamos esse exemplo:

(29) *A planta **existe** no meio da sala... muito estranho né? (TO, FG feminino 20 anos)*

Em (29), nota-se que o verbo Existir atende o padrão sintático de uma sentença declarativa. Dessa forma, o verbo (Existir) seleciona o argumento 1, que é Sujeito e também tópico, mantendo o padrão (S + V). No caso de construções existenciais, o sentido de existência é de certa forma ampliado, ou seja, focaliza a moldura do padrão construcional compatível com o sentido base. Vejamos:

(30) *“Não **há** denúncia mais grave do que essa”, afirmou o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ). Ele protocolou na noite de quarta-feira 17, na Câmara, um pedido de impeachment de Michel Temer. (TE, GG, 2017)*

Compatibilizam com a construção [*Vexist SN Loc-temp*] apenas verbos que contêm um sentido de estado, menos dinâmico, menos controle. Isso se explica pelo fato de que esse padrão construcional moldura essas mesmas propriedades. Essas propriedades designadas pelo verbo são uma instanciação do sentido mais geral designado pela construção existencial.

A prototipicidade do verbo **Existir** se deve ao fato de que sua semântica lexical (isto é, sua moldura semântica) é idêntica à semântica da construção [*Vexist SN Loc-temp*]. A escolha desse sentido central se justifica porque ele envolve existência concreta, e não metafórica ou abstrata. Dessa forma, os significados concretos são mais básicos, como demonstrou diacronicamente Traugott (2008) e Sweetser (1990) e sincronicamente Lakoff e Johnson (2002).

Na Figura 5, abaixo, há a disposição esquemática da construção [*Vexist SN Loc-temp*]: **Sm** é o polo semântico/pragmático orientado pela cena conceptual-perceptiva ESTADO de EXISTÊNCIA; **R** configura a relação com itens lexicais disponíveis na língua e seus respectivos frames; **Sx** é o polo sintático, onde dispõe as correlações com a base construcional.

Figura 5 – Interação dos Constituintes da Construção Existencial

Elaboração própria.

Na primeira linha, o predicado [*Vexist SN Loc-temp*] apresenta um argumento (Entidade focalizada) e o elemento Contêiner que se fundem, nas relações perspectivadas pelo frame, aos verbos TER/HAVER/EXISTIR, com participante (Nome). A fusão do polo formal se dá com

as funções sintáticas de Verbo e de Sintagma Nominal e, neste caso, o Satélite de local e/ou tempo é uma contribuição da construção. O processo de fusão da cláusula nuclear se dá da forma seguinte: “[Vexist SN Loc-tem]” que apresenta o argumento ENTIDADE (associado à construção) cuja integração é promovida com o participante do frame enquadrado pelo verbo (TER/HAVER/EXISTIR) e com as funções sintáticas.

Dois princípios gerais especificam a forma como papéis participantes e papéis argumentais se fundem (GOLDBERG, 1995, p. 50):

I. *Princípio da Coerência Semântica*: papéis participantes dos verbos e papéis argumentais da construção devem ser semanticamente compatíveis para se fundirem.

II. *Princípio da Correspondência*: papéis perfilados pelo verbo devem ser codificados por papéis argumentais perfilados.

Assim, para Goldberg (1995), existem várias possibilidades de fusão entre construções e verbos. Em síntese, quando esses princípios são respeitados, não há conflito entre os papéis e os termos das construções, estabelecendo uma relação harmônica, mas há também relações desarmonicas. Se, contudo, registra-se um conflito/desarmonia entre papéis argumentais e papéis participantes, temos um desencontro/mismatch (GOLDBERG, 1995). Nesse caso, a construção contribui com os níveis instanciados preenchendo os sentidos.

Segundo Salomão (2009), a análise construcional não trata de exibir todas as informações em todos os níveis. Porém, o ponto de chega é na constatação de conhecimento linguístico estabilizado e público, sendo essa estabilidade propulsora de instabilidades no sistema linguístico, a gênese da mudança linguística.

A construção [Vexist SN Loc-temp] é instanciada na seguinte ocorrência e representada na sequência:

(31) *Tem uma mulher vingativa* nessa empresa. (TO, FG, masculino 30 anos)

Figura 6 – Construção Existencial

Sm:	[Vexist SN Loc-tem]	<ente>	<container>
R:	PRED	<Nome>	< >
Sx:	V <i>Tem</i>	SN <i>uma mulher vingativa</i>	Satélite Loc. <i>nessa empresa</i>

Elaboração própria.

A Figura 6 exibe a *fusão* entre os papéis participantes do verbo e os papéis argumentais da construção. Independe do uso do verbo **Ter**, **Haver** ou **Existir**, o sentido é mantido e os aspectos morfossintáticos também. O papel argumental da construção <ente> perfila a neutralidade da entidade a ser introduzida. Nesse aspecto, o perfilamento morfossintático tende para a indefinidade, para o caráter pragmático do enunciado. Já o papel argumental <container> perfila

a natureza espacial, pois a existência pode vir atrelada ao espaço-tempo. No nível sintático, esse papel argumental não é exigido pelo verbo, por isso, pode ser opcional.

Visto isso, verificou-se que as construções existenciais são padrões convencionalizados na língua, e que a relação entre o significado dos verbos e o sentido da construção ocorrem através de uma associação, sendo os verbos compatíveis com a cena Estado de Existência, favorecedora do sentido básico.

Com isso, tem-se o padrão construcional [*Vexist SN Loc-temp*] como um esquema abstrato que é instanciado em construtos empiricamente. Sendo esse esquema construcional abstrato, objetiva-se verificar os níveis de esquematicidades que se encontra e os construtos instanciados por ele. Para isso, aciona-se a perspectiva de Croft (2001), a seguir.

4.4 Construção existencial na perspectiva de Croft (2001)

Croft (2001) também discute a interação entre verbo e construção. O autor elabora sua proposta no teor “radical” da gramática de construções. Para ele, não há categorias linguísticas universais. Para essa sustentação, Croft (2001) refere-se a não definição precisa da categoria verbo, classificada em muitas teorias como suporte de categorias gramaticais como: Tempo, Pessoa, Modo. Segundo o autor (2001), há línguas que marcam essas categorias em palavras que poderiam ser traduzidas como Nomes, Adjetivos ou Advérbios. Também, há línguas que não marcam essas categorias em palavras nenhuma.

Nesse ponto, a proposta de Croft (2001) é de que todas as categorias linguísticas sejam tratadas de forma não reducionista, ou seja, sejam vistas como derivadas das Construções em que ocorrem. Para o autor, as construções são específicas para cada língua, assim a única unidade teórica admitida é precisamente o conceito de construção linguística.

Segundo Croft (2001), a perspectiva da Gramática de Construções focaliza a forma-sentido da construção como um todo. Assim, a organização de construções, segundo Croft (2001, p. 25) é estabelecida a partir de um conjunto estruturado de conhecimentos dos usuários da língua, sendo esses uma convenção. Esses conhecimentos são representados em uma rede taxonômica de construções disponíveis na língua.

Com isso, qualquer construção apresenta propriedades sintáticas, morfológicas, semânticas, pragmáticas ou discursivo-funcionais únicas. Além disso, uma construção representa um nó independente na rede construcional, demonstrando o conhecimento que os usuários têm de sua língua. Em relação às construções existenciais, o Quadro 9, a seguir, apresenta o pareamento das propriedades dessas construções, representando sua arquitetura básica.

Quadro 9 – Arquitetura da Construção Existencial no modelo de Croft (2001).

Elaboração própria.

O Quadro 9 apresenta de maneira sintética o Quadro 4 proposto por Croft (2001). Para o autor (2001), há três dimensões da forma e três dimensões do significado. Assim, para uma abordagem construcional, o fenômeno linguístico precisa ser descrito a partir da relação entre esses dois polos que constituem a arquitetura da construção. Em vista disso, verifica-se que as construções existenciais tendem a restringir a seleção dos verbos que se associam a essas construções. Com isso, segundo Goldberg (1995), a construção se mantém independente do verbo instanciado, sendo os elementos lexicais associados ao sentido da construção (GOLDBERG, 1995, p. 43).

O padrão construcional [*Vexist SN Loc-temp*] é produtivo na língua portuguesa, funcionando discursivamente como mecanismo de inserção de objeto de discurso na sequência discursiva. Além disso, apresenta na propriedade sintática características específicas como pré-posição do verbo e posposição do Sintagma Nominal, como marcada de definitude ou indefinitude e a expressão locativo-temporal em muitos casos. Esses aspectos formais e de

sentido evidenciam o pareamento consistente entre esses dois polos, sendo as construções existenciais um padrão altamente convencionalizado.

Para Bybee (2010), eles são vistos como padrões convencionais com instanciações de construções simbólicas. Esses padrões, no caso [Vexist SN Loc-temp], são caracterizados por três traços: (1) aumento de esquematicidade, no sentido de que há incremento da vinculação de sentido e forma das subpartes, de modo que as trocas posicionais ficam praticamente inviáveis; (2) a perda da analisibilidade, pois cada subparte perde autonomia de sentido e forma em prol da configuração da unidade maior, mantendo a função distinta em relação à mera soma das subpartes; (3) a produtividade, no nível mais avançado, momento em que já como contexto isolado migram para outra categoria, atuando de forma mais generalizada. Usamos os exemplos abaixo para demonstrar esses fatores:

(32) Já **há** manifestações confirmadas por todo Brasil no dia de hoje. (TE, MG, 2017)

(33) Ainda bem que **tem** uma gravação do Aécio mostrando que ele é bandido, porque um helicóptero com 500 quilos de pó não tinha me convencido ainda. (TE, JD, 2017)

(34) **Tem** perigo começar um namoro no doutorado? Ele também está no doutorado. Obrigado pelas msgs foi um amigo que perguntou. (TE, MG, 2016)

Nota-se que os exemplos (32), (33) e (34) apresentam os três traços referidos, sendo que há progressivamente a presença dessas propriedades, isso faz com que de (32) a (34) a gradiência de menos para mais simbólico e convencional. Em (32), por exemplo, verifica-se que há o padrão contrucional básico [Vexist SN Loc-temp], em que cada item lexical preenche os *slots* desse esquema, sendo que a separação de cada subparte descaracteriza essa construção existencial, conforme os traços (1) e (2) apresentados acima. Isso ressalta o pareamento forma-sentido das construções existenciais.

Esse pareamento, segundo Croft (2001), considera os níveis de maior esquematicidade das construções. Propõe-se que as construções existenciais são um esquema, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), pois se localizam no nível mais alto de abstração, mais virtual, ou seja, apresenta *slot* a ser preenchido. Essas noções viabilizam a análise de dados sincrônicos da hierarquia das construções existenciais tendo como dados as modalidades falada e escrita do português brasileiro na variante goiana.

O esquema proposto para as construções existenciais é [Vexist SN Loc-temp]. Nesse esquema há o espaço ocupado pelos verbos, neste caso, **Ter, Haver e Existir**. Além disso, há a presença do SN (Sintagma Nominal), que pode ser definido ou indefinido e também o Loc-temp, que é a expressão locativo e temporal seja explícita ou implícita. Assim, segundo Traugott e Trousdale (2013), há o nível da macroconstrução que apresenta um grau de abstração maior, onde também os *slots* estabelecem espaços a serem preenchidos.

Nesse sentido, em relação às construções existenciais, o esquema [Vexist SN Loc-temp] apresenta um *slot* no espaço SN e um *slot* Vexist, onde os verbos mais prototípicos para instanciar

essas construções são **Ter**, **Haver** e **Existir**. Já *slot* Loc-temp demonstra a presença explícita ou implícita de uma expressão locativa ou temporal. Todavia, há construtos em que *slot* não é preenchido, demonstrando que há subesquemas da macroconstrução existencial. Diante disso, propõe-se uma rede taxonômica para as construções existenciais:

Figura 7 – Esquema e Subesquema de Construções Existenciais.

Elaboração própria.

Como aponta Traugott e Trousdale (2013), verifica-se diferentes níveis de esquematicidade na rede taxonômica construcional *[Vexist SN Loc-temp]*. Em nível de gradiência do maior para o menor grau de esquematicidade, os três níveis se especificam da seguinte forma:

1º Nível de maior esquematicidade: essa construção é representada pela macroconstrução, ou esquema abstrato *[Vexist SN Loc-temp]*;

2º Nível de esquema parcial: preenchido por diferentes categorias, representado pelas mesoconstruções *[Vexist + Substantivo]*, *[Vexist + Pronome]*, *[Vexist + Advérbio]* e sancionado pelo nível 1º;

3º Nível Zero: os espaços do esquema se encontram totalmente preenchidos, sendo representado pelas microconstruções: *(Tem jeito pra tudo)*, *(Há 2 meses)*.

Há no *corpus* pesquisado instanciações como base no padrão construcional *[Vexist SN Loc-temp]*, distribuídas conforme a hierarquia construcional descrita acima, destacando o nível da Macroconstrução (Esquema), Mesoconstrução (Subesquema) e os construtos. Essa amostra é sintetizada no Quadro 10, a seguir:

Quadro 10 – Nível de Esquematicidade

<i>Nível de Esquematicidade</i>	<i>Tipo de Construção</i>		
Macroconstrução	<i>Vexist SN Loc-temp</i>		
Mesoconstrução	<i>Vexist Subst.</i>	<i>Vexist Adverb.</i>	<i>Vexist Pron.</i>
Construtos	<i>há o risco de faltar algo...</i>	<i>Há muitos e muitos anos...</i>	<i>Há quem diga... Tem esse primo meu... primo irmão...</i>

Elaboração própria.

Verifica-se que a macroconstrução [*Vexist SN Loc-temp*] distribui-se em pelo menos três conjuntos de mesoconstruções. Nesse ponto, considerando o *corpus* analisado, essas mesoconstruções correspondem a construtos individuais que se efetivam no uso linguístico por intermédio dos construtos, os *tokens*, nos termos de Bybee (2010). Considera-se que o padrão construcional existencial apresenta variado conjunto de mesoconstruções e microconstruções, porém, devido à amostra dos dados deste estudo, se restringe especificamente as análises dessas três mesoconstruções. Na rede taxonômica essas mesoconstruções ou subesquemas vinculam-se da seguinte forma:

Figura 8 – Vinculação de Subesquemas

Elaboração própria.

A taxonomia da construção [*Vexist SN Loc-temp*] se realiza em níveis de esquematicidade como visto na Figura 8. Dessa forma, a análise, neste estudo, parte da macroconstrução [*Vexist SN Loc-temp*] que configura os verbos existenciais, um Sintagma Nominal e uma expressão

locativa e temporal, atuando no domínio do discurso. Nesse nível os verbos existenciais são sancionados pela construção para atuarem ao lado do SN e do Loc-temp de maneira que se torna inviável a separação dessa construção em subpartes, afinal a realização da separação das suas partes compromete o sentido básico dessa construção.

Já no nível da mesoconstrução, o verbo existencial se alinha ao SN que seleciona categorias distintas como Advérbio, Substantivo e Pronome com configurações morfosintáticas distintas, por exemplo, a definitude ou indefinitude do SN. Isso forma um conjunto de ações discursivas, como, por exemplo, a ação de inserção do objeto de discurso ou retomada desse objeto na sequência discursiva, como nos exemplos abaixo:

(35) *Pessoal que já teve que obter visto para Portugal, para doutorado sanduíche: considerando que, mesmo lendo todas as instruções que estão na internet sobre os procedimentos, sempre há o risco de faltar algo, peço uma força aos que já tiveram que passar por isso, principalmente aos que tiveram que tratar das burocracias em BH. (TE, JD, 2017)*

(36) *Tem muita gente aqui que alugue pelo Casa Férias e o que acham? (TE, MG, 2016)*

(37) *Há quem diga que Deus nos tira o teto para que enxerguemos as estrelas. E assim tem sido! Muita coisa boa em nossas vidas. (TE, JD, 2016)*

Em (35), a construção existencial é instanciada pelo verbo existencial **Haver** seguido do substantivo “risco”, nesse caso, acompanhado do artigo definido, um construto vinculado ao subesquema Vexist + Subst. Em (36), o verbo existencial **Ter** é seguido do advérbio de intensidade “muito” que intensifica o substantivo “gente” indefinindo o referente.

Já em (37), o verbo existencial **Haver** é seguido do pronome “quem” que instancia o subesquema Vexit + Pronome que. Nesse caso, elabora no discurso a não precisão da fonte de informação, como estratégia discursiva de não se comprometer com a informação inserida, um boato. Esses exemplos demonstram os efeitos de sentido diferentes em cada subesquema, vinculados à macroconstrução, afinal o sentido existencial é mantido, ou seja, a função de inserção de objeto de discurso é preservada.

Por fim, o nível dos *construtos* que segundo Traugott e Trousdale (2013, p. 16) são instâncias de uso em situações particulares, realizadas por um usuário da língua individualizado, seja na modalidade escrita ou falada, com propósitos comunicativos específicos. Para os autores (2013), os construtos são grande quantidade de significado pragmático, e muitas vezes são irrecuperáveis fora do evento particular de fala/escrita.

Para delinear as características do esquema e dos subesquemas, retoma-se os pressupostos de Givón (2011), pois esse apresenta uma série de evidências linguísticas de como o ser humano elabora, ou melhor, torna possível a existência, ou seja, o processo de inserção de um objeto de discurso na sequência discursiva. Para o autor (2011), a existência/inserção nas línguas humanas segue uma escala implicacional, ou seja, de aspectos mais genéricos, ‘concreto’, ‘temporal’ e ‘abstrato’ até a individualização/identificação. Essa escala define a

existência como segue:

Existir no tempo > Existir no espaço > Existir

Essa escala implicacional (Retirada de Givón (2011, p. 398), favorece a compreensão do esquema e dos subesquemas das construções existenciais. Isso porque demonstra os processos de interpretação referencial, mostrando como os objetos de discurso são inseridos ou retomados, exibindo o conhecimento compartilhado proveniente da experiência cultural dos interlocutores.

Os níveis de esquematicidade da construção existencial [*Vexist SN Loc-temp*] apresentam as seguintes características:

[+ concreto]		[+ abstrato]
Existir no Espaço	Existir no Tempo	Existir

Com isso, o esquema [*Vexist SN Loc-temp*] tende ao grau mais concreto dessa escala, sendo que perfila papel argumental <entidade focalizada> e <contêiner>. No polo sintático-semântico, o Sintagma Nominal apresenta uma carga de sentido mais baixo, assim, pragmaticamente, o compartilhamento da informação inserida no discurso também é menor, tornando-se uma informação nova, Tema. Morfologicamente a definitude ou a indefinitude são equacionadas nesse nível. Dessa forma, torna-se uma existência mais concreta, recorrendo à informação contextual de espaço-tempo contido na expressão locativo-temporal, ou seja, vinculado à cena Estado de Existência totalmente. A representação a seguir ilustra esse nível:

[+ concreto]			
Existir no Tempo	>	Existir no Espaço	
Sm: [<i>Vexist SN Loc-temp</i>]		<entidade focalizada>	<contêiner>
R: Ter/Haver/Existir		<Nome>	<Loc-temp>
Sx:	V	SN	satélite

O exemplo a seguir ilustra esse nível da construção existencial:

(37) *Inf. É::: hoje inda existe o garimpo lá... existe um garimpo grande lá que chama Serra Grande... i::: existe o garimpo da lavra que hoje acho que num funciona mais... acho que já tá praticamente desativado... i::: i a minha história continuô ali sabe... i::: ela falô ó **tem um garimpero aí**... ele é sistemático demais da CONTA e ele tá precisando de um funcionário... tá precisano de pessoas pra trabalhá lá... você já trabalhô... falei não... primera vez q/eu tôvino... i eu nunca nem vi. (TO, FG, masculino 30 anos).*

Nota-se que em (37) as construções existenciais são instanciadas no nível mais esquemático, mantendo o padrão [Vexist SN Loc-temp]. Especificamente, na sequência discursiva “*existe um garimpo grande lá que chama Serra Grande*”, o verbo existencial Existir é seguido pelo Substantivo “garimpo”, o Adjetivo “grande” e logo depois a expressão locativo-temporal “lá”, nesse caso, o fato da informação “garimpo grande” ser um conhecimento pouco compartilhado entre os interlocutores, morfologicamente há a marca de indefinidade, a sequência enunciativa apresenta também a expressão locativa “lá” nesse enunciado. Após essa inserção, o falante identifica a informação inserida com a denominação “que chama Serra Grande”, sendo um exemplo do nível de existência Concreto.

Já os subesquemas [Vexist SN] e [Vexist Loc-temp], mesoconstruções que configuram como Vexist + Substantivo, Vexist + Pronome e Vexist + Advérbio, tendem ao grau mais abstrato da escala implicacional. Nesses níveis, o grau de informatividade do Sintagma Nominal tende a aumentar, ou seja, o compartilhamento da informação entre os interlocutores aumenta. Assim, as informações acessadas pelo objeto de discurso são inferíveis ou mais abstratas. Nesses níveis a definitude ou indefinidade assim como a expressão locativo-temporal são dispensadas da sequência discursiva. Abaixo, apresentamos a representação desses níveis:

[+ Abstrato]

Existir

Sm: [Vexist SN] e [Vexist Loc-temp] <entidade focalizada>

Rel: Ter/Haver/Existir <nome/adv. Local-Tempo>

Sx: V SN

Os exemplos a seguir ilustram esses níveis:

(38) *Inf. Dá nada... tá assim **tem umas ocasião** que fica muito::: ruim muito fraco e **tem outras ocasião** que dá pra levá a vida só pra comê mes que num tem outra coisa pra fazê né? ai então vai levano, mais que dá... já foi bão né... moto-taxi ai já... quando começô era bão mais hoje tem moto-taxi demais né? (TO, FG, masculino 25 anos).*

Em (38) há uma construção existencial que instancia um subesquema da macroconstrução [Vexist SN Loc-temp], ou seja, mesoconstruções como Vexist + Substantivo, Vexist + Advérbios e Vexist + Pronomes. Precisamente a sequência enunciativa “tem outras ocasião...” instancia o subesquema Vexist + Substantivo, tendo o verbo existencial Ter e em seguida o Substantivo “ocasião”. Nesse caso, o nível de existencialidade está no grau mais abstrato, sendo a informação inserida um conhecimento mais compartilhado pelo interlocutor, morfologicamente há a marcação de indefinidade pelo artigo “umas”. Assim, o objeto de discurso inserido dispensa a expressão locativo-temporal, sendo “ocasião” um tempo metafórico.

Esse exemplo demonstra a existência mais abstrata, metafórica, pautada no processo de inferenciação.

Esses dois níveis não são construções diferentes, pois estão vinculadas a macroconstrução [Vexist SN Loc-temp], isso se dá por necessidade pragmática ou informativa. Verifica-se que esses subesquemas são instanciados pelos mesmos predicados e que a função de inserir um objeto de discurso é mantida. A diferença está na gradação informativa do referente, ou seja, do nível mais concreto para o mais abstrato. Sendo que, no nível mais abstrato de existência, o processo de referenciação dessas construções acopla os outros níveis, ou seja, o espaço-tempo, além das informações inferíveis necessárias para sua interpretação. Isso torna possíveis construtos do tipo (39) e (40), por exemplo.

(39) Não **há dúvidas** que a CPI da Funai foi criada sob medida para avançar na retirada de direitos dos povos indígenas. (TE, GG, 2017)

(40) A militante transexual Paula de Oliveira, ou Paulinha Única, de 50 anos, **trounou-se há dois meses** coordenadora da Diversidade Sexual de Mesquita, cidade do Rio de Janeiro. E informou, em matéria do jornal Extra, que uma de suas ações será capacitar policiais e guardas na abordagem ao público LGBT. (TE, OP, 2017)

Nessas construções, o grau de existência é mais abstrato, assim na introdução de referência, em (39), há a dispensa de locativo-temporal, porém, é mantida a indefinidade do referente. Já em (40), o referente inserido é a informação temporal, servindo para estabilizar todo o enunciado na esfera temporal. A seguir, apresentamos um conjunto de ocorrências que exibem essa oscilação de conceptualização-percepção da existência configurada na língua.

(41) **Há preconceito em todas as áreas.** Costumo dizer que o país só está em guerra porque o ser humano não sabe respeitar. Ninguém é obrigado a aceitar, mas é preciso respeitar. Não só acontece em futebol, como em religião, na internet... O mundo não tem respeito com o ser humano. Você tem que respeitar o próximo. É preciso respeitar a vida do ser humano, não é só a opção dele. Não tem isso aqui. As pessoas começam a invadir planos e situações que não tem nada a ver. (TE, GG, 2017)

(42) O casal proprietário do carrinho trabalha **há cinco anos** vendendo cachorro-quente em Águas Claras. (TO, masculino 30 anos)

(43) Quem está mantendo, **há anos**, o mesmo grupo no domínio da Adufg Sindicato, com uma diretoria mais autoritária e sem transparência que a outra? (TE, MG, 2017)

Em (41), há o nível mais esquemático da construção existencial, pois o objeto de discurso é inserido, sua carga semântica é maior e há também a marcação com o locativo. Porém, em (42) e em (43) há subesquema do padrão contrucional existencial, utilizado, nesses casos, para introduzir uma noção de tempo, sendo essa noção mais abstrata. Nesse nível da escala implicacional, só há a existência como uma constatação. Pragmaticamente, esse uso exige um grau de informatividade menor, podendo ser metaforizado ou inferível.

Assim, em (41), há o nível mais concreto de existência, ou seja, ainda precisa exibir o locativo-temporal e a carga de sentido o objeto de discurso podendo ser variavelmente compartilhado na interlocução. Já em (42) e (43), o nível de existência desloca-se para o nível mais abstrato, ou seja, o objeto de discurso inserido acessa um conhecimento mais compartilhado pelos envolvidos na interlocução, esse acesso se dá pelo processo de metaforização ou inferência, estabelecendo a base para toda a informação. Vejamos mais exemplos:

(44) **Tem** muita gente aqui que aluga pelo Casa Férias e o que acham? (TE, MG, 2016)

Em (44), a construção existencial está no nível mais concreto da Escala Implicacional, assim grau mais concreto <Existe no espaço>. Nesse caso, a expressão locativo-temporal caso é mais constante. Assim, sintaticamente, o verbo é preposto ao Sintagma Nominal, definido ou não, com a marcação de um locativo-temporal. Já nos subesquemas, o nível de existencialidade está mais abstrato, sendo que as informações inseridas envolvem a metaforização temporal-espacial ou está inferível no conhecimento compartilhado na ação intersubjetiva.

Dessa forma, para sistematizar essas considerações, apresentam-se no Quadro abaixo os níveis de esquematicidade das construções existenciais:

Nível de Existencialidade

[+ concreto]

[+ abstrato]

Existir no Tempo

Existir no Espaço

Existir

Nível de Esquematicidade

Macroconstrução: [Vexist SN Loc-temp]

- Nível + Concreto
- Vinculação total à cena Estado de Existência (Experiência básica);
- Conhecimento parcialmente compartilhado;
- Contexto espacial ou temporal contribui para acessar esse conhecimento.

Mesoconstrução: [Vexist + Substantivo] [Vexist + Pronome] [Vexist + Advérbio]

- Nível + Abstrato
- Vinculação parcial à cena Estado de Existência (Experiência básica);

- Conhecimento compartilhado;
- Metaforização ou inferência contribui para acessar esse conhecimento.

Visto isso, a análise posterior fundamenta-se nessa descrição, uma vez que, a partir dela, demonstramos uma visão panorâmica do fenômeno em evidência, ou seja, o frame básico do sentido existencial (FILLMORE, 1985), a fusão entre o significado dos verbos e o sentido da construção (GOLDBERG, 1995, 2006, 2010) e as propriedades sintático-semânticas e discursivo-funcionais das construções existenciais (CROFT, 2001). Além disso, constatou-se os níveis de esquematicidade dessas construções e sua relação com os níveis da existencialidade (CROFT, 2001 e TRAUGOTT, 2008).

Na análise dos dados, verifica-se, no português contemporâneo na variante goiana, a exibição dessas características da construção existencial, precisamente a partir de construtos, focalizando a gradação do nível mais esquemático até os subesquemas dessa construção. Além disso, analisaremos as propriedades discursivo-funcionais dessas construções, assim como as particularidades sintáticas e semânticas manifestadas em cada nível de esquematicidade nessa amostra de dados de língua falada e/ou escrita.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Considerações iniciais

Apresenta-se, neste Capítulo V, as análises da amostra de dados de língua nas modalidades falada e escrita do português contemporâneo, particularmente na variedade goiana. Destaca-se que a descrição das construções existenciais na abordagem construcional, vista no Capítulo IV, demonstrou os aspectos nos quais essa análise se fundamenta. Assim, tem-se as seguintes características:

- i) As construções existenciais evocam uma cena básica da experiência humana (GOLDBERG, 1995) e, nos termos de Fillmore (1982), um frame que corresponde ao Estado de Existência. Essa cena se apresenta em níveis de existencialidade que vão do mais concreto ao mais abstrato (GIVÓN, 2011). Dessa configuração, emerge o sentido existencial dessas construções, o qual implica na sua constituição morfossintática (CROFT, 2001);
- ii) A fusão entre o significado do verbo e o sentido da construção demonstra que a construção existencial restringe alguns verbos para sua instanciação; os verbos existenciais **Ter**, **Haver**, **Existir** são verbos polissêmicos, mas a construção estabiliza um só sentido para esses verbos, o existencial (GOLDBERG, 2006). Com isso, verifica-se que há um padrão construcional existencial [Vexist SN Loc-temp].
- iii) O padrão construcional [Vexist SN Loc-temp] apresenta um grau de abstração na hierarquia construcional da língua portuguesa, ou seja, há níveis de esquematicidades variadas. Sendo, então, o nível da macroconstrução [Vexist SN Loc-temp] e da mesoconstrução [Vexist SN] [Vexist Loc-temp], que correspondem a Vexist + Substantivo, Vexist + Pronome, Vexist + Advérbio, esses subesquemas apresentam funções discursivo-funcionais diversas, mas mantêm o vínculo com a macroconstrução (CROFT, 2001, TRAUGOTT E TROUSDALE, 2013)

Essas características apontadas direcionam a análise dos dados da língua nas modalidades falada ou escrita do português goiano. Verifica-se que cada subesquema da construção existencial instanciada em construtos apresenta realizações discursivo-funcionais diversificadas, além de aspectos morfológicos diferentes. Além disso, demonstram níveis de existencialidade (GIVÓN, 2011). Também, sendo a função principal dessas construções a inserção de objeto de discurso na sequência discursiva, o grau de informatividade tende a variar dependendo do contexto enunciativo.

Como visto no Quadro 7, anteriormente, a taxonomia da construção *[Vexist SN Loc-temp]* apresenta-se da seguinte forma:

Elaboração própria.

Entretanto, para Givón (2011), a existencialidade nas línguas é codificada a partir de uma gradação entre mais concreto e mais abstrato, isso, segundo o autor (2011), devido à conceptualização-percepção do usuário da língua. A partir disso, retoma-se o Quadro 5 que sintetiza esses aspectos das construções existenciais:

Nível de Existencialidade

[+ concreto] [+ abstrato]

Existir no Tempo Existir no Espaço Existir

Nível de Esquematicidade

Macroconstrução: *[Vexist SN Loc-temp]*

- Nível + Concreto
- Conhecimento parcialmente compartilhado;
- Contextos espaciais ou temporais contribuem para acessar esse conhecimento.

Mesoconstrução: *[Vexist + Substantivo] [Vexist + Pronome] [Vexist + Advérbio]*

- Nível + Abstrato
- Conhecimento compartilhado;
- Metaforização ou inferência contribui para acessar esse conhecimento.

Acionam-se esses fundamentos, delineados nos Capítulos e seções anteriores, para analisar as construções existenciais no português contemporâneo na variedade de fala de Goiás. Feito isso, complementa-se esse estudo demonstrando como essas construções atuam no nível do texto.

5.2 Macroconstrução existencial e suas propriedades funcionais

A macroconstrução existencial apresenta um grau de abstratização maior, ou seja, é mais esquemático, pois tem *slots* a serem preenchidos e sua composição tende a ser mais cristalizada, isto é, seu *design* virtual inviolável. Logo, as partes estão a serviço do todo (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013). Além disso, esse esquema encontra-se no nível existencial mais concreto, visto que mantém uma relação maior com a cena conceptual-perceptual básica. Considera-se o seguinte esquema da macroconstrução existencial:

[Vexist SN Loc-temp]

Esses elementos vinculam-se à cena ESTADO de EXISTÊNCIA e correspondem-se ao: (i) frame verbal (**Ter, Haver, Existir**), (ii) elemento introduzido no discurso (Sintagma Nominal), (iii) possível marcação locativo-temporal (Satélite de espaço-tempo). Verifica-se na figura abaixo a disposição esquemática da construção [Vexist SN Loc-temp]. Sendo o Sm o polo semântico/pragmático, orientado pela cena conceptual-perceptiva do ESTADO de EXISTÊNCIA; R configura a relação com item lexicais disponíveis na língua e seu respectivo frame; Sx é o polo sintático, onde dispõe as correlações com a base construcional.

Sm:	[Vexist SN Loc-tem]	<ente>	<container>
R:	PRED	<Nome>	< >
Sx:	V <i>Tem</i>	SN <i>uma mulher vingativa</i>	Satélite Loc. <i>nessa empresa</i>

Elaboração própria.

O predicado “Vexist SN Loc-temp” apresenta um argumento (Entidade focalizada) e o elemento opcional de Contêiner que se fundem, nas relações perspectivadas pelo frame pelo verbo TER/HAVER/EXISTIR, com participante (Nome). A fusão do polo formal se dá com as

funções sintáticas de Verbo e de Sintagma Nominal e, neste caso, o Satélite de local e/ou tempo é uma contribuição da construção.

O processo de fusão da cláusula nuclear se dá da forma seguinte: “Vexist SN Loc-temp” apresenta o argumento ENTIDADE (associado à construção) cuja integração é promovida com o participante do frame enquadrado pelo verbo (TER/HAVER/EXISTIR) e com as funções sintáticas. Vejamos nos dados:

(1) *não há regras... na universidade é claro que aqui a gente encontra mais pessoas com... vontade... se policiando pra falar corretamente né... mais na rua não... na rua é muito difícil você encontrar assim alguém... (TO, FG, feminino 20 anos).*

Nota-se em (1) a presença da macroconstrução existencial instanciada com o verbo **Haver**. Nessa atualização da construção em (1), o esquema mantém-se, ou seja [Vexist SN Loc-temp]. Todavia, há também uma negação (Não) que antecede a construção [Não] [Vexist SN Loc-temp]. Nos dados analisados, houve um total de 65% de ocorrência desse tipo. Neste ponto, Neves (2006, p. 209) afirma que o limite da oração é também o limite do alcance da negação.

Para a autora (2006), a negação geralmente recai na predicação, assim a transferência da negação para a predicação é uma estratégia de defesa utilizada pelo falante para atenuar o conteúdo proposicional declarado no enunciado. Com isso, no caso das construções existenciais, a negação recai sobre o enunciado inteiro, pois, nota-se que a negação vem, na maioria dos casos, proeminente, ou seja, topicalizada. Isso serve para direcionar a interpretação do interlocutor. Veja na representação abaixo:

Figura 9 – Construção Existencial - Negação.

Sm:	[Vexist SN Loc-temp]	<Entidade focalizada>	<contêiner>
Rel:	TER	<Nome>	<Loc-tem>
Sx:	V	SN	<Sat>
	<Não há	<i>regras</i>	na universidade

Elaboração própria.

O alcance da negação, em (1), recai sobre toda a informação inserida. Isso equivale, na admissão da “não existência de algo”, assim dizer que algo existe ou não existe está mais na avaliação epistêmica do falante, ou seja, na aceitação ou não da existência de algo. Considera-se, no caso das construções existenciais, que a operação da negação encontra-se mais no plano da estratégia do falante frente ao interlocutor, pois a intenção pragmática é alterar o conhecimento em jogo na interação. Afinal, quando o falante diz que “não existe algo”, de certa forma,

pressupõe que o interlocutor admita que “existe algo”. Por isso, justifica-se, nesses casos, que a operação de negação nas construções existenciais atende ao plano discursivo.

A construção existencial (1) insere o objeto de discurso “coisa” esvaziado semanticamente. Esse esvaziamento é ressaltado pela propriedade morfológica de definitude ou indefinitude, ausente neste caso, porém, em (1) o falante preenche esse esvaziamento com o encadeamento de cenas dependentes entre si. Assim, o fluxo de atenção é deslocado para a cena final apresentada, para todo o enunciado. Dessa forma, ressalta-se que não é o verbo *Haver* que realiza a função de inserir o objeto de discurso, mas o todo enunciativo, logo, as partes estão a serviço do todo.

Defende-se, então, que não são os verbos **Ter**, **Haver** e **Existir** que inserem o objeto de discurso, mas a construção como um todo exerce essa função. Afinal, suas partes estão tão imbricadas para atender essa função que exibe certa cristalização da construção (TRAUGOTT, 2008). A variabilidade de usos dos verbos se deve a aspectos semântico-pragmáticos no contexto da interlocução. Outro exemplo:

(2) *Já há manifestações confirmadas por todo Brasil no dia de hoje. (TE, MG, 2017)*

Em (2), a macroconstrução existencial perfila um nível de existência mais concreto, assim apresenta os papéis argumentais <entidade focalizada> e <contêiner>. Esses papéis argumentais são instanciados na predicação do verbo **Haver** que perfila um nome para ocupar posição de objeto de discurso e um locativo-temporal, tanto o objeto de discurso (SN) como a expressão locativo-temporal são vinculados à cena básica do Estado de Existência, respectivamente <entidade focalizada> e <contêiner>, por isso é o grau mais concreto na escala implicacional do nível existencial.

Admite-se que essa construção apresentada em (2) seja o protótipo dessa macroconstrução no português brasileiro. O objeto de discurso inserido nessa construção é definido, sendo que seu frame acessa um conhecimento compartilhado que contribui para o grau de informatividade do texto como todo, configurando um alto grau de comprometimento com o dito. A seguir, outro exemplo:

(3) *Há momentos na vida em que o melhor que temos a fazer é ficar calados e observar à nossa volta. O tempo e as atitudes dos outros irão dar-nos as respostas. (TE, GG, 2016)*

Nota-se que em (3) há a macroconstrução existencial, sendo o *design* morfossintático mais estável. O verbo, no caso *Haver*, está na 3ª pessoa do singular, com marca de impessoalidade e preposto ao Sintagma Nominal, “momentos” esvaziado semanticamente, ou seja, indefinido, sendo a marcação de pluralidade “-s” uma ampliação do referente. Já o marcador locativo-temporal é exercido por “na vida”, ou seja, “vida” designa metaforicamente, neste caso, um espaço de realizações. Essa construção existencial perfila um grau mais concreto de existência, vincula-se integralmente à cena concebida-percebida pelo usuário da língua. A seguir, representa-se essa construção.

Figura 10 – Representação de Construção Existencial

Sm: Vexist SN Loc-temp	<entidade focalizada>	<contêiner>
Rel: Ter/Haver/Existir	<Nome>	<Loc-tem>
Sx: V	SN	Sat.
< Há	momentos	na vida>

Elaboração própria.

Percebe-se que após a construção existencial <há momentos na vida> toda a sequência discursiva em seguida preenche semanticamente o objeto de discurso inserido, pois esse referente está esvaziado semanticamente. Com isso, a sequência tem a função de preenchê-lo de sentido altamente compartilhado pelos interlocutores. A seguir, outro exemplo da macroconstrução existencial:

(4) *Na Terra há o suficiente para satisfazer as necessidades de todos, mas não para satisfazer a ganância de alguns. (TE, GG, 2017).*

Em (4), a macroconstrução existencial mantém-se, mesmo com o elemento contêiner, do frame, circunstanciador espacial, topicalizado. Nesse caso, o deslocamento desse elemento atende propósitos discursivos, afinal, a proeminência do assunto, defesa do meio ambiente, conduz a espacialidade, “na terra”, para o tópico desse enunciado. Na sequência enunciativa, a inserção da informação realiza-se pelo encadeamento de outras informações, afinal, “o suficiente” é esvaziado semanticamente, cabendo a todo o enunciado seguinte preencher esse referente. O exemplo a seguir também demonstra o esvaziamento semântico do Sintagma Nominal, objeto de discurso, inserido:

(5) *Há barricadas montadas pela Esplanada, alguns ministérios estão sendo alvo de depredação e a polícia continua lançando bombas de gás e spray de pimenta para tentar dispersar grupo. (TE, MG, 2017)*

Em (5), o verbo existencial **Haver** seguido do SN “barricadas”, substantivo, e a expressão locativa “pela Esplanada” instanciam a macroconstrução existencial. Nesse caso, o SN tem uma carga semântica maior, ou seja, o grau de compartilhamento da informação também é maior, dispensando a definitude ou a indefinitude, agregando a essa informação a condição “montadas”. Ademais, a contextualização espacial, dada pela expressão locativa “pela Esplanada”, situa esse objeto de discurso, estabilizando todo o enunciado no nível existencial mais concreto, ou seja, vinculado à experiência humana básica, Estado de Existência.

Esses exemplos, até então, demonstram que a macroconstrução existencial é instanciada por constituintes sintáticos básicos, Sintagma Verbal e Sintagma Nominal. Por conseguinte, as categorias que se alinham ao SN, nesse nível, são diversificadas, desde Substantivos, Pronomes,

Advérbios, sendo que cada uma dessas categorias centraliza a carga semântico-pragmática que as configura como objeto de discurso. A seguir, exemplos com construções existenciais com essas categorias:

(6) *O Voo da Borboleta. Borboleta-monarca (Danaus plexippus) fotografada na Cidade do México. No mundo, não **existe muro entre os países**. Isso porque nessa época do ano elas voam mais de 4.500km dos Estados Unidos. (TE, JD, 2017)*

Nota-se que em (6) a macroconstrução existencial apresenta como SN o substantivo “muro”, porém o significado básico dessa palavra é estendido pelas expressões “entre os países”, demonstrando a necessidade semântica do SN, nessas construções, que é acessar o conhecimento compartilhado na ação intersubjetiva. Além disso, o nível existencial concreto, nesse caso, perfila a vinculação aos elementos básicos da cena Estado de Existência, sendo que a expressão locativa “no mundo” contextualiza a existência/inserção desse objeto de discurso. O exemplo, a seguir, também demonstra essa particularidade do SN nessa macroconstrução.

(7) **Há 3 leis** no universo que nunca falham: - a da verdade, a do mérito, a do retorno. (TE, JD, 2016)

Em (7), o Sintagma Nominal “3 leis” é o objeto de discurso inserido no discurso, porém o esvaziamento semântico dessas expressões linguísticas demonstra a necessidade da expressão locativa “no universo” para contextualizar essa informação, acionando os conhecimentos compartilhados acessados por cada item lexical. Isso demonstra a importância do SN nas construções existenciais, pois a carga semântica tende a ser maior, favorecendo o acesso ao conhecimento compartilhado na interlocução, porém, quando o sentido do item lexical selecionado não proporciona esse aspecto, outras expressões linguísticas são acionadas para ressaltar esse processo de inserção.

Ademais, as expressões locativas nesta macroconstrução também têm a função de estabelecer o acesso ao conhecimento compartilhado, favorecendo a inserção do objeto de discurso, como visto no exemplo (5). O exemplo, a seguir, demonstra esse aspecto:

(8) *In: olha... a gente::/ eu... eu não estava não... mas uma amiga minha me contou... que foi uma viagem que a gente fez... e:: a gente viajou com... com **tem doze pessoas na casa**... e um deles era filho de um deputado... tá? (TO, FG, feminino, 28 anos)*

Em (8), a expressão locativa “na casa” serve para contextualizar o objeto de discurso inserido, pois, o sentido do SN apresenta-se esvaziado semanticamente. Dessa forma, a expressão locativa funciona para contextualizar a informação inserida, tornando essa informação acessível ao conhecimento compartilhado entre os interlocutores. Com isso, a macroconstrução existencial, que desempenha o nível mais concreto da existencialidade, se configura como um esquema altamente integrado, pois cada subparte só ganha sentido em relação às outras subpartes. Assim, os verbos existenciais, o Sintagma Nominal e a expressão locativa-temporal funcionam em conjunto para atender à necessidade discursivo-funcional de inserir um objeto de discurso na

sequência discursiva, ou seja, traz a existência.

A partir do *corpus* analisado, no total de 445 ocorrências, tanto de fala como de escrita, 60% dessas ocorrências (178 no total) localizam-se no nível mais concreto de existencialidade, isso aponta para a instanciação da macroconstrução existencial, pois seu *design* virtual é totalmente preenchido, vinculado integralmente à cena básica Estado de Existência e seus elementos.

Verificou-se, também, que a alternância entre os verbos **Ter**, **Haver** e **Existir** não interfere no sentido construcional e também no *design* morfossintático da construção existencial. Em relação à macroconstrução, os dados demonstram que a preferência pelo verbo utilizado segue fatores sociais, ou seja, em dados de fala há a preferência pelo verbo **Ter**, já na escrita a preferência é o verbo **Haver**. Mesmo assim, considerando a macroconstrução existencial, o verbo **Ter** superou os outros na variedade goiana.

Quadro 11 – Verbo na Macroconstrução Existencial

Preferência verbal na Macroconstrução Existencial	
Ter	93
Haver	74
Existir	11
Total: 178 ocorrências	

Elaboração própria.

O Quadro 11, acima, exhibe a preferência do verbo **Ter** na macroconstrução existencial, considerando a amostra do português goiano. Dessa forma, mesmo havendo a concorrência entre o verbo **Ter** preferível na fala e o verbo **Haver** preferível na escrita, para as macroconstruções o verbo **Ter** sobressai-se aos demais. No caso do verbo **Existir**, verificou-se um índice muito baixo nessa amostra de dados, tanto na fala quanto na escrita.

Em relação ao preenchimento do SN por itens lexicais diversos, verificou-se que em 80% dos construtos da macroconstrução existencial, há a presença de mais de um item lexical, ou seja, um substantivo, por exemplo, vem acompanhado de um especificador como adjetivo, advérbio de intensidade ou numeral. Isso demonstra que o objeto de discurso inserido pode ser acompanhado de um definido ou indefinido, porém, há também especificadores, determinantes e qualificadores que atuam posterior ao SN, objeto de discurso com a função de ampliar a informação inserida. Como por exemplo:

(9) *Tem muito moto-taxi aí tem extensão né, já pra isso pra ai o primeiro tá falano o segundo tá ovino na extensão. . . ai então ocê falá que num tá. . . (TO, FG, masculino 25 anos)*

Nota-se em (9) que o objeto de discurso inserido é “moto-taxi”, porém essa informação é

especificada por um advérbio de intensidade “muito”. O fato do substantivo “moto-taxi” acessar um conhecimento bastante compartilhado culturalmente dispensou a definitude ou indefinitude, neste caso, viabilizando o intensificador “muito”. Além disso, a expressão locativa “aí” tem a função de contextualizar essa informação inserida, afinal algo existe em algum *lugar* em um determinado *tempo* (GIVÓN, 2011).

As macroconstruções existenciais, nível existencial mais concreto, verificadas na amostra de dados da variante do português goiano exibem as seguintes especificidades:

Tabela 2 – Especificidade da Macroconstrução.

Nível Existencial + Concreto

Macroconstrução Existencial

Vexist SN Loc-temp

- *Slots* integralmente preenchidos;
- O SN, objeto de discurso inserido, apresenta carga semântica esvaziada, ou seja, conhecimento pragmático parcialmente compartilhado na ação intersubjetiva;
- Vários itens lexicais funcionam para estender, especificar o sentido do SN inserido, não sendo papel exclusivo de artigo definido ou indefinido anteceder o objeto de discurso;
- A expressão locativa-temporal contextualiza a informação inserida, sendo parte integrante desse esquema;
- Geralmente posicionada no início do enunciado;
- Preferência pelo verbo **Ter**.

Elaboração própria.

O Quadro 6, acima, sintetiza as especificidades da macroconstrução existencial depreendidas do *corpus* do português contemporâneo na variante goiana. Essa análise amplia os critérios estabelecidos por Viotti (2002), a qual afirma que nas construções existenciais o SN vem anteposto de um definido ou indefinido, pois se verificou nas amostras analisadas uma variedade de categorias que se antepõem ao SN, com funções diversificadas como especificar, determinar, ampliar o conteúdo semântico em jogo.

Além disso, ressalta os estudos anteriores sobre as construções existenciais que afirmam a relevância da expressão locativo-temporal nessas construções, pois, segundo Givón (2011), existir implica local e tempo, mesmo sendo implícitos linguisticamente.

Na próxima seção, apresenta-se o resultado da análise dos dados destacando os aspectos da mesoconstrução existencial, ou seja, os subesquemas da macroconstrução. Esses subesquemas

demonstram o nível existencial mais abstrato, pois há uma parcial desvinculação da cena básica, Estado de Existência, isto é, os elementos dessa cena não são acessados diretamente pelos itens lexicais instanciados, sendo acessados pelo processo de metaforização ou inferência.

5.3 Mesoconstrução existencial e suas propriedades funcionais

A partir das considerações de Croft (2001) e em Traugott e Trousdale (2013), verifica-se que a macroconstrução existencial apresenta diferentes níveis de esquematicidade, formando uma rede taxonômica construcional [*Vexist SN Loc-temp*]. Para Traugott e Trousdale (2013), os níveis de gradiências variam do maior para o menor grau de esquematicidade. Como visto na seção 4.4 do Capítulo V, há o nível de esquema parcial da construção existencial, subesquemas ou mesoconstruções, sendo seus *slots* parcialmente preenchidos por diferentes categorias gramaticais. Dessa forma, essas mesoconstruções são representadas pelos seguintes subesquemas sancionados pela macroconstrução:

[*Vexist SN*] [*Vexist Loc-temp*]

[*Vexist + Substantivo*] [*Vexist + Pronome*] [*Vexist + Advérbio*]

No nível da mesoconstrução, o verbo existencial se alinha ao SN que seleciona categorias distintas como Substantivo, Pronomes. Além disso, no subesquema [*Vexist Loc-temp*] o verbo existencial seleciona um Advérbio de espaço, tempo. Esses subesquemas apresentam configurações morfossintáticas distintas, por exemplo, a definitude ou indefinitude do SN, isso forma um conjunto de ações discursivas, como, por exemplo, a ação de inserção do objeto de discurso ou retomada desse objeto na sequência discursiva.

Essas mesoconstruções existenciais vinculam-se no nível existencial mais abstrato, pois, se desvinculam parcialmente da cena básica Estado de Existência, isto é, não acionam todos os elementos dessa cena. Isso se deve à calibragem conceptual-perceptiva, implicando a dispensa de papéis participantes, por exemplo, <contêiner> que, no caso do subesquema [*Vexist Loc-temp*] se funde a entidade focalizada, objeto de discurso inserido. Nesses casos, as informações semânticas são acessadas por processos conceptuais como a metaforização do espaço-tempo ou inferência. A seguir, apresentamos a representação básica dessa mesoconstrução:

[+ Abstrato]

Construção Existencial base: [*Vexist SN*] [*Vexist Loc-temp*]

Sm: Vexistir SN <entidade focalizada>

Rel: Ter/Haver/Existir <Nome/Adv. Loc-Temp>

Sx: V SN

Essa representação demonstra a fusão entre os papéis argumentais da construção e os papéis participantes acionados pelo verbo existencial. Essas mesoconstruções têm a função de inserir um objeto de discurso na sequência discursiva, atuando no nível pragmático, pois entram em cena os conhecimentos compartilhados na ação intersubjetiva.

Em relação às mesoconstruções, verifica-se que há uma redução de formas, ou seja, a expressão locativo-temporal é dispensada ou se torna o objeto de discurso inserido na sequência discursiva. Nesse ponto, fundamenta-se no princípio da iconicidade, que admite que na língua não há relações isomórficas, porém, a relação forma e função é motivada (NEVES, 2012).

Dentro desse princípio, há o subprincípio da quantidade. Furtado da Cunha (2017, p. 22) afirma que “quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma”. Todavia, para Givón (2011, p. 969), o subprincípio da quantidade tem base cognitiva, pois envolve o mecanismo de fluxo de atenção e esforço mental no processamento de construções. Nesse sentido, as mesoconstruções existenciais, pelo seu nível existencial mais abstrato, reduzem sua forma, porém entram em jogo processos conceptuais como a metaforização ou inferência que conduzem a interpretação do enunciado, como demonstram os exemplos a seguir.

(10) ***Há 2 anos** tive oportunidade de tocar com esta referência de DJ nacional: Grace Kelly Dum ou simplesmente GKD! Boa lembrança.. (TE, GG, 2017)*

(11) *Pessoal que já teve que obter visto para Portugal, para doutorado sanduíche: considerando que, mesmo lendo todas as instruções que estão na internet sobre os procedimentos, sempre **há o risco de faltar algo**, peço uma força aos que já tiveram que passar por isso, principalmente aos que tiveram que tratar das burocracias em BH. (TE, JD, 2017)*

Nota-se, em (10), que o subesquema existencial [Vexist SN] é utilizado para a inserção de objeto de discurso, sendo que a informação inserida é de tempo no enunciado, ou seja, “Há 2 anos” funciona para estabelecer uma temporalidade ao enunciado como todo, sendo essa existência temporal uma metaforização do tempo, ou melhor, do processo de que as ações decorrem. Já em (11), no subesquema [Vexist SN] há a inserção do objeto de discurso “o risco”, especificado por “de faltar algo”, essa informação passa a existir na sequência discursiva.

Em relação ao exemplo (10), o objeto de discurso inserido traz a informação temporal. Neste ponto, define-se temporalidade como categoria dêitica que expressa relações de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade entre três momentos: o da fala, o do evento e o da referência. Dessa forma, no caso de (10) a anterioridade é a referência temporal do evento acionado para contextualizar todo o enunciado.

Verifica-se nesses exemplos (10) e (11) que o nível existencial é mais abstrato, isto é, desvinculam-se da cena básica Estado de Existência, sendo que um dos elementos dessa cena é dispensado ou acoplado por outro elemento. Além disso, nesses casos, o grau de informatividade do objeto de discurso inserido tende a ser maior, como afirma Givón (2011), o conhecimento compartilhado entre os interlocutores precisa ser acionado, sendo a categoria dêitica temporal

de (10) um conhecimento compartilhado culturalmente. A seguir, outros exemplos do nível de existência mais abstrato:

(12) Não há dúvidas que a CPI da Funai foi criada sob medida para avançar na retirada de direitos dos povos indígenas. (TE, MG, 2017)

Nota-se em (12) que a inserção do objeto de discurso vincula-se ao subesquema [Vexist + Substantivo], sendo que não há a expressão locativo-temporal. Assim, objeto de discurso inserido demonstra o grau de comprometimento do enunciador com o dito, uma vez que a inserção dessa informação modaliza todo o dito. Neste caso, a realidade existencial apresenta um alto grau de certeza com o dito.

Construções existenciais como (12) são bastante produtivas no *corpus* analisado, usadas geralmente para encabeçar textos escritos. Admite-se que isso ocorre porque o fluxo de atenção é deslocado para o preenchimento do referente inserido após “que”. Assim, a elipse do marcador locativo-temporal exhibe o nível mais abstrato de existência, ou seja, objeto de discurso é vinculado à informação independentemente da exibição do espaço-tempo. Neste caso, torna-se uma constatação irrefutável de um conhecimento compartilhado.

(13) A militante transexual Paula de Oliveira, ou Paulinha Única, de 50 anos, tornou-se há dois meses coordenadora da Diversidade Sexual de Mesquita, cidade do Rio de Janeiro. E informou, em matéria do jornal Extra, que uma de suas ações será capacitar policiais e guardas na abordagem ao público LGBT. (TE, OP, 2017)

Nota-se em (13) que a inserção de uma informação temporal instancia o subesquema existencial [Vexist + SN]. Nesse nível de existência, também mais abstrato, só há constatação da informação. Neste caso, o tempo é utilizado para viabilizar a durabilidade das ações enunciadas no texto. No exemplo a seguir, verifica-se também a importância da expressão locativa-temporal.

(14) *CORRER POR QUEM NÃO PODE É O LEMA DE CORRIDA EM BRASÍLIA* NaWings For Life World Run, prova realizada simultaneamente em 24 cidades do mundo, não há linha de chegada. Um veículo, guiado este ano pelo piloto Cacá Bueno, larga 30 minutos depois dos competidores e aumenta a velocidade progressivamente, até alcançar o último atleta. (TE, GG, 2017)

Em (14), o marcador locativo encontra-se na informatividade do texto como todo. Afinal, ao constatar que “não há linha de chegada”, a elipse do locativo-temporal não se encontra na construção existencial, mas no texto como o todo. Assim, qualquer leitor afirmaria que ‘não há linha de chegada’ na corrida em Brasília. Esse exemplo demonstra que esse subesquema [Vexist + Substantivo] é utilizado para introduzir uma entidade no plano discursivo. Porém, a variabilidade de preenchimento de seus papéis argumentais segue propósitos pragmáticos, ou informacionais.

(15) A vitalidade de Hebe Camargo era uma característica tão marcante que, mais de uma vez durante a leitura de “Hebe – A Biografia”, imaginamos que o biógrafo errou as datas.

[...] Com tanta disposição, parece estranho que, há quase cinco anos, ao morrer aos 83 em São Paulo, Hebe fosse tão velha. Mas Hebe era. (TE, JD, 2017)

Nota-se que em (15) a construção existencial perfila o nível mais abstrato de existência. Assim, o papel argumental da construção <entidade focalizada> é fundida com o papel temático do verbo **Haver**. Esse processo demonstra a concepção de que o tempo é o pano de fundo para qualquer existência, servido nesse contexto para inserir a esfera temporal na qual todo o enunciado se estabelece. É como se todo o evento fosse codificado no trilho da escala temporal existente, no caso “há quase cinco anos”. Nos exemplos a seguir, verifica-se o nível de existencialidade mais abstrato.

(16) Não existe falta de tempo, existe falta de interesse. Porque quando a gente quer mesmo, a madrugada vira dia. (TO, FG feminino 36 anos)

(17) Em seu depoimento ao Juiz, Lula atribui as decisões sobre o triplex no Guarujá à ex-primeira-dama, falecida há três meses. (TE, GG, 2017)

Em (16) e (17), nota-se que o nível de existência nessas construções é mais abstrato. Isso exhibe o SN posposto, sendo uma entidade não concreta, ou seja, com um esvaziamento semântico maior. Dessa forma, essas informações são inseridas na sequência discursiva e passam a existir, sendo essa existência desvinculada do contexto espaço-tempo. Assim, esses elementos existenciais são acomodados no *design* virtual desse subesquema, ou seja, se tornam a própria entidade focalizada.

Uma das propriedades no *design* morfossintático das construções existenciais é a impessoalidade do verbo, visto que a impessoalidade, marcada na 3ª pessoa do singular, exhibe não uma não pessoa, mas uma “pessoa-ampliada”. Dessa forma, nas construções existenciais, essa propriedade perfila um *frame* do Estado de Existência. O fluxo de atenção do observador está deslocado totalmente para a entidade focalizada. Com isso, dependendo do conteúdo semântico dessa entidade focalizada, que, no caso são SN, o objeto de discurso inserido é especificado, qualificado, definido ou indefinido através de outros itens lexicais de categorias diversas. O exemplo, a seguir, ilustra esse ponto:

(18) Existe uma nova lente de contato que melhora a visão humana, a torna perfeita. As lentes biônicas substituem as lentes naturais dos olhos em uma cirurgia indolor de 8 minutos. (TE, GG, 2017)

Em (18), os Sintagmas Nominais “uma nova lente de contato” têm uma carga semântico-pragmática muito forte, pois em sua interpretação pelo interlocutor tende a recorrer exclusivamente à informação contida na própria construção existencial, porém toda sequência discursiva posterior ao objeto de discurso inserido estende essa informação. Nesse caso, o próprio gênero textual utilizado, propaganda, condiciona a ação de estender a informação inserida. Mesmo assim, no caso de (16), o próprio Sintagma Nominal fornece informações que servem como conjunto de conhecimento compartilhado para que o objeto de discurso se

estabeleça.

Em relação à definitude ou indefinitude nas mesoconstruções, verifica-se em (18) a falta de um constituinte semanticamente pleno, ou seja, definido, nesse caso expresso linguisticamente pela palavra “uma”, nessa posição causa uma quebra no fluxo de atenção, uma estratégia discursiva de criar expectativas no seu preenchimento. É o que acontece em (18), pois na sequência “uma lente de contato”, é logo definida “as lentes biônicas” e qualificada nas sequências posteriores ao “que”.

Givón (2011) afirma que a existência é pautada no plano do espaço ou do tempo, ou seja, a existência passa por essas noções. Assim, quanto maior a abstratização da existência, maior desvinculação do locativo-temporal. Com isso, no nível pragmático, o grau de compartilhamento dos conhecimentos entre os interlocutores se estabelece dependendo do grau de abstratização, ou seja, sem a informação espaço-tempo a carga semântica do objeto de discurso inserido tende a ser maior. Assim, nas mesoconstruções existenciais conforme vai aumentando a abstratização, desvinculação da cena básica, mais o compartilhamento do conhecimento entre os interlocutores vai aumentando também. A seguir, outro exemplo:

(19) *Há 2 mil anos, índios brasileiros já eram agricultores hipsters. (TE, OP, 2017)*

Em (19), temos o subesquema existencial [Vexist SN] que perfila o nível mais abstrato da concepção-percepção de existência, pois, o elemento <contêiner>, expressão locativo-temporal acopla com a <entidade focalizada>, o objeto de discurso inserido. Nota-se que o verbo **Haver** está na 3ª pessoa do singular, apresenta impessoalidade e está preposto ao Sintagma Nominal <2 mil anos>. Esse SN designa a noção de tempo, logo não há um esvaziamento semântico. Dessa forma, houve a dispensa do marcador locativo-temporal, ou, melhor dizendo, seu acoplamento. Afinal, a constatação da existência desse tempo <2 mil anos> recai sobre todo o evento. Isso pragmaticamente aumenta o grau de informatividade do texto.

Verifica-se em (19) que a construção existencial perfilada nesse nível de existência exerce a função de um satélite do enunciado (DIK, 1989) ou objeto circunstancial (GARCÍA, 1996). Para García (1996), essa função corresponde ao “fundo” secundário do marco oracional. Para o autor, essa função representa sempre uma função opcional no enunciado. Porém, sua exibição em enunciados aumenta o grau de informatividade do texto. Segundo García (1996), por mais que não seja exigido pelo verbo da oração principal, sempre restauram a informação contextual.

No caso de (19), essa informação contextual não é tão opcional assim. Por exemplo, se retirarmos essa construção, o texto ficaria: “índios brasileiros já eram agricultores hipsters”. Essa ação distorceria a informação total do texto, afinal, até mesmo pela posição topicalizada da construção existencial, a ideia básica seria justamente mostrar a ação dos índios ao longo de séculos e seu pioneirismo nessa prática. Assim, é sobre a inserção do referente temporal, no caso, que todo o texto-evento se constitui informativamente. Os exemplos a seguir exibem aspectos similares.

(20) *Concordo!!! Feliz de **há muitos anos** não ler essa revista. (TE, MG, 2017)*

(21) *Quem está mantendo, **há anos**, o mesmo grupo no domínio da Adufg Sindicato, com uma diretoria mais autoritária e sem transparência que a outra? (TE, MG, 2017)*

Mesmo se retirarmos a construção existencial de (20) e (21) o *status* informativo se manteria, porém, o foco principal do locutor está depositado na construção existencial, ou seja, o referente temporal introduzido tem uma marca semântica relevante para a interpretação do texto e exibição da intenção do produtor do enunciado. Afinal, o caráter temporal justifica ou ressalta toda a ação descrita no texto. Por conseguinte, o uso dessa construção não é tão opcional como parece. Outro exemplo, nessa linha:

(22) ***Há 20 anos** eu te vi pela primeira vez. Parecia uma pamonha enrolada na palha de milho, com cabelos negros e lisos. Eu estava bastante emocionado e só queria uma oportunidade para te segurar no colo. O tempo vai numa pressa que chega a assustar! Feliz aniversário (TO, FG feminino 26 anos)*

Verifica-se em (22) que a informação inserida nesse subesquema existencial é extremamente relevante para a eficácia da interpretação total do texto. Por mais que o aspecto temporal seja um suplemento da informação, afinal é expelida pela estrutura argumental, no caso das construções existenciais que perfilam o nível de existência mais abstrata, representam o pano de fundo principal dos eventos descritos linguisticamente. Próximo exemplo demonstra o nível mais concreto de existencialidade.

(23) *Em seu depoimento ao Juiz, Lula atribui as decisões sobre o **tríplice** no Guarujá à ex-primeira-dama, falecida **há três meses**. (TE, GG, 2017)*

Nota-se em (23) que o nível de existência nessas construções é mais abstrato. Isso exhibe o fato de que o SN posposto é uma entidade não concreta, ou seja, com um esvaziamento semântico maior. Assim, a concepção-percepção de que a existência seja mais desvinculada do espaço ou tempo, porém o fato de existir no caso de (23) estabiliza outros eventos. O exemplo a seguir mostra o processo de inferência para contextualizar a existência.

(24) *Alunos de creche de Jequié, na Bahia, com mochilas recebidas pela prefeitura na última semana. Notou algo diferente? A desproporcionalidade entre o tamanho da mochila e o tamanho das crianças. A situação virou piada na internet em todo país, com pessoas fazendo memes com as fotos, comparando as mochilas a cascos de tartarugas ou paraquedas. Segundo a diretora, não **há nada de errado com as mochilas**. “As crianças não foram para casa daquela forma, apenas caminharam até o portão da creche para pegar o transporte e irem pra casa”. (TE, MG, 2017)*

Em (24), o subesquema existencial apresenta linearmente o verbo existencial Haver, seguido pelo SN “nada de errado” e para especificar o objeto de discurso há “com as mochilas”. Nota-se que a informação inserida é interpretada por via de inferência, pois possibilita identificar as informações extras como os proprietários dessas mochilas, no caso, as crianças da escola

municipal da cidade. O exemplo a seguir demonstra a inferência locativo-temporal.

(25) *A secretaria de Segurança Pública confirmou que, entre as dezenas de feridos por conta da repressão policial à manifestação em Brasília, há um homem ferido por disparo de bala de fogo. Informações iniciais dão conta de que ele tenha sido atingido próximo ao prédio do Ministério que pegou fogo. (TE, OP, 2016)*

Em (25) a informação locativa-temporal também é inferida, não estativa na construção existencial. O objeto de discurso inserido pelo SN “um homem ferido” é especificado pela sequência discursiva posterior, porém a informação contextual “em Brasília” não precisou ser considerada dentro do subesquema [Vexist SN], sendo inferida no co-texto. O próximo exemplo segue a mesma linha.

(26) *“Mesmo sem aceitar renunciar ao cargo, Temer tem que sair; pois, não há mais condições políticas de se sustentar. O golpe começa a ruir”. Leia o novo artigo de Alencar Santana. (TE, MG, 2016)*

Verifica-se em (26) que o SN do subesquema [Vexist SN] é preenchido por um advérbio de intensidade “mais” e substantivos “condições políticas”, além do especificado “de se sustentar”. Nesse caso, a informação locativa-temporal é inferida, pois a informação “no poder” pode ser inferida das informações acessadas pelo objeto de discurso inserido.

Verificou-se na análise dos dados que os subesquemas existenciais foram mais recorrentes na língua escrita, o total de 73% dos dados em língua escrita demonstra esses subesquemas, sendo o [Vexist SN] o mais frequente. Nesse caso, o SN traz uma informação temporal. O verbo existencial preferido nesses subesquemas é verbo **Haver**.

Apresenta-se a seguir a síntese das especificidades dos subesquemas existenciais verificadas nos dados analisados, tanto na modalidade falada quanto na escrita.

Tabela 3 – Especificidade do Subesquema existencial

Nível Existencial + Abstrato
Mesoconstrução Existencial
<i>[Vexist SN] [Vexist Loc-temp]</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Slots parcialmente preenchidos por categorias como Substantivo, Pronome, Numeral e Advérbio; - O SN, objeto de discurso inserido, apresenta carga semântica menos esvaziada, ou seja, o SN aciona um conhecimento compartilhado na ação intersubjetiva; - Vários itens lexicais funcionam para estender, especificar o sentido do SN inserido, não sendo papel exclusivo de artigo definido ou indefinido anteceder o objeto de discurso; - Posicionado em qualquer parte do enunciado; - Preferência pelo verbo Haver.

Elaboração própria.

Na seção seguinte, verifica-se a atuação discursivo-funcional das construções existenciais no nível do texto, ou seja, no processo de referência textual. Nesse nível, as construções existenciais atendem a propósitos mais pragmáticos. Isso demonstra que a sintaxe e a semântica dessas construções também atuam no processo de referência, não somente itens lexicais diversos, processos semânticos e mecanismos cognitivos realizam a existencialidade.

5.4 Tipologia das Construções existenciais no nível do texto

Verificou-se que o esquema [Vexist SN Loc-temp] e o subesquema [Vexist SN] atuam no nível do texto, isto é, no processo de referência. Essas construções existenciais geralmente aparecem no início do texto ou dentro da sequência discursiva para trazer uma informação, sendo essa instanciada pelo SN, objeto de discurso inserido. Além do mais, essa informação é processada por mecanismos coesivos como inserção, retomada e remissão.

Na linguística moderna, esse processo de referência é considerado como um aspecto de textualidade (KOCH, 2009). Dessa forma, a fluidez do texto se dá a partir de elementos linguísticos que estabelecem processos cognitivos atuando em conjunto para a manutenção do texto, sendo que esse processo ativa a memória discursiva ou de longo prazo e também a memória de curto prazo.

Nesse sentido, Koch (2009) afirma que a referência é um caso geral de operação dos elementos designadores, assim todos os casos de progressão referencial são baseados em algum

tipo de referenciação. Com isso, a determinação referencial se dá como um processamento de referência na relação com os demais elementos do co-texto, mas não necessariamente como retomada referencial. Koch (2009) define assim estágios de referenciação:

- (a) retomada: implica remissão e referenciação
- (b) remissão: implica referenciação e não necessariamente retomada
- (c) referenciação: não implica remissão pontualizada nem retomada.

Admite-se que as construções existenciais, tanto seu esquema como subesquema, atuam no contínuo de referir, retomar, ou remitir. Referir, segundo Koch (2014), é uma atividade de designação realizável por meio da língua sem implicar uma relação especular língua/mundo. Remeter é uma atividade indexical na contextualização. Já retomar é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial, ou seja, seja numa relação de identidade ou não. Para Koch (2014), a continuidade referencial não implica referentes sempre estáveis nem identidade entre referentes. O exemplo a seguir demonstra esse processo de referenciação:

(27) *Desproporção, desse Temer. Pra financiar esse serviço com gasto público das elites dos poderes. Não **há reforma** que dê conta. (TE, OP, 2017)*

Nota-se que a sentença em (27) instancia o subesquema [Vexist SN] no nível existencial mais abstrato. Nesse texto comentário o grau de comprometimento do dito é maior e a construção existencial ativa a referenciação, ou seja, insere uma informação nova na sequência discursiva, porém essa nova informação já é um conhecimento altamente compartilhado pelos interlocutores. Assim, há supressão da presença do locativo-temporal nessa construção, sendo que por meio da inferência é possível admitir que o “Brasil” é a informação locativa que permeia essa existencialidade.

Nota-se, em (27), que, nesse nível de construção, a fusão entre o papel argumental da construção <Entidade Focalizada> com o papel participante “reforma” é compatível. Dessa forma, o sentido só é configurado a partir do conhecimento sócio-político pressuposto pelo locutor compartilhado pelo interlocutor. A seguir, outro exemplo que ilustra esse nível:

(28) *Urgente: um sargento da Polícia militar foi baleado no início da noite desta quarta-feira durante uma tentativa de assalto no Setor Moinho dos ventos, em Goiânia. [...] A mulher que acompanhava o militar também foi baleada, mas ainda não **há informações sobre o estado de saúde dela**. (TE, MG, 2017)*

Observa-se que há em (28) um texto Notícia, logo o grau de comprometimento tende a ser menor, aumentando o grau de informatividade. Nesse caso, o subesquema existencial [Vexist SN] ativa o nível de referenciação, ou seja, insere a informação no discurso. Percebe-se que o SN não preenche toda completude semântica, por isso cabe a toda a sequência seguinte realizar esse preenchimento, especificando o SN e estabelecendo todo o sentido. O padrão construcional existencial utilizado demonstra o nível mais abstrato de existência. Assim, a Entidade Focalizada

desvincula-se de outras condições de existência mais básicos, espaço-tempo, por isso não requer a presença do locativo-temporal. Porém, por meio de inferência, é possível verificar que os locativos “no jornal, na editora, na produção da notícia” sejam informações acessíveis nesse caso.

Nota-se ainda em (28) que o padrão construcional [Vexist SN] é estabelecido para atender a uma função textual inserção de informação ou objeto de discurso. Em (29), uma nova informação dentro do texto Notícia elabora o efeito de envolvimento do locutor com a exposição dos fatos reportados:

(29) Na Câmara, já há hoje outro pedido de impeachment contra o presidente aberto por ordem do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão do ministro é de abril do ano passado. Desde então, a comissão especial que analisará esse pedido ainda não foi instalada na Casa. (TE, GG, 2017)

Em (29), o esquema existencial [Vexist SN Loc-temp] ativa o nível de remissão, ou seja, insere o objeto de discurso que logo em seguida é retomado. Verifica-se que a informação inserida apresenta um grau de complexidade maior, ou seja, cada bloco introduzido é especificado na sequência. Dessa forma, o fluxo de atenção exigido desliza por toda a construção, não cabendo a um só item lexical a função de objeto de discurso. O padrão construcional existencial está no nível mais concreto, logo a presença do locativo-temporal acessa o papel argumental <contêiner> no frame da construção existencial básica.

Nota-se que a existência, inserção do objeto de discurso, é estabelecida em todo o discurso, sendo a expressão locativa necessária, neste caso, para o enunciado como todo. Afinal, se fosse negligenciada, a informação se perderia por completo, assim como a intenção do locutor ao elaborá-la.

Nesse sentido, segundo Koch (2014), a referenciação, ativada pela construção existencial, constitui uma atividade discursiva, ou seja, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, operando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas, à concretização de sua proposta de sentido (KOCH, 2014).

Assim, admite-se que as construções existenciais configuram-se com um operador sintático-semântico que atua no processo de referenciação. Dependendo do nível de existência, mais concreto ou mais abstrato, atua o esquema [Vexist SN Loc-temp] ou o subesquema [Vexist SN], sendo que essa gradação de existencialidade implica no grau de compartilhamento de conhecimento dos interlocutores na ação intersubjetiva.

Contudo, segundo Koch (2014), a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas acima de tudo, pela forma como sociocognitivamente interagimos com ele. Assim, interpretamos e construímos nosso mundo por meio da interação com o entorno físico, social e cultural. Nesse sentido, as construções existenciais viabilizam a concepção-percepção do mundo, como demonstram os exemplos a seguir:

(30) “*Não há denúncia mais grave do que essa*”, afirmou o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ). Ele protocolou na noite de quarta-feira 17, na Câmara, um pedido de impeachment de Michel Temer. (TE, MG, 2017)

(31) *Há 3 leis no universo que nunca falham: - a da verdade, a do mérito, a do retorno.* (TE, JD, 2017)

(32) *Há quem diga que Deus nos tira o teto para que enxerguemos as estrelas. E assim tem sido! Muita coisa boa em nossas vidas.* (TE, OP, 2017)

Nota-se que em (30), (31) e (32) o padrão construcional existencial é utilizado, porém seu nível existencial é distinto. Em (30), o objeto de discurso é inserido, exibindo uma retomada das informações já compartilhadas pelos interlocutores. Nesse caso, o propósito pragmático é fazer uma comparação, porém, para isso, foi preciso inserir o objeto de discurso para, assim, na sequência discursiva, realizar esse mecanismo cognitivo. Diferentemente de (31), onde o objeto de discurso é uma constatação, onde o grau de comprometimento é maior, ou seja, o falante é a própria fonte desse conhecimento, mas o padrão construcional existencial instanciado exibe um nível de existência mais concreto, ou seja, há a presença do locativo como parte fundamental para a informação como todo. Em (32), o padrão construcional é utilizado e o objeto de discurso inserido demonstra um grau de comprometido menor, ou seja, não há comprometimento com o dito. Nesse caso, a indefinidade, como visto nos dados, de construções existenciais serviu como instrumento pragmático. O exemplo a seguir demonstra o caso de referenciação:

(33) “*É traumatizante, mas há vida após um ataque homofóbico*”, diz advogado vítima em Pinheiro. (TE, OP, 2017)

Em (33), a construção existencial é utilizada exibindo um nível de existência mais abstrato. Assim o papel argumental <contêiner> do frame da construção é expelido. É aplicada nesse caso a referenciação, pois na sequência discursiva não há a ampliação da informação inserida. Com isso, o objeto de discurso é inserido para contrapor um evento anterior, nesse caso as informações suplementadas em seguida servem para contextualizar a informação como todo.

De fato, as construções existenciais atuam no processo de referenciação, ou seja, inserem objetos de discurso seja na sua própria constituição *in genesi* ou *su generis*. Dessa forma, o objeto de discurso é introduzido no cerne da própria construção, porém atende exigências informativas de plataformas mais amplas, no caso de textos ou até mesmo gêneros textuais variados, como se pode verificar no seguinte exemplo:

(34) *Isso é intriga da oposição o Brasil não é Venezuela contra isso não há evidências fora PT PSDB e alibabá e os 40 ladrões.* (TE, MG, 2017)

Em (34), por mais que a constituição da construção existencial desde seu frame base até o perfilamento dos papéis participantes do verbo configure o estabelecimento de objeto de

discurso por si só. Entretanto, essa função não se restringe aos seus limites construcionais, uma vez que essa aplicação discursiva chega ao nível da informatividade do texto. Isso ocorre em (35), a parcela <não há evidências>, uma construção existencial, atende ao sentido total do texto como todo, servindo a propostas argumentais. O mesmo ocorre no exemplo abaixo.

(35) *Cristiana Lobo, agora na GloboNews: “O processo de afastamento de Michel Temer será rápido, ele está absolutamente nocauteado. Dilma resistiu porque tinha apoio popular, mas o caso de Temer é muito mais grave, não há o que negar e ele não tem apoio popular.” (TE, GG, 2017)*

Assim, em (35), a construção existencial serve a proposta argumental. Ou seja, o fato referenciado estabelece uma ligação com todo o evento anteriormente citado. Nesse caso, demonstrando total convicção de sua certeza. Isso encaminha para o fato de que as construções existenciais apresentam níveis de atuação no plano discursivo, desde referência, remissão, retomada até servir a propostas argumentativas.

Assim, a construção existencial pode atender discursivamente a esse propósito, processo de referência, como em (35) e (36), organização temporal, (39), até propósitos argumentais, (38) e (40).

(36) *Inf. Hora que caia no poço lá aí falava é... tinha um monte. Cai no poço. É caí no poço. Aí tem um nome de fruta lá né, iscuia uma fruta aí um era beijo, o o to era o abraço, um aperto de mão, né. Aí tem (...) iscoiê a pessoa as vez falava que era um beijo chegava na hora era um macho, né. (TO, FG masculino 25 anos)*

(37) *Inf. Uai... as pessoa dança demais né... e tem uns qui bebi muito tamém né. ((risos)) ai sempre naques festa de São João tem a fogueira... tem a reza... tem a... o forró depois ai vem aquela animação... tem vez que parece uns doido tamém... briga acaba cá festa. (TO, FG masculino 25 anos)*

(38) *Inf. Uai... () di eu ficá assim com a ca... fica ca cabeça quente né as vez ficava... nada tinha graça::: as vez ficava com raiva de alguma coisa, tem vez assim di eu num gostá nem de mim::: pensá i sumi nu mundo... laigá tudo::: ai depoisi passou... a gente refrescou a cabeça né e tá tá bem. (TO, FG masculino, 25 anos)*

(39) *Não tem outra opção, o Brasil quer Diretas Já! (TE, GG, 2017)*

(40) *“Mesmo sem aceitar renunciar ao cargo, Temer tem que sair, pois não há mais condições políticas de se sustentar. O golpe começa a ruir”. Leia o novo artigo de Alencar Santana. (TE, MG, 2017)*

Para Fiorin (2015), o processo argumental não se reduz à argumentatividade, ou força argumentativa, muito menos à apresentação de argumentos vistos do ponto de vista dos mecanismos de orientação, de influência ou de inferência. Um processo argumental é uma interação que envolve na sua base uma situação argumentativa. Para o autor, essa situação

apresenta as seguintes propriedades: (i) a existência de uma oposição entre discursos, ou seja, em que é requerida a presença de um discurso e de um contradiscurso, (ii) a presença de pelo menos dois argumentadores.

Assim, na interação verbal, o enunciador não pretende apenas locucionar um saber, mas também levar o interlocutor a crer e fazer. Além disso, a pretensão do enunciador é fazer com que seja aceito sem sombra de dúvida e com isso faça o que se propõe. Dessa forma, consideramos a argumentação um processo no qual utilizamos os recursos linguísticos com o objetivo implícito ou explícito de agir e persuadir sobre o outro.

Contudo, os recursos argumentativos utilizados no jogo interacional são três tipos básicos: (1) voz de autoridade, consiste na citação de autoridades reconhecidas e referenciadas socialmente; (2) consenso, quando há sustentação de uma ideia ou valor com aceitável ou validade no grupo social; (3) provas concretas, quando se apresenta dados estatísticos, exemplos para comprovar uma tese. O objetivo desses três recursos é referendar uma realidade como única verdadeira, atribuindo a ela um caráter cientificamente comprovado, aceitável ao ponto de se tornar natural. Essa estratégia favorece a divulgação e veiculação de conceitos ideológicos, crenças, valores e opiniões, não deixando lacunas para dúvidas ou contestações do que é dito. Vejamos em (41) essa atuação:

(41) *Não há dúvidas que a CPI da Funai foi criada sob medida para avançar na retirada de direitos dos povos indígenas. (TE, GG 2017)*

Em (41), o objeto de discurso introduzido serve a propósitos argumentativos, pois de imediato o enunciador estabelece uma força assertiva sobre o dito com o intuito de conduzir o interlocutor à aceitação do dito como verdade única, consensual. A convicção do enunciador com o que está sendo dito é inserida com o padrão construcional existencial, atendendo às demandas argumentativas de todo o enunciado em jogo.

Koch (2014) diz que os recursos argumentativos têm função de demonstrar a força argumentativa dos enunciados, e ao mesmo tempo direcionar sua aceitabilidade. A autora, utilizando Ducrot (1972), fala de recursos que têm por função introduzir no enunciado conteúdo pressupostos (já, ainda, agora). Vejamos os exemplos dados pela autora (KOCH, 2014, p. 23):

Paulo mora no Rio

Se é inserido um operador de pressupostos ficaria:

Paulo ainda mora no Rio

O conteúdo pressuposto é que Paulo não morava no Rio anteriormente. Esses recursos atendem o nível discursivo de forma eficiente para proporcionar possíveis interpretações. Em relação às construções existenciais situações como:

(42) *Há muitos e muitos anos jornalistas mineiros denunciam as tramoias de Aécio e sua irmã em BH. Mas a Globo e a PF só descobriram ontem. (TE, GG, 2017)*

(43) *Há algum tempo temos problematizado os registros de uma subjetividade individualizada, intrapsíquica, identitária para pensar num processo de subjetivação incessantemente produzido por vetores, por relações discursivas e de poder. (TE, MG, 2017)*

(44) *In: pô... um amigo meu... o Alexandre/ **tem** um mês... **tem** um mês isso... saiu... né? com a namorada dele... e mais uns amigos... aí... pô... eles foram pra uma festa... aí a festa acabou cedo... era duas horas... eles... eles saíram da festa... e ele deixou a namorada dele em casa... e foi com os amigos dele pra uma outra festa ainda. (TO, FG masculino 25 anos)*

Em (42), (43) e (44), as construções existenciais inserem na sequência discursiva uma referência temporal para o evento. Esse objeto de discurso estabelece uma força argumentativa, com o efeito de sentido, ou seja, o transcurso de um tempo cria a ideia que a repetição de uma ação a torna válida e por isso aceitável. O mesmo ocorre em (45) e (46) abaixo.

(45) *In: **há** um mês atrás... então o pessoal... numa sexta-feira... todo mundo “ah:: uma cervejinha... (vamos beber) uma cervejinha... vamos fazer um churrasquinho” e tal... tal... tal... todo mundo muito alegre... muito brincalhão... (TO, FG, masculino 25 anos)*

(46) *In: então o cara entrou ali... estava tipo assim **há** uns dois meses... o cara está perdidinho ((riso)) (TO, FG masculino 25 anos)*

A inserção do transcurso temporal na sequência discursiva como um operador argumentativo proporciona uma validação do evento codificado por meio da noção de constância. As construções existenciais, nessa situação, não concorrem com marcadores circunstanciais temporais, por exemplo, alguns anos, durante um tempo, dois meses atrás e etc. Vejamos:

(47) *Então o cara entrou ali... estava tipo assim **durante meses atrás**... o cara está perdidinho. (Adaptado de (46))*

Os efeitos de sentido são diferentes entre (46) e (47). Em (46), a construção existencial funciona para estacionar todo o evento na plataforma temporal, ou seja, essa construção serve para validar o evento pelo pilar da constância. A existência de um tempo para o evento é diferente do tempo do evento. No caso de (47), nota-se que o circunstanciador temporal funciona como aspecto do evento codificado, servindo para estabelecer a noção de processo, ser inclusive opcional, nesse caso. O exemplo a seguir demonstra o caso de remissão.

(48) *Joesley – O que está me ajudando beleza. Agora o principal... **Tem um que está** me investigando. Eu conseguir colocar um no grupo. Agora tô tentando trocar. Então tá meio assim, ele saiu de férias, fiquei preocupado, teve um burburinho de que iam trocar ele. Tô contando essa história, enfim, tô defendendo, os dois lá, tô mantendo. Mas, ——— aqueles negócio do Geddel, quase não deu. (TE, GG, 2017)*

Em (48), a construção existencial serve para introduzir um objeto de discurso, no nível da remissão, ou seja, é introduzido e na sequência discursiva retomando. Nota-se que a indefinidade

do SN é uma estratégia discursiva. O intuito principal, sem dúvida, é não especificar o referente como forma de ocultar a informação. Para esse propósito, serviu-se do padrão construcional existencial como um meio para a realização dessa intenção discursiva.

Visto isso, a função textual das construções existenciais ocorre variavelmente. Atendendo a diversas necessidades comunicativas e sócio-interacional, pois, se empregam em modalidades pragmáticas diversas, desde o nível da referenciação, configurando-se como recurso argumentativo e pautando a pressuposição em uma plataforma mais amplificada do discurso cotidiano.

Tendo visto as várias possibilidades de uso das construções existenciais nos textos, propomos uma proposta de tipologia geral das construções existenciais, exibindo sua atuação na produção de sentido, delineado pelas condições do gênero textual em uso no contexto. É uma proposta de tipificar esses usos para uma visão mais generalizante do fenômeno em questão. Tal proposta pode ser sintetizada no quadro a seguir:

Quadro 12 – Tipologia geral de Construções Existenciais

Esquema base	Usos Textuais	Ilustrações	Tendência/GT
Vexist SN Loc-temp	Referenciação Função básica dessa construção, ou seja, inserção/introdução do objeto de discurso na sequência discursiva. Não há remissão ou retomada.	(1) Tem muita gente aqui que alugue pelo Casa Férias e o que acham? (TO, FG feminino 36 anos) (2) Inf. É... uai já tem... aqui já tem um... já... depois qu/eu vim de Goiânia já tem mais ô meno uns dois... (FG, masculino 25 anos)	Textos: Comentários> Propagandas>
	Remissão Implica referenciação e não necessariamente retomada. É dada no co-texto.	(3) É são um terro para muitas pessoas. Medo de barata é algo muito corriqueiro. E há muitas razões para isso . (TE, MG 2017)	Textos: Notícia> Manchete.
Vexist SN	Retomada Implica remissão e referenciação. O objeto de discurso é inserido e retomado na sequência discursiva	(4) Na Câmara, já há hoje outro pedido de impeachment contra o presidente aberto por ordem do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão do ministro é de abril do ano passado. Desde então, a comissão especial que analisará esse pedido ainda não foi instalada na Casa. (TE, GN 2017)	Textos: Comentário> Notícia
	Recurso Argumentativo Mecanismo que estabelece força argumentativa de aceitação, convencimento e ideia irrefutável. Estratégia de Consenso.	(5) “Não há denúncia mais grave do que essa ”, afirmou o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ). Ele protocolou na noite de quarta-feira 17, na Câmara, um pedido de impeachment de Michel Temer. [TN 5.17]; (42) Isso é intriga da oposição o Brasil não é Venezuela contra não há evidências fora PT PSDB e alibabá e os 40 ladrões. (TE, GN 2017)	Textos: Comentário>

Elaboração própria.

No Quadro 12, há uma explanação generalizada do emprego das construções existenciais. Como vimos, o Esquema abstrato base perfila um padrão construcional [Vexistir SN Loc-temp], que implica no *design* morfossintático específico. Assim, as instâncias de atualização desse padrão atuam no processo de referenciação no nível do texto que pode ser: referenciação, remissão e retomada. Além disso, há, também, o uso como um operador argumentativo. Ressaltamos que o padrão construcional mantém o mesmo, variando no nível de implicação existencial, ou seja, o nível mais concreto perfilado pelo padrão [Vexistir SN Loc-temp] no padrão mais abstrato Vexist SN. Na última coluna exibimos, a partir dos dados analisados, uma

tendência da ocorrência nos Gêneros Textuais, a hipótese é que o grau de informatividade do texto em questão condiciona o uso de cada tipo de função da construção existencial.

[- informativo] [+ informativo]

TC > TP > TM > TN

Nessa escala, quanto mais informativo, menor o grau de comprometimento. Ou seja, a fonte de informação tende a ser deslocada para outra entidade que não seja o enunciador. Assim, as construções existenciais estão mais condicionadas a ocorrerem onde há um maior grau de comprometimento do enunciador. Afinal, o conhecimento que existir X em algum lugar é perfilada pela experiência conceptual-perceptiva que existe uma entidade, ou informação compartilhada socialmente. Esse conhecimento tende a ser compartilhado pelos interlocutores no ato da enunciação.

Por exemplo, em textos como Comentário o grau de comprometimento com a informação é maior. Isso conduz a fonte dessa informação dada ao enunciador que no ato de enunciação estabiliza o processo de referenciação, utilizando a inserção/introdução do objeto de discurso. A variabilidade dessa existência instaurada depende do grau de abstratização da entidade focalizada, e isso envolve o compartilhamento intersubjetivo no jogo interacional. Vejamos:

(49) *Inf. não **há regras**... na universidade é claro que aqui a gente encontra mais pessoas com... vontade... se policiando pra falar corretamente né... mais na rua não... na rua é muito difícil você encontrar assim alguém... (TO, FG, feminino 20 anos)*

Em (49), o grau de comprometimento da informação <não há regras> é maior, ou seja, o enunciador é a fonte da informação dada. O padrão construcional utilizado é o nível mais concreto de existência, ou seja, [Existir X em] nesse padrão o perfilamento do argumento <contêiner> é potencialmente forte. Por conseguinte, no texto Comentário esse tipo de uso tende a ser mais recorrente, a partir dos dados analisados. Estratificando em número temos o seguinte levantamento:

Do total de 445 ocorrências, tanto de fala ou escrita, a distribuição se dá da seguinte forma:

Quadro 13 – Distribuição das construções existenciais nos gêneros textuais

Texto Comentário	Texto Propaganda	Texto Manchete	Texto Notícia
217	07	108	113

Elaboração própria.

Assim, a partir dos dados que constituem o *corpus* desse trabalho podemos apontar que as construções existenciais são frequentes em textos onde o grau de comprometimento é maior e

que o grau de informatividade é menor, ou seja, a presença de mais elementos contextuais para preencher as exigências da existencialidade. Essas exigências estão no componente pragmático, sendo o conhecimento compartilhado sua plataforma básica de realização. No Texto Comentário, como visto no Quadro acima, o enunciador tende a se comprometer mais com as informações dadas, isso potencializa o uso da construção existencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo descreve e analisa a construção existencial no português goiano, fundamentado na Gramática de Construções e na Semântica de Frames. Fizemos um levantamento sincrônico de dados de língua na modalidade falada e escrita para subsidiar a análise desse fenômeno. Com a finalidade de responder nossas perguntas de pesquisas e os objetivos apresentados, elegemos as vertentes de Goldberg (1995, 2006, 2010), Croft (2001) e Fillmore (1982, 1985).

Essa abordagem proporcionou a verificação da manutenção do sentido existencial, ou seja, por mais que alternem os verbos **Ter**, **Haver**, **Existir**, os aspectos morfossintáticos dessas construções se mantêm. Isso porque, nessa perspectiva, o significado é resultado de um conjunto complexo de conhecimentos de mundo armazenados na memória individual e coletiva, sendo as experiências sensoriais-motoras do ser humano, no meio ambiente, sua fonte primordial (FILLMORE, 1982).

Com isso, há uma integração entre o sentido do verbo e o sentido da construção, como propõe Goldberg (1995, 2006). Dessa forma, o sentido de existência é relativizado à cena baseada na experiência humana, sendo o design morfossintático das construções existenciais evocado por essa cena.

Na revisão da literatura notamos a importância do verbo para a descrição dos fenômenos linguísticos, como defendido por Neves (2012), Chafe (1979) e Castilho (2014). Constatamos, entretanto, que as construções existenciais apresentam outros elementos que atuam em conjunto para sua configuração, por exemplo, o Sintagma Nominal e a expressão locativo-temporal. Por conseguinte, não é só o verbo que centraliza a função de inserção de objeto de discurso na sequência enunciativa, mas a construção inteira. Dessa forma, o verbo é o ponto de partida para descrição e análise linguística, como proposto pelo Funcionalismo Clássico, porém é o todo que atribui função às partes, como afirma Goldberg (2006) e Fillmore (1982).

As discussões realizadas nesta pesquisa confirmam a concepção da abordagem construcional, pois considera a gramática de uma língua resultado de conceptualizações-perceptuais, e que envolve a maneira como vemos e agimos no mundo, como criamos categorias e como estabelecemos semelhanças ou analogias entre as coisas. Isso ressalta a tese que a gramática nasce do uso da linguagem, que envolve um conjunto complexo de procedimentos cognitivos e socioculturais da comunidade de usuários da língua.

Além disso, a hipótese desta pesquisa, que é: o sentido de existência tem como base uma construção linguística, um pareamento convencional entre forma e função, no qual se instancia o design gramatical, confirma-se na descrição das construções existenciais. Isso porque verificamos nos parâmetros estabelecidos na Gramática de Construções de Goldberg (1995) que

o verbo contribui para o sentido da construção, mas é a construção que estabiliza os sentidos instanciados. Sendo assim, a construção existencial é um esquema abstrato, nos termos de Croft (2001), disponível na gramática da língua.

Percebemos na descrição da construção existencial que o sentido de existência, instanciado em construções com os verbos **Ter**, **Haver** e **Existir**, envolve outras noções como a de espacialidade-temporalidade e de compartilhamento de conhecimento sobre a Entidade Focalizada. Essas noções são a base para a interpretação de uma construção existencial, reafirmando que independente do verbo existencial selecionado, o sentido de existência é mantido.

Dessa forma, os contornos de cada construção dependem tão somente da perspectiva do falante no ato de enunciação, ou seja, a seleção do verbo ou a ordem da marcação da expressão locativo-temporal, proporcionando a configuração de uma rede taxonômica a partir do esquema base [Vexist SN Loc-temp], ramificada em subesquemas [Vexist SN] [Vexist Loc-temp], realizada em construtos (CROFT, 2001).

Os construtos são analisados no nível da textualidade, isto implicou tratarmos do processo de referenciação, ou seja, a construção existencial é de fato convencionalizada pelo uso na comunidade de usuário da língua, e atua como constituinte básico dos textos. A análise dos dados revela que as construções existenciais configuram-se com um operador sintático-semântico que atua no processo de referenciação.

A análise dos dados também revelou que as construções existenciais são frequentes em textos onde o grau de comprometimento do usuário da língua é maior e o grau de informatividade menor. Isso porque a presença de mais elementos contextuais que aumentam o grau de informatividade preenche as exigências da existencialidade, sendo que a ação de inserção de objetos de discurso na sequência enunciativa é baseada no usuário da língua e processada na ação intersubjetiva.

Vários pontos demonstrados nesta pesquisa cabem numa investigação futura. Óbvio que esse estudo não pretendia equacionar a abrangência total desse fenômeno. Afinal, os objetivos direcionaram vários pontos interessantes das construções existenciais. Esta pesquisa contribui de forma efetiva com as pesquisas linguísticas, principalmente para compreensão da gramática do português brasileiro e, sem dúvida nenhuma, para evidenciar os usuários da língua e sua vivência de linguagem.

Um ponto interessante observado nos dados que não fugiram aos nossos olhos foi à presença do operador de negação. Nos dados analisados, houve um total de 65% de ocorrência desse tipo acompanhando muitas construções existenciais, por exemplo, “*O processo de afastamento de Michel Temer será rápido, ele está absolutamente nocauteado. Dilma resistiu porque tinha apoio popular, mas o caso de Temer é muito mais grave, não há o que negar e ele não tem apoio popular.*” (TE, OP, 2017). Nesse exemplo prototípico, o marcador de negação

recai sobre a proposição inteira, ou seja, o “não existir” serve também para a estabilidade da existência de um evento. Enfim, cabe uma instigação mais profunda sobre essas ocorrências e isso exige uma abordagem com dados mais abrangentes que exibem a variedade do Português Brasileiro.

Constatamos na análise dos dados que o padrão construcional existencial no português goiano é bastante produtivo e atende às demandas textuais da língua em uso. Sem dúvida que engavetá-lo em uma classificação simplista desconsideraria o conjunto de ações cognitivas/linguísticas/socioculturais em jogo na vivência social da linguagem.

Este estudo nos encaminha para a defesa de que linguagem/língua/gramática/cognição/homem/mundo estão, de fato, integrados de modo que a separação, ou melhor, a segmentação descomprometida de sua totalidade desvincularia o fenômeno linguístico da vivência simbólica humana. Claro que reconhecemos as partes em vista do todo, afinal, as construções existenciais são associadas a esquemas abstratos básicos acessados pelo léxico/gramática, que são convencionais na comunidade de usuários da língua. Disso provêm realizações mais concretas da língua, atendendo às situações cotidianas mais variadas possíveis.

Contudo, Esquemas Abstratos Convencionais, padrões construcionais, *designs* morfossintáticos/verbos específicos funcionam em textos reais, o uso na vivência da linguagem. De uma vez por todas, “*tem vagas...*” realiza-se plenamente no dia-a-dia dos usuários da língua portuguesa, onde o compartilhamento de experiências mais diversas nos tornam capazes de simbolizar. Portanto, parafraseando e ampliando Neves (2012, p. 35), compartilhamos que a linguagem é outra coisa *nas* coisas, e nessa singularidade, amplifica seu valor exatamente no seu caráter indeterminado, adaptável, *multiexistencial* e sempre emergente.

REFERÊNCIAS

- ABRAÇADO, J. **Transitividade, referencialidade, ergatividade e ordenação de constituintes no português coloquial**. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro - contato linguístico, heterogeneidade e história*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 180 - 190, 2003.
- ABREU, Antônio Suárez. **Linguística Cognitiva: Uma visão Geral e Aplicada**. Cotia/SP: Ed. Ateliê, 2013.
- ALMEIDA, N. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. vols. I, II, III, 2ª edição. Ensaio introdutório, tradução do texto grego, sumário e comentários de Giovanni Reale. Tradução portuguesa Marcelo Perine. São Paulo. Edições Loyola. 2002.
- AVELAR, J. **De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de haver no português brasileiro**. *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 23, n. 13, p. 116 - 145, 2006a.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BYBEE, Joan. **Language, usage, and cognition**. Cambridge, UK: CUP, 2010.
- CALLOU, Dinah & AVELAR, Juan O. **Sobre ter e haver em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil**. *Revista Gragoatá*, vol. 9, 85 – 100, 2001.
- CARDOSO, S. **Ter/haver no português do Brasil: mudança linguística e ensino**. Atas do I Simpósio sobre a diversidade linguística no Brasil. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1986.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. **Evidencialidade e gramaticalização no PB: os usos da expressão *diz que***. Tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. FCLAr, UNESP. Araraquara: 2001.
- CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CEGALLA, D. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Nacional, 1978.
- COELHO, I. L. **O caráter da posposição do SN em construções monoargumentais no português falado em Florianópolis**. XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Aveiro, Portugal, 1998.
- CHAFE, W. **Significado e estrutura linguística**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1979.
- CROFT, W. **Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective**.

Oxford: Oxford University Press, 2001.

CROFT, W. e CRUSE, D. A. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CUNHA, C. & CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIK, Simon. **The theory of functional grammar**. Dordrecht-Holland/providence RI – USA: Foris Publications, 1989.

DIXON, Robert. M. W. Ergativity. *Language*, Baltimore, v. 55, n. 1, p. 59 - 138, 1979.

DUCROT, Oswald. **Princípios de Semântica Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1972.

FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

FILLMORE, C. J. **The case for case**. In: Bach, E., Harms, R. T. (Eds.). *Universals in linguistic theory*. Holt, Rinehart and Winston, Inc. p. 1 - 88, 1968.

_____. **Topics in lexical semantics**. In. COLE, E. (ed) *Current Issues in Linguistic Theory*, Bloomington: Indiana University Press, p. 76 - 138, 1977.

_____. **Frame Semantics**. In. *Linguistic Society of Korea (Ed.). Linguistics in the Morning Call*. Seoul: Hánshin, 1982.

_____. **Frames and the semantics of understanding**. In *Quaderni di Semantica*, v. 6, p. 222 - 254, 1985.

FILLMORE, C. J. ATKINS, B. T. S. **Toward a frame-based lexicon: the semantics of RISK and its neighbors**. In. LEHRER, A. & KITTAY, E. F (eds.) *Frames, Fields, and Contrasts: new essays in Semantic and Lexical organization*. Lawrence Erlbaum Association, 1992.

FILLMORE, C. J. e KAY, P. **Construction Grammar**. Berkeley: Manuscript, University of California, 1995.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FRIED, M & ÖSTMAN, J. **Construction Grammar in a cross-language perspective**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2005.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. **Motivações semântico-pragmáticas para a ordenação dos argumentos na construção ditransitiva**. *REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM*, v. 25, p. 555 - 584, 2017.

GARCÍA, Ángel López. **Gramática del español 3**. Las partes de la oración. Madrid, Arco Libros, 1996.

GAWRON, J. M. **Frame Semantics**. San Diego, CA: San Diego State University, p. 1-59, 2008. Disponível em: <<http://www.cs.rochester.edu/u/james/Papers/029-FrameSemantics-Gawron-final.pdf>>. Acesso 29 maio 2017.

GIVÓN, Talmy. **Compreendendo a gramática**. Trad. FURTADO DA CUNHA, Maria. A.; MARTELOTTA, Mário E.; ALBANI, F. Natal: ED. UFRN, 2011.

_____. **Functionalism and Grammar**: a prospectus. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

_____. **Syntax and Semantics**. v. 12. Discourse and Syntax. Los Angeles: Academic Press/University of Southern California, 1979.

_____. **Topic continuity in Discourse**: a quantitative cross-language study. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1983.

GOLDBERG, A. **A construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

_____. **Constructions at Work**: the nature of generalization in Language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. **Verbs, Constructions and Semantic Frames**. M. Rappaport Hovav, E. Doron and I. Sichel (eds.). Syntax, Lexical Semantics and Event Structure. Oxford University Press. 39 - 50. 2010.

GUREVICH, O. I. **Constructional Morphology**: The Georgian Version. 257 f. Thesis (Ph.D), University Of California, Berkeley, 2006.

HAWKINS, J.A. **Definiteness and Indefiniteness**. A Study in Reference and Grammaticality Prediction. London: Croom Helm, 1978.

HETZRON, R. The Presentative Movement, or Why the Ideal Word Order is V.S.O.P. **Word Order and Word Order Change**, ed. por Li, 1976. Austin: University of Texas Press, 1975. Tradução J. O. A. Marques. São Paulo: UNESP, 2003.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. **Transitivity in grammar and discourse**. Language, 56, p. 99 - 251, 1980.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: The University Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G. e JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Campinas: Mercado das Letras, 1980 [2002].

LAMBRECHT, K. **Information Structure and Sentence Form**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LEITE, Y.; CALLOU, D. **Como falamos os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

LYONS, J. **Introduction to Theoretical Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. **Semântica I**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1977.

KAY, P.; FILLMORE, C. J. **Grammatical constructions and linguistics generalizations: the what's X doing Y? construction**. In: *Language*, v.75, n.1, p.1 - 33, 1999.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009.

_____. **A coesão textual**. 22ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

MACHADO, Patrícia Miranda. **Gramática de Construções e morfologia: um estudo sobre a rede de construções superlativos sufixais de desencontro do Português**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

MATTOS E SILVA, R. V. **Estruturas trecentistas**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

_____. **A variação haver/ter**. In: _____. (Org.). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA/UEFS/CNPq, p. 181 – 194, 1996.

MIRANDA, N. S. **Gramaticalização e Gramática das Construções – Algumas convergências. Um estudo de caso: as construções Negativas Superlativas de IPN**. Relatório Acadêmico de Pós-doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo, dezembro, 2008.

NEGRÃO, E.; SCHER, A.; VIOTTI, E. **A competência lingüística: introdução a lingüística**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, M. H. M. **Gramática de Usos do Português**. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2012.

_____. **Gramática passada a limpo: conceito, análises e parâmetros**. São Paulo: Parábola, 2012.

_____. **Estudo de Língua e vivência de linguagem**. Temas em confronto. São Paulo: Contexto, 2010a.

_____. **Texto e gramática**. SP: Contexto, 2006.

_____. **Gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, Amanda Beatriz Araújo de. **A referência estendida em textos jornalísticos de natureza argumentativa**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado em Lingüística. 2005.

OLIVEIRA, Carolina Sartori de. **A variação entre ter e haver em construções existenciais na fala e na escrita da variação rio-pretense: uma análise dos grupos de fatores relevantes**. São Paulo: *Revista Estudos Linguísticos* v. 43 (1), p. 515-528, 2014.

PINHEIRO, Diogo. **O papel da metáfora na relação entre sentenças possessivas e**

- existenciais.** Anais do IX Encontro do CELSUL, Palhoça, SC. p. 29-32, 2010.
- PERINI, Mário A. **Estudos de Gramática Descritiva:** as valências verbais. São Paulo: Parábola, 2008.
- PEZATTI, E.G. **A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado.** ALFA: Revista de Linguística v. 15 p. 13-25, 1993.
- _____. **A ordem das palavras no português.** São Paulo: Parábola, 2014.
- REALE, G. **História da filosofia.** 3. ed. São Paulo: Paulus, 2009.
- ROSCH, Eleanor. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In: MORE, T.E. **Cognitive Development and the Acquisition of Language.** New York, Academic Press, p. 111 - 144, 1973.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa; OLIVEIRA, Mariangela Rios. **Funcionalismo e abordagem construcional da gramática.** In: Alfa, São Paulo, Vol. 60 (2), 2016, pág. 233-259, 2016.
- SACCONI, L. **Nossa gramática:** teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2001.
- SALOMÃO, M. M. M. **Tudo certo como dois e dois são cinco.** In.: MIRANDA, N. S. & SALOMÃO, M. M. M. **Construções do Português do Brasil: da Gramática ao Discurso.** Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 33 – 74, 2009.
- SARTRE, J-P. **O Ser e o Nada.** 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SCHWARTZ, B. & REISBERG, D. **Learning and Memory.** New York: W. W. Norton & Company. 1991.
- SCHANK, R. C.; ABELSON, R. **Scripts, Plans, Goals, and Understanding.** Hillsdale, NJ: Earlbaum Assoc: 1977.
- SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SILVA, R. **Variação ter/haver na fala pessoense.** Dissertação. Mestrado em Língua Portuguesa. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2001.
- SILVA, Augusto Soares da. **A Semântica de DEIXAR.** Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical. Tese de Doutorado. Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga, Braga, 1999.
- TAMBA, Irène. **A Semântica.** Ed. Parábola. 2012.
- TANIGUCHI, Masaharu. **A verdade da vida.** Vol. 1. Imagem Verdadeira. 19ª ed. São Paulo: SEICHO NO IE DO BRASIL, 2007.
- TRASK, Larry. **Línguas genderless Basca.** (Publicação eletrônica, Linguist List (ISSN 1068-4875). 1995.

TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization, constructions and the incremental development of language**: Suggestions from the development of degree modifiers in English”. IN Regine Eckardt, Gerhard Jäger, and Tonjes Veenstra, EDs., Variation, Selection, Development—Probing the Evolutionary Model of Language Change. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G.. **Constructionalization and Constructional Changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William e HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

VIOTTI, Evani. **A sintaxe das sentenças existenciais do português do Brasil**. Tese Doutorado em Letras Linguística. Programa de Pós-graduação, Universidade de São Paulo, 1999.

_____. **Sobre o efeito de definitude nas sentenças existenciais**. Revista do Gel, n. especial, 127-153, 2002.

VITORIO, E. **Ter/haver existenciais na escrita de alunos de 5ª e 6ª séries do ensino fundamental da cidade de Maracanaú/CE**. Monografia (Especialização em Lingüística e Ensino do Português). Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2006.

_____. **Ter/haver existenciais na escrita de alunos dos ensinos fundamental e médio da cidade de Maceió/AL**. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística). Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2008.